



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

GERCINA ALVES FILGUEIRAS

**DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA E ESTRATÉGIAS DE
RESISTÊNCIA TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO
NO MUNICÍPIO DE NOVO PLANALTO - GOIÁS.**

SÃO PAULO

2017

GERCINA ALVES FILGUEIRAS

DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO NO MUNICÍPIO DE
NOVO PLANALTO - GOIÁS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa "Ambiente, Sustentabilidade e Território".

Orientador: Dr. Pedro Ivan Christoffoli

SÃO PAULO
2017

Filgueiras, Gercina Alves.

F481 Desafios da agricultura camponesa e estratégias de resistência territorial no assentamento Antônio Conselheiro no município de Novo Planalto – Goiás / Gercina Alves Filgueiras. – São Paulo, 2017.

125 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Ivan Christoffoli.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Assentamento Antônio Conselheiro (Novo Planalto, GO). 4. Assentamentos rurais – Brasil. 5. Posse da terra – Goiás (GO). I. Título.

CDD 301.350981

GERCINA ALVES FILGUEIRAS

DESAFIOS DA AGRICULTURA CAMPONESA E ESTRATÉGIAS DE RESITÊNCIA
TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO NO MUNICÍPIO DE
NOVO PLANALTO - GOIÁS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção de título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientador: Dr. Pedro Ivan Christoffoli

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli – (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Orientador

Prof. Dr.^a. Mírian Cláudia Lourenção Simonetti – (Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho")

Prof. Dr.^a Mariana Cunha Pereira – (Universidade Federal de Goiás)

São Paulo, 19 de abril 2017

Aos camponeses e camponesas do Assentamento Antônio Conselheiro.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus pela benção dessa conquista e pelas portas que se abriram a partir dessa oportunidade e experiência.

Ao meu amado e querido esposo-companheiro Douglas Jazon Vieira de Souza, pelo incentivo, apoio, força, paciência e pelo carinho durante o caminho.

Aos meus amados pais Sr. Gercino Alves da Silva e D. Luzandira Pereira Filgueiras Alves: a vocês todo o meu amor e eterna gratidão! Vocês sempre foram e sempre serão meus exemplos e referências!

Ao meu orientador Pedro Ivan Christoffoli, pela paciência, compreensão, dedicação e atenção, e principalmente por não desistir do meu trabalho e dar-me a direção para terminá-lo. Foi uma experiência muitíssimo proveitosa e de grande aprendizado.

Às lindas e queridas professoras Silvia Aparecida Fernandes e Mírian Cláudia Lourenção Simonetti, pela importantíssima participação em minha banca de qualificação e as contribuições imprescindíveis para a conclusão deste trabalho.

A minha eterna incentivadora Tia Sandra de Souza Silva Lima: "Bacana" você é especial e mora no meu coração!

Aos meus queridos irmãos e irmãs em especial Evando Alves Filgueiras e Wanderley Alves da Silva pelo apoio moral e ajuda disponibilizada para que eu pudesse concluir esta etapa.

Aos colegas e amigos do Mestrado, pelas experiências maravilhosas compartilhadas: aprendi muito com vocês!

A todos e todas companheiros e companheiras da Escola Nacional Florestan Fernandes.

A todos muito obrigada!

RESUMO

Estudar a agricultura camponesa no sistema capitalista requer refletir e compreender sua existência num contexto desfavorável de produção e reprodução econômica e social. No seio deste cenário, encontram-se os agricultores camponeses, que espalhados pelas várias regiões do país, desenvolvem estratégias de resistência com o intuito de manter o trabalho e a vida no campo e garantir sua reprodução socioeconômica em cada realidade apresentada. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada aborda esta categoria de produtores em suas transformações e adaptações necessárias para esta se reproduzir, gerar renda e cumprir seu papel social frente às investidas do capital. Para compreender como isto ocorre, buscou-se aqui analisar estas formas de resistência no território mediante os desdobramentos da agricultura camponesa neste processo a partir do estudo feito com os agricultores do Assentamento Antônio Conselheiro localizado no município de Novo Planalto na região norte do Estado de Goiás, há 507 quilômetros da capital do Estado. Foi fundamental para isto, entender a relação entre o processo de reprodução desse tipo de agricultura a partir da intensificação do capitalismo no campo e os processos históricos envolvidos na dinâmica de ocupação do assentamento e de seu desenvolvimento territorial. A fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa aborda também o processo histórico de luta pela terra e ocupação do território na região norte do Estado de Goiás, tendo como base o assentamento pesquisado para compreendermos a realidade atual desses camponeses e sua territorialização. Considerando que essa realidade foi pouco investigada até então, e que existem muitas lacunas neste processo, esta pesquisa é fruto principalmente da demanda que surgiu neste assentamento por aprofundamento das questões que envolvem os desafios de permanência na terra, sendo a produção e modo de vida camponês os principais fatores apontados neste processo.

PALAVRAS-CHAVES: Agricultura camponesa. Campesinato. Território. Resistência camponesa. Capitalismo no campo.

ABSTRACT

Studying peasant agriculture in the capitalist system requires reflection and understanding of its existence in an unfavorable context of economic and social production and reproduction. Within this scenario, peasant farmers, spread throughout the different regions of the country, develop strategies of resistance with the purpose of maintaining work and life in the countryside and ensuring their socioeconomic reproduction in each presented reality. In this sense, the research presented here addresses this category of producers in their transformations and adaptations necessary to reproduce, generate income and fulfill their social role in front of the invested capital. To understand how this occurs, we sought to analyze these forms of resistance in the territory through the unfolding of peasant agriculture in this process from the study done with the farmers of the Antônio Conselheiro settlement located in the municipality of Novo Planalto in the northern region of the State of Goiás, There are 507 kilometers of the state capital. It was fundamental for this to understand the relationship between the process of reproduction of this type of agriculture from the penetration of capitalism in the countryside and the historical processes involved in the dynamics of occupation of the settlement and its territorial development. In order to reach the proposed objectives, the research also addresses the historical process of land struggle and land occupation in the northern region of the State of Goiás, based on the researched settlement to understand the current reality of these peasants and their territorialization. Considering that this reality has been little investigated until then, and that there are many gaps in this process, this research is mainly fruit of the demand that arose in this settlement by deepening the questions that involve the challenges of permanence in the land, being the production and way of life peasant The main factors pointed out in this process.

KEYWORDS: Peasant agriculture. Peasant Territory. Peasant resistance. Capitalism in the countryside.

RESUMEN

Lo estudio de la agricultura campesina en el sistema capitalista necesita para reflexionar y comprender su existencia en un contexto desfavorable de la producción y la reproducción económica y social. Dentro de este escenario, son campesinos, que se propagan a través de las diversas regiones del país, el desarrollo de estrategias de resistencia con el fin de mantener el trabajo y la vida en el campo y garantizar su reproducción socioeconómica en cada realidad presentada. En este sentido, la investigación que aquí se presenta se dirige a esta categoría de productores en sus transformaciones y adaptaciones a esta raza, generar ingresos y cumplir con su función social con el capital invertido. Para entender cómo sucede esto, hemos tratado de examinar aquí estas formas de resistencia en el territorio en virtud del desarrollo de la agricultura campesina en este proceso a partir del estudio de los agricultores del asentamiento Antônio Conselheiro situado en municíoiio Nueva meseta en la región norte del Estado de Goiás hay 507 km de la capital del estado. Fue decisivo en esto, para entender la relación entre el proceso de reproducción de este tipo de agricultura de la penetración capitalista en el campo y los procesos históricos que participan en la ocupación de la dinámica de asentamiento y desarrollo territorial. Con el fin de alcanzar los objetivos propuestos, la investigación también aborda el proceso histórico de lucha por la tierra y la ocupación del territorio en el norte del estado de Goias, basado en el asentamiento investigado para comprender la realidad actual de estos agricultores y su territorio. Mientras que este hecho ha sido poco investigado hasta ahora, y hay muchas lagunas en este proceso, esta investigación es principalmente la demanda de fruta que se produjo en este asentamiento mediante la profundización de los temas relacionados con los retos que quedan en el suelo, y la producción y la forma de vida campesina los principales factores identificados en este proceso.

PALABRAS-CLAVE: Agricultura campesina. Campesinado. Territorio. Resistencia campesina. Capitalismo en el campo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização da Colônia Nacional Agrícola de Goiás – região do Vale do São Patrício – Goiás.....	51
Mapa 2 –	Região Norte de Goiás.....	60
Mapa 3 –	Localização de Trombas e Formoso.....	61
Mapa 4 –	Localização de Novo Planalto.....	76
Gráfico 1 –	Benefícios do Governo.....	118
Gráfico 2 –	Composição da renda das famílias.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades praticadas pelas Famílias como principal fonte de renda.....	117
Tabela 2 – Atividades consorciadas (atividade principal + atividade complementar)...	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASFPL	Associação das Famílias Produtoras de Leite
ASPAAC	Associação de Produtores do Assentamento Antônio Conselheiro
ASPAIDER	Associação de Produtores Agrícolas de Intercâmbio e Desenvolvimento Rural
CANG	Colônia Nacional Agrícola de Goiás
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
EJA	Educação Para Jovens e Adultos
FAO	Organização Nacional das Nações Unidas Alimentação e Agricultura
FUNDATER	Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCM	Produção Capitalista de Mercadorias
PD	Produção Doméstica
PDA	Plano de Desenvolvimento de Assentamentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Pequena Produção Mercantil
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSM	Produção Simples de Mercadorias

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	LEITURAS TEÓRICAS SOBRE CAMPESINATO E TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA.....	16
2.1	Das teorias clássicas ao campesinato atual.....	17
2.1.1	Agricultura Familiar x Agricultura capitalista: breve conceitualização.....	26
2.2	O território do campesinato.....	29
3	CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, LUTA PELA TERRA E ASPECTOS HISTÓRICOS DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM GOIÁS.....	36
3.1	A atual formação fundiária de Goiás.....	36
3.2	Primórdios da questão agrária em Goiás e ocupação do território: período da mineração e pecuária – século XVIII.....	37
3.3	A modernização pelos trilhos.....	42
3.3.1	Primeira metade do século XX em Goiás: a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG e a ocupação das terras do Norte.....	46
3.3.2	A resistência e luta pela terra em Goiás na segunda metade do século XX.....	51
3.4	O protagonismo dos posseiros de Formoso e Trombas no norte de Goiás.....	53
3.5	As Ligas Camponesas, as associações e o papel das alianças entre camponeses no acirramento da luta pela terra em Goiás.....	58
4	RECORTE HISTÓRICO DO MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA) NO ESTADO DE GOIÁS E CONQUISTA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO – NOVO PLANALTO – GOIÁS.....	60
4.1	Recorte histórico do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de Goiás.....	60
4.2	Assentamento Antônio Conselheiro município de Novo Planalto- GO: histórico da luta e conquista da terra.....	68
4.2.1	Caracterização e estruturação do Assentamento Antônio Conselheiro – Goiás.....	70
5	AS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA	

FRENTE AO AVANÇO CAPITALISTA NO CAMPO.....	75
5.1 As múltiplas formas de resistência.....	75
5.2 A unidade de produção camponesa frente a expansão do capitalismo.....	83
5.3 O Assentamento Antônio Conselheiro e a organização espacial na proposta do MST como forma de resistência.....	87
5.4 Rotatividade no Assentamento: desistência e permanência.....	89
6 OS LIMITES E CONTRADIÇÕES DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO.....	91
6.1 As práticas agrícolas convencionais e os limites da construção de uma proposta agroecológica.....	91
6.2 Força de trabalho familiar, organização e rotina das famílias nos lotes.....	95
6.2.1 Dados de produção e aspectos produtivos do Assentamento.....	98
6.2.2 Perfil tecnológico do assentamento.....	105
6.3 Tipologia das unidades de produção e composição da renda familiar.....	108
7 Considerações finais.....	113
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES.....	124
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE.....	125

1 INTRODUÇÃO

O papel do campesinato no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo, não é um debate recente, começou entre o final do século XIX e início do século XX e permanece até os dias atuais. Logo, pensá-lo na atualidade requer considerar as transformações que este sofreu (e ainda sofre) ao longo dos séculos, assim como seus deslocamentos e rupturas na luta pela conquista e permanência na terra. Nesse contexto, o camponês se define como classe, uma vez que, manifesta como perspectiva política a luta pela reforma agrária, tanto pelo posicionamento político, como por seus interesses, sua cultura e pelo seu modo de vida historicamente configurado. Nesta pesquisa entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, ou uma forma de organização da produção, mas um modo de vida.

Assim, quando consideramos a figura do camponês como peça fundamental nesse entendimento, compreendemos que a questão agrária no Brasil é permeada por contradições e constituída por realidades que passaram por transformações econômicas, sociais e territoriais. Algumas delas ocorreram na segunda metade do século XX, com a denominada “Revolução Verde”, cujos impactos sobre a estrutura fundiária refletiram no padrão técnico da agricultura e nas relações sociais de produção, além de causarem o agravamento das tensões sociais com a eclosão de conflitos agrários por todo o país e a expulsão de milhares de camponeses do campo. Por sua vez a estrutura fundiária brasileira, historicamente concentra a terra nas mãos de médios e grandes produtores, que detêm os meios que subsidiam e financiam o desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliarem seus processos de produção, elevando os índices de produtividade e lucratividade. Atualmente, o modelo agroexportador, que produz em grande escala, em grandes extensões de terras, é responsável pela expulsão de grande parte desses camponeses retirando a força de trabalho do campo, tendo como consequência o êxodo rural (CORREIA, 2011).

Nesse contexto de desigualdade, enquanto parte da elite econômica do país, o conhecido agronegócio, é beneficiada, grande parte dos agricultores camponeses, e outras populações do campo, encontram-se relegados à invisibilidade, em situações impostas de difíceis condições de trabalho, sendo que o maior desafio para estes atualmente não é o acesso a terra, mas a permanência nela. Por outro lado, os camponeses apresentam a capacidade de se reproduzirem e produzir alimentos tanto para as necessidades da família quanto para o mercado interno, mesmo tendo suas condições de vida e trabalho dificultadas e sendo

ameaçados de desagregação pelo processo de desenvolvimento da produção capitalista no campo.

Essa questão tem sido a preocupação de muitos estudos no decorrer dos séculos, seja corroborando a tese do fim do campesinato seja defendendo a idéia da resistência e recriação camponesa, considerando o campesinato e suas múltiplas formas de reprodução no modo capitalista de produção. Dentre os estudiosos do assunto, Lênin e Kautsky estão entre os teóricos do marxismo, utilizados na discussão apresentada neste trabalho, porque embora eles apresentem teorias diferentes quanto ao campesinato, mas o colocam como conceito chave para a compreensão da reprodução camponesa nos processos capitalistas. Além dos autores clássicos, utilizaremos trabalhos contemporâneos como os de Shanin, Ploeg, Fernandes e Bartra, dialogando com a proposta analítica apresentada neste trabalho.

Portanto, a escolha pelo aprofundamento do tema deve-se à importância que este representa nos grandes debates iniciados há tempos e que permanecem na contemporaneidade, não apenas por evidenciar e analisar o processo de territorialização do campesinato na luta pela terra, mas também por tentar destacar processos de resistência camponesa em regiões do Brasil, pouco estudadas. Para tanto, a pesquisa se dá no âmbito da compreensão dos processos históricos que permearam a consolidação da agricultura camponesa na região norte do Estado de Goiás como forma de resistência e que tem viabilizado as condições de permanência na terra conquistada, em um assentamento desta região.

O trabalho trouxe como objetivo geral, investigar estas formas de resistência no território e compreender a agricultura camponesa neste processo e na transformação dos camponeses do Assentamento Antônio Conselheiro, localizado no norte do Estado de Goiás. Para nortear a pesquisa, delimitou-se como objetivos específicos: identificar processos organizativos que possibilitem a resistência no território e a permanência na terra conquistada, entender o processo de reprodução da agricultura camponesa nessa comunidade, compreender os processos históricos envolvidos na dinâmica de ocupação do assentamento e ainda fazer uma análise da estrutura organizativa do assentamento e sua influência no desenvolvimento territorial do mesmo. A fim de alcançar tais objetivos, nos desafiamos também a dar sentido e dialogar com uma problemática maior sobre a questão: Quais as formas de resistência e como se reproduzem as famílias que vivem nessa comunidade, diante da expansão e transformação da agricultura capitalista?

Avaliamos que para compreender o que se prõe sobre o contexto apresentado nesta localidade, é necessário um método que permita a compreensão de sua história, pois sabemos

que não existe transformação espacial/territorial desligada do tempo e dos fatos históricos. Assim, em conformidade com a complexidade do tema aqui discutido, o método dialético é o mais adequado por sua natureza dinâmica, argumentativa, assim como o caráter de movimento que atribui aos fatos. Sobre dialética, Konder (2003), afirma que ela “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (p.8). Sobre a metodologia utilizada para a coleta de dados e investigação do que foi proposto, foi utilizada a pesquisa de campo com entrevista semiestrutura, construída com perguntas abertas, de maneira que deixassem as famílias tranquilas para responderem, mesmo quando mudavam o foco da conversa, pois consideramos o diálogo um elemento importante na aproximação do real ao empírico e vice-versa. A observação e a análise do dia-dia no assentamento também possibilitou que a pesquisa tomasse consistência nos caminhos propostos para chegarmos aos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, a idéia de entender essa realidade partiu inicialmente das minhas experiências da convivência cotidiana com as famílias assentadas, pois o mergulho no cotidiano do assentamento foi importante para entender as dinâmicas existentes naquele espaço. Assim, a partir de alguma experiência como pesquisadora, do diálogo com a literatura e dos conselhos da orientação, adotei como opções metodológicas acompanhar o dia-a-dia desses sujeitos e, a partir de relatos orais de pessoas de carne e osso, procurei descrever e analisar esse cotidiano. É importante ressaltar que a estratégia de ir a campo várias vezes proporcionou a geração de novos questionamentos que possibilitou o preenchimento das lacunas que iam surgindo no decorrer do processo. Portanto, a vivência com esses assentados me elucidaram questões importantes que procurei mostrar ao longo da dissertação, mas também geraram outros questionamentos que me fizeram refletir, principalmente, sobre o processo de reforma agrária na região.

Na apresentação das ideias, o primeiro capítulo traz uma revisão literária sobre o conceito de campesinato, agricultura camponesa, território e territorialização na concepção de autores clássicos que discutem estes conceitos em múltiplas perspectivas. O segundo capítulo traz na perspectiva histórica, o processo de formação e ocupação do território goiano, a concentração fundiária em Goiás e ainda a luta pela terra e a articulação dos camponeses pela reforma agrária no Estado. A modernização da agricultura e as consequências que esta trouxe para os pequenos agricultores dessa região estão presentes na discussão desse capítulo, com o objetivo de possibilitar a compreensão da situação atual da agricultura camponesa na área de estudo, seus limites e possibilidades. Traz ainda neste capítulo, um recorte histórico sobre a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Goiás que traz na

perspectiva da luta pela terra, mecanismos importantes para a análise da do processo de formação da comunidade. O terceiro capítulo retoma a história da luta pela conquista do Assentamento Antônio Conselheiro e apresenta sua caracterização e estrutura organizacional. O quarto capítulo apresenta algumas leituras teóricas sobre *resistência* enquanto categoria de análise, dialogando com os aportes trazidos pelos sujeitos da pesquisa. O quinto capítulo traz os limites e contradições da experiência camponesa no assentamento, agregando elementos das falas dos camponeses e descreve algumas das suas percepções frente ao avanço capitalista na comunidade. Por último, o sexto capítulo, descreve e analisa os dados obtidos na pesquisa de campo, onde foram extraídas experiências concretas de resistência camponesa discutidas e apresentadas também na parte final do trabalho. A parte conclusiva resume e apresenta através dos vários elementos elencados ao longo de todo o trabalho, as diversas formas de resistência desenvolvidas pelos camponeses no território estudado.

2 LEITURAS TEÓRICAS SOBRE CAMPESINATO E TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA

A lógica de reprodução do capitalismo trouxe profundas transformações para o campo, sobretudo na Europa, no final do século XIX, fato que provocou muitas inquietações sobre o destino dos camponeses, abrindo assim um grande debate sobre o tema. No campo teórico, sobressaíram-se duas correntes de pensamento que trouxeram elementos importantes para o debate: uma que pressupunha a desintegração interna do campesinato na medida em que o capitalismo avança, pois o analisa na perspectiva das mudanças vinculadas ao desenvolvimento capitalista no campo, através dos processos de modernização e industrialização. Esse paradigma contempla as teorias de Lênin e Kaustky. É importante dizer que discutiremos o pensamento de tais autores, porque suas obras ao teorizarem o camponês sob esta ótica, nos fornecem elementos importantes sobre a reprodução, resistência e (re) existência camponesa no modo de produção capitalista, ideia que dialoga diretamente com a tese central de nossa pesquisa. A outra corrente defendida por alguns estudiosos do assunto, como Chayanov e Luxemburgo, mas que não serão aqui discutidos, analisa a lógica de reprodução camponesa no capitalismo e reforça a tese de sua permanência, onde o próprio sistema capitalista contraditoriamente produz um processo de recriação do campesinato. Nesse sentido, considerando a complexidade sociológica e a grande conflitualidade de teorias existentes em torno do conceito de campesinato, e as distintas concepções desenvolvidas ao longo da história, neste primeiro capítulo, com base na literatura conceitual abordamos de maneira sucinta as contribuições desses teóricos sobre o papel dos camponeses no seio do capitalismo. Discutiram-se além das teorias clássicas, autores contemporâneos como Shanin, Ploeg, Fernandes e Bartra, dialogando também com as fontes secundárias. Para além dessa construção teórica, o capítulo apresenta a conceitualização de expressões como agricultura camponesa, território e territorialização na perspectiva da territorialização desterritorialização camponesa pelo capital.

2.1 Das teorias clássicas ao campesinato atual

Sabemos que tanto o campesinato, enquanto classe social, quanto o capitalismo devem ser analisados a partir do contexto histórico em que estão inseridos e da estrutura social em que se reproduzem. No Brasil, o campesinato se desenvolveu, em outra dinâmica, diferentemente dos camponeses da sociedade européia, onde surgiram os primeiros debates

sobre o assunto, como veremos nas análises feitas pelos autores discutidos aqui. Podemos dizer que no Brasil, ele se desenvolveu numa fase posterior ao desenvolvimento da sociedade capitalista, já o camponês europeu é fruto de uma história de vários séculos enraizados na terra, na constante construção do seu território e de uma forma de vida, se distinguindo do nosso campesinato que é marcado por uma forte dinâmica e mobilidade espacial (GUTEMBERG, 2011).

Corroborando com esta ideia, Marques (2000) afirma que o desenvolvimento da sociedade brasileira se localiza na periferia do capitalismo mundial, e é marcado pela intensa relação escravagista, primeiramente de povos originários do nosso continente e, posteriormente, de diversas tribos africanas. O campesinato brasileiro se forma: “[...] no seio de uma sociedade formada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista [...]”. (MARQUES, 2000, p.4).

Seguindo o mesmo raciocínio, Martins (1981), ao fazer uma análise entre o campesinato russo e brasileiro, nos apresenta a seguinte leitura:

Há diferenças substantivas entre o campesinato russo daquela época e o campesinato brasileiro de hoje. Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado a terra. Era como comprovava Lênin, um campesinato estamental baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, liberá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrario, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu (p.15-16).

Shanin (1999) apud Marques (2008), nos diz que: “o campesinato não é uma realidade estática, como toda entidade social, ele existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança”. (p. 51). Logo, entende-se que o campesinato está sujeito a transformações dialeticamente contraditórias diante do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e se reproduz e cria condições de recriação. Portanto, podemos assim dizer que no caso do campesinato brasileiro, mesmo diante da penetração do capitalismo no campo, este sobrevive se recriando e se reproduzindo contraditoriamente ao modelo hegemônico do capital pelas diversas formas de resistências que são construídas localmente no território como nos apontam os vários estudos realizados nas distintas regiões do país e como observamos no contexto específico desta pesquisa.

Sobre o capitalismo, Marx (1988) disse que este desenvolve-se de acordo com as particularidades de cada país. Embora a questão agrária e os camponeses não tenham sido objetos de estudo aprofundados pelo autor, dentre os diversos pensadores que analisaram o camponês no seio do desenvolvimento do capitalismo, Marx faz uma abordagem deste a partir da realidade histórica da Europa daquele período.

Em sua obra intitulada "O capital" de 1856, Marx estuda a conjuntura política e econômica da Inglaterra, onde conclui que diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ocorreria a proletarização do camponês, quando a unidade de produção camponesa fosse submetida à exploração capitalista. Naquele país, o campesinato passou por um longo processo de destruição para atender ao desenvolvimento da indústria de lã, onde as terras dos camponeses foram transformadas em áreas de pastagem para ovelhas e campos de caça. Utilizando-se dessa realidade, cujos elementos ele explora ao longo de sua produção científica, o autor explica que:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, e transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 1988, p. 830).

Marx (1985) também procura mostrar uma diferenciação entre o que ele chama de classe-em-si e classe para si:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (MARX, 1985, p. 159).

Nesse caso, sabemos que o autor está se referindo aos trabalhadores daquele período, isto é, o proletariado industrial do século XIX, mas podemos aplicar esta mesma lógica para os camponeses. Assim, na compreensão de Marx, os camponeses não constituem uma *classe para si*, mas ele os reconhece enquanto uma *classe em si*, isto prova o reconhecimento de outras classes que estão estruturadas entre o proletariado e a burguesia no pensamento do autor.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo... Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (MARX, 1985, p. 277).

Entendemos assim que o que torna os camponeses uma classe é o fato de suas condições econômicas estabelecerem um modo de vida, interesses e uma cultura similares entre si em oposição a outras classes. Constituem assim uma classe-em-si. Entretanto, ao não estabelecerem uma comunidade de interesses, nem organização política alguma, não constitui propriamente uma classe: não são uma classe-para-si. O mesmo vale para todas as outras classes, inclusive para o proletariado: o que une os diferentes proletários é a sua condição proletária: não são proprietários das condições objetivas de prover o seu próprio sustento, e por isso têm que trabalhar por salário. Entretanto, esta condição econômica e social de vida apenas estabelece a classe tomada em si, mas não para si (TEIXEIRA, 2008).

Conforme discutido, entendemos que assim como fez Marx ao estudar a Europa, outros estudiosos também desenvolveram suas teorias sobre o campesinato a partir do desenvolvimento do capitalismo, analisando-o sob essa ótica, porém em contextos e sociedades diferentes: Lênin na Rússia e Kautsky na Alemanha.

Autores da atualidade, como Paulino e Almeida (2010), afirmam que estes autores, nos apresentam elementos teóricos que confirmam a resistência camponesa no modo de produção que a oprime. Portanto suas teorias são essenciais para a compreensão dos debates travados sobre o campesinato nos dias atuais no interior do pensamento marxista. Torna-se assim fundamental discutí-los mediante o desafio de compreender as transformações que cada tempo histórico trouxe aos camponeses, a partir da abordagem que cada um faz sobre o processo de penetração do capitalismo na agricultura.

Vários dos elementos da teoria leninista encontram-se em sua obra "*O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*" de 1982, onde ele analisando o mercado interno russo, faz uma abordagem sobre a situação do camponês frente ao processo capitalista. Para o autor, o camponês é tido como vestígio de modos de produção pré-capitalistas e na economia mercantil torna-se inteiramente subordinado ao mercado, dependendo deste tanto para seu

autoconsumo como para suas atividades agrícolas, o que resulta na criação de um mercado interno para o capitalismo (LÊNIN, 1982, p. 35).

Esse processo seria a desintegração camponesa, e Lênin explica que naquele país, foi conseqüência de vários fatores que ocasionou o empobrecimento do camponês tais como: o problema do arrendamento da terra; a compra de terras; os implementos agrícolas aperfeiçoados; as atividades temporais; o progresso da agricultura mercantil; e o trabalho assalariado. No entanto a concepção defendida por ele admite que os camponeses pobres possam ser sujeitos ativos da transformação das estruturas da sociedade mediante a aliança com a classe operária, embora de maneira subordinada (CORREIA, 2011).

Analisando essas transformações decorrentes do processo capitalista no campo que fizeram com que ocorressem mudanças nas classes sociais rurais, Lênin faz uma diferenciação interna do campesinato e nos mostra que alguns camponeses assumem a posição de capitalistas, através do que ele chamou de proletarização, pelo assalariamento de outros camponeses, porém há aqueles que se incorporam ao capitalismo pela via da produção de mercadorias. Isto é, para o autor esta expansão das relações capitalistas de produção levaria a diferenciação social do camponês, ou seja, aqueles camponeses que obtivessem renda se tornariam pequenos capitalistas (camponeses ricos) e outros tenderiam ao empobrecimento e a proletarização.

Gonçalves (2008) faz uma importante abordagem sobre essa interpretação de Lênin, afirmando que para este, a forma tradicional de produção camponesa em ritmo crescente não se sustentava mais no campo, mas sim o sistema pequeno burguês, com produtores especializados e até pluriativos, que transformava os camponeses em três classes distintas: a dos camponeses médios, a dos camponeses ricos e o proletariado rural.

O campesinato médio foi concebido por Lênin (1985) como o conjunto dos produtores que transitava entre a ascensão social (formação da burguesia rural pelo enriquecimento) e o descenso social ou a proletarização, pelo empobrecimento e desterritorialização de outros camponeses. Quanto ao campesinato rico ele o descreveu também como pertencente da burguesia rural, que desenvolvia uma agricultura mercantil a partir dos mecanismos do capitalismo, como por exemplo, pela modernização. Em relação ao proletariado rural, Lênin o definiu como a classe formada por assalariados sem-terras ou aqueles que a possuíam em pequena extensão. Devido ao fato de vender suas terras, ou ter que arrendá-las, o proletariado rural encontrava-se em decadência social. Nesse entendimento, estes passariam a constituir a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.

Porém, de acordo com Lênin, essas diferenciações acabam por dar condições de reprodução, ao campesinato de formas diversas:

[...] a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores “do campesinato”, verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. (LÊNIN, 1985, p. 108)

Defendendo essa tese de desintegração do campesinato, Lênin argumentava que os camponeses apresentavam formas contraditórias ao capitalismo, uma vez que, detendo os meios de produção, eles representavam um entrave ao avanço deste e assim, viviam em uma situação intermediária entre “não” ser totalmente um capitalista e “não” ser um proletário propriamente dito. Assim, por representar um dos limites ao avanço contínuo da grande propriedade capitalista, a reprodução da unidade camponesa efetuada pelo capital é um processo contraditório, pois o capital recria o que destrói como forma de garantir sua reprodução ampliada.

Quanto ao emprego da mão-de-obra assalariada, Lênin (1985), seguindo a leitura marxista diz que ela é o indicador direto da penetração do capitalismo no campo. Quanto ao desenvolvimento capitalista na agricultura, ele apresenta como idéia central de seu estudo, que o capital pode criar diferentes formas de propriedades na agricultura, mesmo que estejam submissas ao seu desenvolvimento. Em suma, isso não representa na interpretação do autor, o desaparecimento do camponês enquanto classe, mas que essas transformações compõem uma nova realidade no cenário agrário trazendo consigo novos desafios para o campesinato.

Em sua obra, "*A Questão Agrária*" publicada em 1898, Kautsky descreve a influência do capitalismo sobre a agricultura e as transformações que estavam ocorrendo no campo no final do século XIX na Europa, mas precisamente na Alemanha, e discorre sobre como ele imaginava que seria o novo século no que se refere à introdução e expansão do capitalismo no campo. Em sua análise, ele defende que assim como ocorreu em outros modos de produção anteriores ao capitalismo, seria necessário a adaptação camponesa ao contexto econômico devastador deste sistema. Segundo o autor, este processo determinou um novo ritmo de vida do camponês alemão que passou a depender do capital para realizar as suas atividades. Em outras palavras, o camponês terminou se envolvendo com o sistema capitalista e passou a produzir para o mercado, dependendo de dinheiro para comprar as coisas necessárias para

realizar o processo produtivo como ferramentas e produtos industrializados para a sua produção agrícola.

Ele explica que a lógica industrial ligada ao capital seria expandida rapidamente ao campo, transformando as terras em meios de produção capitalista e os camponeses em força de trabalho para a atividade industrial (KAUTSKY, 1972, apud CORREIA, p. 37, 2011). Nesse sentido, o objetivo de Kautsky foi analisar como o capital se apropria da agricultura, evidenciando como a pequena unidade de produção por não ter condições para se fortalecer tecnicamente para desenvolver as atividades capitalistas teria de se adaptar.

Esse debate, originado no Partido social Democrata Alemão, previa o controle da produção nas mãos de alguns poucos capitalistas, reduzindo, assim, as possibilidades de evolução da agricultura camponesa frente a concentração da propriedade da terra. Então, nas palavras de Kautsky (1972), o camponês:

(...) deixa, portanto de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica (...) ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial (p. 128-129).

Isso significa em outras palavras, que conseqüentemente a integração da agricultura com a indústria imposta pelo capital ao camponês deixou-o mais vulnerável e dependente dela.

Em síntese, é notório que as interpretações de Lênin e Kautsky aborda questões importantes sobre a penetração do capitalismo no campo, além da grande contribuição para o debate da época, traz para a atualidade importantes elementos sobre a resistência camponesa frente ao desenvolvimento capitalista. Kautsky identificou a resistência camponesa ao analisar a concentração da grande propriedade capitalista quando afirma que o modo de produção capitalista domina a sociedade atual, mas não significa que seja a única forma de produção existente, pois ao lado da grande exploração agrícola encontram-se ainda restos de modos de produção pré-capitalistas, deixando comprovada a resistência camponesa tanto no pensamento deste autor.

Seguindo em nossa discussão, encontramos na literatura, contribuições notórias de outros autores, como Shanin (1980) que faz uma caracterização do campesinato a partir de suas formas organizativas e destaca importantes características na distinção do camponês, quais sejam: a propriedade rural/familiar como unidade básica para organização social e econômica; o trabalho familiar; a agricultura como principal atividade e significando fonte de renda. Autores como Rocha (2013) e Félix (2016) acrescentam a essa caracterização, a

reciprocidade, as relações de produção e a terra como elemento essencial de reprodução da vida. Estes autores também consideram a análise de cada um desses elementos junto ao contexto histórico em que estão inseridos, fundamental para a caracterização do campesinato, sendo a autonomia do trabalho e o trabalho familiar o elemento diferenciador neste processo.

[...] tem-se dito que a economia dos camponeses se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional. Outra maneira de apresentar o problema é demonstrar o quanto as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura [...] (SHANIN, 2005, p. 12-13)

Shanin, (2005 p. 123), nos explica que “os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla”. Para este autor, o julgamento de um conceito deve ser feito nas utilizações no trabalho cotidiano de pesquisa e de programas e nas ações e políticas reais, contribuindo para definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las.

Jan Douwe Van Der Ploeg (2008, p. 39), é quem discute o campesinato a partir do processo de recampesinização e desenvolve o que considera uma nova definição da “condição camponesa”. Por essa condição camponesa, entende-se ver os camponeses atuais não somente sob a ótica do camponês tradicional ou do camponês que ficou à margem do desenvolvimento da agricultura, mas camponeses que se diferenciam também dos empresários agrícolas. Estes camponeses compõem um modo camponês de fazer agricultura. Para Ploeg (2006, p. 13), as noções tanto de campesinato como de agricultura camponesa estão reaparecendo na Europa. Se, durante um longo período, a discussão acerca do campesinato girou em torno de um dualismo clássico, de um lado fazendeiros capitalistas e de outros camponeses, Ploeg alega que agora presenciamos uma agricultura empresarial e esse fenômeno não é visto somente na Europa. Por outro lado, persiste ainda uma forma de agricultura denominada camponesa. Ambas as modalidades cabem dentro da agricultura familiar, por esse motivo, a discussão sobre campesinato é tão complexa.

O autor também traz uma perspectiva em que as diversas modalidades de produção são caracterizadas conforme categorias que levam em conta a finalidade dos produtos, a mão-de-

obra empregada e até mesmo os recursos necessários à produção. Segundo ele, atualmente existem três modos de produção: uma agricultura capitalista, uma agricultura empresarial e uma agricultura camponesa. Além dessas três definições, o autor nos apresenta outra classificação conforme a finalidade de sua produção.

Para Ploeg (2006), o primeiro modelo, é o da Produção Doméstica (PD), que tem por finalidade a garantia do auto-abastecimento e não há resultados de produção de base mercantil. A segunda é a Pequena Produção Mercantil (PPM), que tem também como objetivo a sobrevivência da família, mas parte da produção é comercializada. Apesar disso, recursos como terra, sementes, insumos, conhecimento e força de trabalho não são tratados como mercadoria. A Produção Simples de Mercadorias (PSM) difere das duas primeiras porque tanto os recursos necessários à produção como o seu resultado são classificados como mercadorias. Já na Produção Capitalista de Mercadorias (PCM) todos os fatores envolvidos na produção são vistos como mercadoria. Outra diferença quanto à produção simples mercantil é que, nesta, o objetivo final diz respeito à obtenção de renda, que, na maioria das vezes, é utilizada para a reprodução da unidade de produção. Enquanto na produção capitalista de mercadorias, o objetivo é a obtenção de mais-valia (PLOEG, p. 142).

Segundo esta classificação, a pequena produção mercantil é tida como modo de produção camponês e a produção simples de mercadoria, como modo empresarial de produção. A primeira é também considerada como parcialmente integrada ao mercado, enquanto a segunda como completamente integrada. Por condição camponesa entende-se uma série de fatores que se inter-relacionam e que garantem a reprodução do modo produção camponês, como a coprodução. “Coprodução é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material” (PLOEG, 2006, p. 22).

Um dos principais teóricos do campesinato na América Latina, Armando Bartra Vergés (2011) trata da condição do campesinato no capitalismo, a partir do processo de produção-circulação. Apoiando-se na teoria de Marx, que explica a exploração do trabalhador assalariado, o autor faz algumas proposições para uma abordagem alternativa da condição do campesinato no capitalismo que dá subsídios para destrinchar sua chave de exploração. Para ele “no capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que lhe deu origem” (VERGÉS, 2011, p.2).

Segundo ele, essa chave está na condição, processo e consumação da exploração. A condição de exploração do trabalhador assalariado está na esfera do mercado, pois este vende sua força de trabalho como mercadoria, enquanto a condição camponesa está na esfera da

produção, durante seu desenvolvimento em prol da reprodução. O processo de exploração é o inverso, ao passo que para o trabalhador assalariado esse processo ocorre na esfera da produção com o prolongamento da jornada de trabalho, para o camponês se dá na esfera do mercado, na transferência de excedente por meio de um intercâmbio desigual (VERGÉS, 2011).

Bartra discute também a ideia de que o camponês possui um caráter polimórfico desenvolvido pelo campesinato no jeito camponês de fazer agricultura, o qual permite a luta contra o processo de sua invisibilização ao demonstrar suas várias faces diante dos modelos intensivos e depredadores do jeito empresarial de fazer agricultura. Para além da produção de alimentos, o autor aponta que os camponeses produzem também diversidade social e natural (2011, p. 98). Nesse debate torna-se oportuno abordar o papel dos camponeses de assumir as premissas do chamado “desenvolvimento sustentável”, reconhecendo o valor sociocultural dos camponeses e também o valor ambiental, embora o capital explore, marginalize e retrate alguns desses sujeitos como uma classe desnecessária. Isso subsidia o debate que o autor traz sobre o êxodo camponês, o qual afirma que “os lavradores e, em especial os indígenas, não são apenas polimorfos, mas também transterritoriais e onipresentes” (BARTRA, 2011, p.109). O autor demonstra como o campesinato não permite que seja suplantada e destruída sua original potencialidade e eficácia sócioambiental pela ética competitiva do capital. Na contra mão da ótica capitalista, em que “a nova produtividade depende cada vez menos da heterogeneidade agroecológica” (BARTRA, 2011 p. 96), os camponeses “pedem a palavra e reivindicam, por conta própria, um novo modo de fazer” (BARTRA, 2011, p. 97).

2.1.1 Agricultura camponesa x agricultura capitalista: breve conceitualização

Neste tópico, abordaremos as bases teóricas sobre as características comuns às categorias analíticas utilizadas para referir-se ao camponês, porém está longe de nossas intenções explicarmos aqui a agricultura camponesa restritamente por seu âmbito produtivo e econômico. Discutiremos a coerência do uso deste termo por contemplar as várias funções exercidas pela produção familiar que não é apenas a função primária de produzir alimentos, mas de garantir a reprodução socioeconômica dos camponeses. Assim reforçamos a força política e conceitual da expressão agricultura camponesa, pois esta nos dá o sentido da produção camponesa a partir da necessidade de entendermos a sua capacidade de resistência e (re) criação no interior da territorialização da economia capitalista. Debateremos ainda a conflitualidade de termos que são utilizados nos discursos acadêmicos com o intuito de

abarcam o modo camponês de fazer agricultura, muitos inclusive dando-lhe caráter de ultrapassado. A contraposição aqui apresentada entre os conceitos de agricultura capitalista e agricultura camponesa, se baseia na concepção trazida por Carvalho (2011 p. 28), sobre o modo de fazer agricultura. Sobre este, o autor afirma que as unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro.

Até aqui compreendemos que o conceito de campesinato abarca um importante referencial teórico na análise dos processos históricos de formação das classes sociais no meio rural, e ainda um importante referencial ideológico para os diversos discursos sóciopolíticos a cerca do tema. Atualmente tanto os termos “*camponês*” como “*agricultura familiar*” têm ocupado esses discursos e muitas vezes se confundem, dada a diversidade de categorias que são utilizadas para defini-los, porém não são termos equivalentes, dada a conotação política que cada um deles carrega (BONI; BOSSET, 2013). Por sua vez, o conceito camponês, além de seu significado político e da construção do pensamento acadêmico, reflete sua história social em sentido amplo por sua capacidade de reprodução e recriação. Portanto como é de relevância ao caráter desta pesquisa, esclarecemos que os sujeitos aqui analisados são tratados e entendidos como classe social pela sua capacidade de criação e recriação no território que ocupam.

Quanto ao termo *agricultor familiar*, é preciso ser cauteloso quanto à sua utilização, pois o debate em torno dele parece ser mais de cunho político do que propriamente conceitual, sendo necessário entender que este tem procurado ocupar alguns discursos na atualidade com a intencionalidade, de contrapor-se ao termo camponês, dando-lhe um sentido pejorativo. Sobre isso, Fernandes (2013), nos explica que o conceito de agricultura familiar foi recentemente incorporado ao vocabulário técnico e acadêmico muitas vezes tentando “substituir” o conceito de agricultura camponesa nas análises teóricas e em políticas públicas. Segundo o pesquisador, o problema em torno da questão se dá pelo fato de que muitas vezes, o termo é utilizado em caráter pejorativo ou marginal na análise de muitos estudiosos e políticos profissionais porque utilizam-no como um paralelo ao conceito de campesinato que estaria superado e ultrapassado. Ele explica que:

É fundamental ressaltar que há diferença estrutural entre agricultura de base familiar (denominada popularmente de agricultura familiar) e agricultura familiar capitalista. A agricultura de base familiar é camponesa exatamente por se distinguir da agricultura capitalista. (FERNANDES, 2013, p. 1)

Costa e Carvalho (2012, p. 30) nos esclarecem que a partir da denominada Revolução Verde¹, introduziu-se o termo *agricultura familiar*, que era costumeiramente utilizado vez ou outra, e teve seu uso acentuado na década de 1990, após ser consagrado em lei (BRASIL, 2006, apud COSTA; CARVALHO, 2012) passando a ser utilizado formalmente, por programas e políticas públicas governamentais. A lei nº 11.326 foi sancionada em 24 de julho de 2006, pelo presidente da República, que estabeleceu as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, oficializando a expressão agricultura familiar com concepção distinta daquela da empresa capitalista no campo. Para os autores, o uso desta expressão traz como resultado a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias. A oficialização do termo, objetivou estabelecer critérios para o enquadramento legal dos produtores rurais com certas características que os classificavam dentro dessa categoria. Esses agricultores precisavam se enquadrar dentro dessas características para obter os benefícios governamentais, tratando com indiferença o fato desses estarem em situação de subordinação perante as empresas capitalistas ou se eram reprodutores da matriz de produção e tecnológica dominante (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 31).

Quanto ao termo agricultura camponesa na concepção destes autores (2012), abarca a especificidade camponesa e a construção da sua autonomia relativa em relação aos capitais. Traz assim um diferencial na perspectiva de fortalecer os camponeses pela afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa. Logo, ela é o modo de se fazer agricultura distinto do modo de produção capitalista dominante, uma lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver.

Por outro lado, *agricultura de subsistência* e *agricultura familiar*, são expressões usuais que se fizeram hegemônicas no campo, em decorrência dos interesses das empresas capitalistas e têm confrontado ideologicamente o campesinato. A expressão agricultura de subsistência, presente nos discursos dominantes desde o Brasil colonial, discrimina os camponeses por serem produtores de alimentos – uma tarefa considerada subalterna, ainda

¹Introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade e revivificada a partir dos anos 1980, com a expansão mundial da concepção de artificialização da agricultura e a ampliação dos contratos de produção entre as empresas capitalistas e as famílias camponesas (PEREIRA, 2012).

que necessária para a reprodução social da formação social brasileira –, contrapondo-os ao modo dominante de se fazer a agricultura (NEVES, 2012, p. 34).

Analisando todas essas contradições que permeiam a agricultura camponesa, entendemos então que ela enfrenta inúmeros obstáculos no que se refere tanto a sua reprodução quanto a sua territorialização. Se observarmos todo o contexto e conjuntura na qual ela vem se reproduzindo, compreenderemos que a estrutura agrária brasileira não condiz com a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, que cria o Estatuto da Terra, o qual garante o direito à reforma agrária com o objetivo de alcançar a função social da terra. Para Sodero (1968) o princípio da função social da terra ressalta o sentido que a terra está a serviço do homem e, não, o homem a serviço da terra, mas, que a terra não é mercadoria e, sim, um meio de produção ou de utilidade social (p.89).

Sobre o conceito de propriedade da terra, como o entendemos aqui, é trazido por Carlos Frederico Marés (2003) segundo o qual surgiu com o desenvolvimento da agricultura e da domesticação de animais, sendo, a princípio, coletiva, não importando o bem em si, mas tão somente os frutos por ele produzidos. Para ele a terra não era objeto de propriedade excludente, mas sim as coisas produzidas pelo ser humano ou por ele colhidas. Coube ao capitalismo a transfiguração da terra em objeto do direito de propriedade (séc. XVIII), direito este que se constituiu em “essência” da civilização, agredindo a natureza e minando a fraternidade, transformando a propriedade em bem jurídico com valor de troca . A terra como objeto de direito de propriedade independente de criação ou uso é criação do capitalismo (MARÉS, 2003).

Talvez a lei nem tenha tido culpa! O fato é que mesmo com a Lei de 1964, omissa quanto à consequência do não cumprimento da função social, era possível a interpretação de que uma terra sob domínio privado que não cumpra a função social não tem as garantias jurídicas do sistema. Em momento algum, porém, a elite jurídica nacional ousou admitir, ou sequer pensar nesta possibilidade. (Marés, 2003, p. 114).

Sobre isso, Almeida (2009, p. 75) nos faz uma provocação interessante, quando diz que essa é uma discussão que parte para o âmbito político, pois a lei de 1964 prevê como única maneira de providência desapropriar as terras que não cumprem a função social, mas ainda assim, existe a dependência da vontade política do gestor público, que deveria as pagar em títulos da dívida agrária. E ele vai além, afirmando que a Legislação de um lado incentiva o uso adequado, mas de outro protege o inadequado, proibindo que os camponeses usem as terras e nelas produzam sem a expressa vontade do proprietário ausente. No entanto, ele afirma que culpar apenas a lei seria um erro, porque sua promulgação e efetivação dependem

de uma série de fatores sociais e está sujeita a atuação dos órgãos estatais competentes e também ao próprio poder judiciário que mantém sua visão de propriedade como se estivesse há um século atrás.

2.2 O território do campesinato

Para compreendermos a condição camponesa na atualidade, precisamos sobretudo analisar e fazer uma leitura do lugar onde transita o campesinato em sua forma contemporânea: o território, que é sua base de sustentação econômica, histórica e cultural. Nesse sentido, existe uma disputa materializada entre o campesinato e os capitalistas do agronegócio, no que diz respeito ao território, onde uma classe tenta desterritorializar a outra a fim de se territorializar. A territorialização do campesinato implica na conquista da terra e a reprodução camponesa nos aspectos social, econômico e cultural. A territorialização do agronegócio significa a criação de territórios capitalistas que tem como essência a expansão das práticas capitalistas no campo, desde a forma de fazer agricultura até os mecanismos de apropriação das formas de produção.

Baseando-nos nas concepções de alguns teóricos do assunto, discutiremos nesta seção, o conceito de território numa abordagem geográfica, econômica e política. Ressaltamos que a abordagem deste conceito nestas perspectivas nos ajuda na compreensão da construção dos territórios camponeses. Com base nessa discussão, buscamos caminhos para entender esses territórios e suas formas de reprodução no contexto atual.

Nas interpretações de Bernardo Mançano Fernandes (2009), entendemos que o conceito de território torna-se na nossa análise uma ferramenta imprescindível para entendermos a partir da propriedade e das relações sociais o que se passa no cenário agrário brasileiro, sendo que este é fruto da expansão territorial que ocorre também em outros lugares do mundo. O território é caracterizado como trunfo nas ações humanas e fundamenta a interpretação geográfica dos movimentos socioterritoriais, como aqueles que vislumbram terra como parte importante de um território (FERNANDES, p. 124, 2005). Logo, ele não é somente um conceito, uma palavra, é um instrumento para entendermos os movimentos socioterritoriais, as dinâmicas do campo que revelam as relações sociais e de poder capitalistas e anticapitalistas.

Uma importante abordagem sobre a interpretação geográfica do território é trazida também por Fernandes (2005) quando propõe a abordagem territorial a partir de alguns paradigmas. Ele explica que no Brasil os estudos sobre o desenvolvimento rural partem de

duas teorias: a dos autores/pesquisadores que defendem a viabilidade da agricultura familiar através da sua integração ao mercado e da incorporação tecnológica e aqueles que estudam o espaço agrário brasileiro a partir do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo. Essas duas correntes foram denominadas por ele como Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Fernandes (2008) explica que para autores, cujas teorias se interpretam no Paradigma do Capitalismo Agrário, o conceito de território se expressa como um espaço de governança (território do Estado) porque suas análises são feitas com base nos modelos do modo de produção capitalista, portanto, nesta teoria, ele tem o significado semelhante aos conceitos de espaço e região. Nesta compreensão, predominam as políticas de desenvolvimento territorial rural cujos parâmetros são sempre as relações capitalistas. É o caso das políticas neoliberais que ainda predominam no espaço agrário brasileiro através de três processos: primeiro intensifica a desterritorialização dos territórios camponeses “por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado”; segundo facilita a territorialização do agronegócio através das monoculturas voltadas para exportação; e terceiro permite a reterritorialização dos territórios camponeses por meio da mercantilização das políticas públicas como a reforma agrária (FERNANDES, 2008, p. 293).

É evidente, neste último processo, a recriação do campesinato mesmo que seja de forma subalterna, usando as palavras de Fernandes (2008, p. 294): “O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalista”, no denominado processo de acumulação por espoliação. Os territórios capitalistas e camponeses possuem diferentes formas de organização da produção e do trabalho, portanto, para um se expandir é preciso a destruição do outro. Este processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização permanecerá enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, pois com o seu fechamento as conflitualidades existentes entre as classes capitalistas e camponesas se intensificarão ainda mais.

Quanto ao conceito de território utilizado no Paradigma da Questão Agrária, Fernandes (2005), explica que este tem como critério em seus estudos as contradições e as conflitualidades entre as classes capitalista e camponesa. Por essa razão, este conceito distingue-se dos conceitos de espaço e região porque se expande para além do sentido de espaço de governança. Neste sentido, as perspectivas do desenvolvimento territorial rural dão mais ênfase a sua dimensão política através de severas críticas ao capitalismo. O território é analisado através da soberania expressa pelas formas de resistência à desterritorialização do campesinato que acontece através de políticas de desenvolvimento local dos órgãos oficiais e

multilaterais que tentam colocar limites à existência camponesa com a sua inserção ao mercado.

Portanto dada a importância de se assimilar o território em suas múltiplas abordagens e perspectivas, para a compreensão deste em sua configuração territorial, pensou-se no espaço geográfico como ponto de partida para esta análise, considerando que o “espaço geográfico se cria como produto histórico e social a partir da contradição entre uma produção socializada e sua apropriação privada.” (CARLOS, 2005. p. 83 e 84).

Lefebvre (1974) está entre os autores que compreendem o espaço geográfico enquanto o lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições. O autor aborda o conceito de espaço social na perspectiva em que este é produto das relações que constituem o sistema capitalista. Em conformidade com essa ideia, surgem dois conceitos chave, que são o território e o espaço, necessários à vida, sendo o espaço vital, tendo o poder presente em todas as relações da vida cotidiana (1974, p. 78). Logo a noção de território se dá a partir do espaço ocupado, construído, gerido e utilizado pelo homem que se organiza no mesmo ocupando e usando o solo.

Apesar de tecer uma análise de base mais econômica e política, Claude Raffestin (1993) atribui-lhe uma concepção múltipla de território e territorialidade humana. O autor afirma que no território, as dimensões da economia, política e cultura são complementares e o espaço é a base para a formulação deste, ou seja, o espaço existe antes do território, sendo ele a “matéria-prima” para a construção deste último.

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Camacho e Cubas (2011) apontam que o território para Raffestin é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos – os agentes sociais – mantêm entre si e com a natureza. Para ele o território se forma a partir do espaço, onde aquele não poderia ser mais nada que um produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Essa apropriação de que Raffestin se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto

fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território. O poder, assim, é *relacional*, pois está intrínseco em todas as relações sociais. Desse modo, se o poder está em toda relação e se o espaço é anterior ao território, a conclusão de Raffestin (1993) é a de que “o espaço é a “prisão original” e o território é a prisão que os homens constroem para si”. Dessa forma, a relação entre espaço concreto, território e grupos sociais passa a ser crucial para a análise dos mesmos, nos quais características como fronteiras fluídas, limites mutáveis, durabilidade, poder e controle constroem identidades socioespaciais. Definindo assim, as diversas territorialidades que permeiam o espaço (p, 144).

Quanto às territorialidades Souza (2005), explica que estas são mutáveis e totalmente dinâmicas no sentido espaço-tempo. A territorialidade é atribuída pelo espaço vivido pelo ator ou grupo em determinado território, ou seja, o conjunto de relações estabelecidas, que por sua vez dão conteúdo ao território. Assim:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

O território é coexistente à ação humana no espaço e no tempo, que prevê conflitos de interesses que formam as relações sociais e de poder. Então é necessário entendê-lo como relações sociais, de diálogo e de disputa, mediadas pelas relações de poder e que também são determinadas dialeticamente, no processo histórico-geográfico. As relações sociais humanas se realizam por homem-homem e homem-natureza-homem, todo processo relacional se volta para a territorialização das ações humanas desenhando no espaço diferentes territórios. Assim, o território se origina a partir da ação das relações humanas, das relações de disputa pelo espaço e de como moldá-lo (DIAS, 2012).

Haesbaert (2004, 2007, 2009) nesse sentido, faz uma importante interpretação do território, pois segundo ele este não está desvinculado de sua origem epistemológica – a posse da terra – mas passa a ser concebido e dotado de uma “carga cultural”, isto é, diz respeito tanto ao poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, pág. 84). O autor (2004) utiliza também quatro definições básicas para se referir ao território (*território natural; território político; território econômico e território cultural ou simbólicocultural*), e, além disso, faz uma distinção entre

“*território unifuncional*” e território como *espaço-tempo-vivido*. O primeiro está relacionado à lógica capitalista hegemônica, “especialmente através da figura do Estado moderno, defensor de uma lógica territorial padrão [...] que não admite multiplicidade/sobreposições de jurisdições e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2007a, p. 21).

Assim, na tentativa de ver o território em sua multiplicidade de manifestações (HAESBAERT, 2007) sugere duas grandes vertentes em que se pode investigar o território, uma mais *funcional*, priorizado na maior parte das abordagens, e outro, mais *simbólico*. Na primeira, o território, é visto como um domínio política e economicamente estruturado (dimensão mais concreta); já no segundo caso o território compreenderia uma apropriação mais simbólico-identitária, determinados por ações de certos grupos sociais sobre o espaço onde se reproduzem socialmente.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais” (HAESBAERT, 2007a, p. 23).

Para fins de análise, ainda nos utilizaremos das contribuições deste autor, que traz mais uma concepção de território: a concepção materialista, onde ele (2009, p. 44) situa três das quatro dimensões: naturalistas, econômicas e políticas. Sobre a primeira dimensão, Haesbaert fala sobre o grande perigo da vinculação desta territorialização animal com a humana, e ressalta que a concepção naturalista de território não deve aparecer dissociada da relação da sociedade com a natureza e vice e versa. Haesbaert comenta que:

Dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar esta dimensão ‘natural’, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada. No fundo, a razão está com autores como Bruno Latour (1991), para quem movemo-nos muito mais no campo dos ‘híbridos’ sociedade-natureza. (HAESBAERT, 2009, p. 55).

Sobre a dimensão política de território, certamente pode ser considerada a mais clássica. Aqui, as relações de poder são o principal fator a ser considerado na análise. A forma mais tradicional de uso deste conceito está ligada à associação feita entre ele e o Estado, porém há de ser reconhecido que o território é instituinte do Estado que o instituiu. Ratzel

(HAESBAERT, 2009, p.63) comenta que “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado”.

Conforme nos explica o autor, o território também pode ser construído sob uma perspectiva idealista, pois a cultura, os códigos étnicos, a religião também são formas de apropriação de um determinado espaço. Esta dimensão territorial tem “referências muito mais enfáticas a estes ‘poderes invisíveis’ que fazem parte do território”, tais como mitos e símbolos que podem “mesmo ser responsáveis pela própria definição do grupo como tal.” (HAESBAERT, 2009, p. 69).

Outra importante contribuição para a compreensão dos territórios é a de Saquet (2007) que conclui ser o território uma abordagem simbólica-cultural, histórica, multiescalar, na relação economia-política-cultura-natureza, dentro da relação territorialização-desterritorialização-reterritorialização, (i) material, relacional, ideário, uno e múltiplo. Saquet em sua análise teórica sobre o conceito discute a importância de, em um estudo empírico territorial, abordar as dimensões: econômica, política e cultural não deixando de lado a dimensão natural no processo de apropriação do espaço por meio das relações de poder, como se pode ver:

“Por essa abordagem e concepção (i) material, uma dimensão fundamental e quase negligenciada em estudos territoriais ou tratada comumente como base física, é a natureza exterior ao homem. Assim merece atenção sem a pretensão, evidente, de esgotar a temática. Nos processos territoriais, as dimensões da Economia-Política-Cultura-Natureza, estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Talvez, possamos avançar a partir do exposto, sobretudo a partir da possibilidade de se considerar, na natureza do território, a natureza.” (Saquet, 2007, p.172).

Portanto mediante a discussão teórica aqui desenvolvida, analisamos a territorialização desterritorialização camponesa confrontando os interesses do capital, representados pelo agronegócio, que também se territorializa nos espaços dos assentamentos, após a conquista e luta pela terra. Reafirmamos a importância da compreensão do território para apreendermos essa realidade. Podemos até dizer que esta análise é estratégica, pois o território é onde as relações sociais mediadas nas relações de poder realizam as vontades e interesses de classe. Esse é o espaço onde as classes sociais se realizam e, entendê-lo enquanto essência material e imaterial proporciona o olhar geográfico-histórico sobre como as ações políticas (oficiais ou extraoficiais) se situam, transformam ou não as relações sociais (CAMACHO; CUBAS, 2011).

Assim, vemos a necessidade de entendermos o território como possibilidade da construção do espaço camponês, entendendo estes como espaços formados por relações sociais anticapitalistas, que revelam o paradigma do desenvolvimento socioterritorial nos projetos políticos e nas políticas públicas.

3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL, LUTA PELA TERRA E ASPECTOS HISTÓRICOS DA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM GOIÁS

Neste capítulo apresentaremos as perspectivas sobre a formação geográfica e histórica do Estado de Goiás, contextualizando historicamente os aspectos de sua ocupação e como isso refletiu na utilização da terra. Para isso o capítulo está ordenado em partes que correspondem às fases cronológicas de seu desenvolvimento, de acordo com a relevância dos acontecimentos históricos. Os processos de resistência territorial nesse nos respectivos períodos ocorrem por meio da luta pela terra e territorialização camponesa através de múltiplas formas de construção e de apropriação, concreta ou simbólica, do território que serão descritos ao longo desta seção. A construção desse território estaria numa combinação de processos que marcaram a vida desses sujeitos e nos acontecimentos do processo de luta pela terra narrados aqui, por via dos quais se concretizam atos políticos, culturais e sociais no território conquistado.

3.1 A atual formação fundiária de Goiás

Discorrer sobre o território de Goiás hoje, não é o mesmo que discorrer sobre Goyaz até o século XVIII, ou de Goiás até o fim da década de 1989, pois o território que compreendia o Estado nesse período, ainda possuía uma parte desenvolvida mais ao centro sul e uma parte ainda dominada pelas oligarquias rurais mais ao norte. O que ocorre a partir da década de 1990 e início dos anos 2000 é uma estruturação social em que ao sul configura-se a figura do fazendeiro mais desenvolvido e ao norte mais atrasado. No entanto, ambos estão no poder político e econômico do estado (BERTRAN, 2001).

Desde o início do povoamento do território que seria conhecido como Goyaz - em uma alusão aos índios Goyazes que habitaram esta região, mas que foram perseguidos e/ou integrados à cultura aurífera - a presença das grandes propriedades de terras é parte integrante do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos governantes locais. Coexistindo com os latifundiários sempre esteve a figura dos camponeses, que em um primeiro momento conviviam em “harmonia” até mesmo pelo pouco interesse e na grande disponibilidade de terras, mas que com a mudança no modelo de desenvolvimento e a introdução da estrada de ferro e, posteriormente, das rodovias, passaram a estabelecer os conflitos pelo domínio e controle da terra (PESSOA, 1999).

Tem-se assim que a formação fundiária do Estado de Goiás tem como ponto principal a concentração de terra nas mãos de poucos, o que pode ser “justificado” pela opção do desenvolvimento econômico por meio da pecuária extensiva, mas também pela concentração do poder político, econômico, cultural e social nas mãos dos latifundiários, elementos que sempre estiveram presentes em toda a história do Brasil.

Nesse contexto, o fim da década de 1980 foi marcante para a conformação do território goiano como está configurado nos dias atuais com a separação entre o norte e o sul. O território de Goiás conviveu com uma dualidade referente ao seu processo de desenvolvimento desde o processo de interiorização. A chegada da estrada de ferro, a construção de Goiânia para ser a capital do estado e posteriormente de Brasília, como a capital federal, possibilitou que o sul de Goiás se tornasse mais propício ao desenvolvimento econômico, seja na agropecuária que encontrava as terras mais férteis e propícias para esta finalidade, ou no surgimento de pólos industriais incentivados pelos investimentos de infraestrutura, que estavam sendo realizados. Vários conflitos agrários marcavam a região, em especial, no bico do papagaio, onde a lei que vigorava era a dos fazendeiros que influenciavam nos poderes locais e usavam da força, principalmente, o uso de armas para intimidar quem fosse contrário às suas “ordens”. A política dos governos estadual e federal da política de ocupação da fronteira agrícola incentivava empresas a desenvolverem atividades econômicas na região desconsiderando, assim, as famílias que estavam instaladas nas áreas de terras devolutas. Por ser uma região de baixa densidade demográfica, muitas famílias de camponeses que eram ameaçadas deixavam suas propriedades e buscavam novos lugares para se estabelecerem, entretanto, muitos resistiam e ficavam a mercê da truculência dos latifundiários (ANACLETO, 2014). O que ocorre a partir da década de 1990 e início dos anos 2000 é uma estruturação social em que ao sul configura-se a figura do fazendeiro mais desenvolvido e ao norte mais atrasado. No entanto, ambos estão no poder político e econômico do estado.

Em síntese, a conformação do território de Goiás é marcada pela apropriação da terra, onde camponeses e latifundiários buscavam estabelecer suas propriedades, mas a preferência na demarcação ou uso da terra era sempre do latifundiário, que expulsava os camponeses de suas terras sempre que esta lhe interessava. Mesmo com as diversas formas de organização dos camponeses para resistir às investidas dos latifundiários e garantir suas terras para o trabalho, produção e sustento de suas famílias, eles foram derrotados ou desarticulados pelo aparato do Estado que sempre esteve ao lado dos grandes proprietários de terra.

3.2 Primórdios da questão agrária em Goiás e ocupação do território: período da mineração e pecuária - século XVIII

Este tópico vislumbra descrever como ocorreu historicamente a ocupação do território goiano e ainda a quais fatores do tempo histórico está relacionada a concentração fundiária no Estado. Vamos tratar a princípio da ocupação deste território como um todo, porém nossa atenção se concentrará na região norte, onde o campesinato passou por desdobramentos e conflitos de relevância para se territorializar. Seu estudo é relevante porque em sua historicidade traz como fato histórico bastante explorado e estudado o exemplo de resistência da classe trabalhadora, na luta liderada por José Porfírio nos conflitos de Trombas e Formoso. Começamos por mencioná-lo, porque entendemos que este processo de luta pela terra dentro de nossa concepção histórica, desencadeou várias outras lutas até a chegada do MST na região e consolidação do Assentamento Antônio Conselheiro. Para facilitar a compreensão do processo de ocupação e as respectivas fases pelas quais ocorreu, propomos uma periodização dividindo esta parte do trabalho em subseções.

A formação agrária do território que hoje compreende o Estado de Goiás foi marcada por um conflituoso processo de disputas territoriais entre posseiros e latifundiários. No entanto, apesar dessas disputas serem notadamente marcantes na configuração da estrutura fundiária do Estado, abrimos aqui um parentêse em relação às primeiras lutas que marcaram o processo de ocupação e colonização da região. Na verdade estas lutas foram protagonizadas por índios que habitavam este território, onde muitos acabaram aprisionados, escravizados e os resistentes assassinados nas incursões do bandeirantismo. Povoada inicialmente pelas populações indígenas, a região foi palco de verdadeira barbárie contra esses povos, que iniciaram um importante processo de luta e resistência contra os bandeirantes portugueses. Este processo demonstra que desde os primórdios de sua formação agrária, o Estado de Goiás, é caracterizado por disputas de território e poder, concentração fundiária e resistência.

Entendemos, portanto que a singularidade atribuída a realidade socioespacial dessa região, é resultado das características do seu processo de povoamento e ocupação, que além de se revelar permeado de grandes conflitos, ocorreu sobretudo pelo advento da mineração e pecuária a partir da primeira metade do século XVIII. Um marco importante foi o período aurífero, sendo que após sua queda permaneceu a pecuária extensiva, contribuindo para fundar a base e a estruturação da sociedade goiana, que tem na figura do latifundiário o centro político, econômico e social. Assim, resumidamente podemos periodizar o processo de ocupação em fases que foram do período da mineração, passando pela fase de ocupação

pecuarista, sucedida pela fase agrícola e culminando com a fase de ocupação agropecuária (BORGES, 1990).

A primeira fase iniciou-se com a incorporação da região Centro-Oeste ao chamado sistema colonial (1726-1770), tendo como atividade principal a mineração. Isso ocorreu nas primeiras décadas do século XVIII, com a introdução da exploração do ouro como atividade principal. Como consequência desse processo, nesse período formaram-se os primeiros núcleos populacionais de Goiás. Estes se constituíram por duas frentes colonizadoras: uma pelo sul, através dos bandeirantes paulistas que atravessaram o Rio Paranaíba e outra pelo norte, formada pelos migrantes da Bahia, Pará e Maranhão, que se deslocaram pelo vale do Rio Tocantins. A partir desse povoamento surgiram as vilas de São Vicente do Araguaia (Araguatins), Pedro Afonso e Piabanha (Tocantínia) no norte, atual Estado do Tocantins e, nas áreas meridionais, Abadiânia, Bela Vista de Goiás, Capela dos Correias (Orizona), Santa Rita do Pontal (Pontalina), Corumbá, Pouso Alto (Piracanjuba), Porto de Santa Rita (Itumbiara), Abadia do Paranaíba (Quirinópolis) e São Sebastião da Pimenta (Itarumã) (PESSOA, 1999).

Conforme nos explica Maia (2008), os colonos migraram para as terras mais férteis do território tomando-as dos indígenas e depois solicitavam o reconhecimento das autoridades régias sobre suas posses sesmarias. As Cartas de Sesmarias eram concedidas pelos Capitães Gerais e Governadores das Capitanias, posteriormente reconhecida pelo rei e o seu Conselho Ultramar, desde que cumprida todas as exigências de regularização, constituindo-se em documentos jurídicos legítimos que auferiam o direito de posse. Os colonos levavam de um a cinco anos para estabelecer seus marcos de posse, consolidados pelas construções de moradias rudimentares, roças de mantimentos e outras estruturas necessárias à sua fixação.

Tem-se assim que no decorrer do século XVIII, os colonos deixaram implícita sua preocupação com a propriedade em função da economia aurífera. No período posterior não ocorreram os mesmos cuidados legais quanto à propriedade fundiária nas antigas regiões de mineração. Assim, o acelerado processo de decadência da mineração fomentou uma rápida apropriação primária do espaço rural em Goiás. A maioria das sesmarias requeridas no século XVIII não cumpria as normas processuais vigentes exigidas pela Coroa. Havia estabelecimentos adquiridos através de concessões provisórias dos Governos locais. Geralmente isso ocorria porque as demarcações legais das sesmarias impediam os fazendeiros de ultrapassar os limites legais de suas propriedades (BERTRAN, 1988).

Porém no final do século XVIII ocorreu em Goiás a crise da economia do ouro o que resultou em uma mudança expressiva nos aspectos populacionais, sociais e econômicos daquela região. A população local diminuiu, levando várias cidades ao desaparecimento, sendo

tudo acompanhado de uma predominante ruralização das atividades gerais. Os que não retornaram para o litoral dedicaram-se a uma agricultura de subsistência e à formação das grandes fazendas para prática da pecuária extensiva. Economicamente a pecuária era a atividade mais viável para a região, por exigir, apenas, pastagens naturais, pouca mão-de-obra, instalações rústicas e reduzido investimento de capital (FERREIRA; MENDES, 2012).

A fase da pecuária extensiva iniciou-se como consequência da decadência do ciclo da mineração que desencadeou fluxos e refluxos de correntes migratórias e de capital em escravos. Nesse período iniciou-se o povoamento do campo e o despovoamento das vilas, sugerindo uma herança do sistema mercantil colonial, na qual a decadência do sistema mercantil possibilitou o surgimento de uma nova economia agropecuária. Para Bertran (1988), os interesses mercantis uniam-se à produção agropecuária, criando um sistema econômico verticalizado e concentrado nas mãos de um pequeno número de comerciantes e capitalistas.

Para Pessoa (1999) o desenvolvimento da atividade pecuária desencadeou uma intensa concentração de terras, pois logo em meados do século XIX verificou-se a existência de muitas concessões de terras feitas em Goiás. A maioria dos moradores/fazendeiros tinha estabelecido uma ocupação antiga e possuía, apenas, concessões feitas pelos antigos Governadores-Gerais, Capitães-Donatários, Provedores dentre outros funcionários da Coroa. Esses fazendeiros se apropriaram de áreas que não podiam cultivar o que resultou em uma vizinhança separada por três a cinco ou mais léguas de distância, tornando comum a presença de taperas e propriedades totalmente abandonadas, contrapondo-se ao princípio básico da ocupação - o aproveitamento do solo. Segundo Boaventura (2012), o resultado desse processo, é que a economia agrícola surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária.

Deste modo a transição da economia aurífera para a economia agrária, com foco principal na pecuária, se deu pelo fato de haver grandes extensões de terras livres e quase desabitadas, situação era bem distinta dos investimentos necessários para exploração aurífera, cercada de impostos, de investimentos em força braçal, somado a insegurança das variações de produtividade. É importante salientar que a pecuária mencionada acima foi praticada em larga escala por fazendeiros que, diga-se de passagem, eram os mesmos antigos donos das lavras de ouro. Ou então, ocupante de algum cargo público privilegiado, como aponta Chaul (1997, p. 86).

Com base em Salles (1992), pode-se dizer que durante o auge aurífero, a ocupação das terras era livre e abundante, porém com sua decadência, aumenta o interesse pela terra,

levando grande número de posseiros a requerer o registro de suas propriedades. Mas ainda havia “o lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, sem recursos para construir engenhos, apoderava-se delas à margem da lei [...]” (SALLES, 1992, p. 63).

Baseando-se no cenário apontado acima, chega-se a conclusão de que, ao longo do século XVIII, houve distintas formas de ocupação das terras em Goiás: grandes fazendas, com foco na pecuária, e pequenos sítios focados principalmente na produção agrícola. Esse fato aponta que desde muito cedo em Goiás o campesinato se territorializou.

Os relatos de autores como Bertran (1997) e Chaul (1997) apontam que vários pequenos sítios eram ocupados por lavradores independentes, que não dispunha de recursos para possuir lavras de ouro ou escravos para trabalharem em seu favor. Por certo por este modo de vida podemos denominá-los como camponeses. Dispunha da força de trabalho familiar para produzir o sustento e algum excedente para adquirir bens essenciais.

Bertran (1997), trás detalhes sobre o modo de vida e da econômica camponesa daquele período:

[...] já era eminentemente, desde fins do século XVIII, uma sociedade de economia agrária, uma economia de subsistência agrícola, no que pese a conotação negativa da palavra subsistência, à qual prefiro o conceito de economia de *abastância*. *Abastância*, de bastante, diferente de abundante. Plantava-se o que se ia comer, beber e vestir. Se algo sobrasse era para gastar em festas e coisas suntuárias. [...] Nada era urgente ou inadiável a não ser libertar o tempo para o ócio, para as inúmeras festas do campo ou do arraial a sociabilidade do tempo -, para pescarias e caçadas, enfim numa palavra, para o exercício dos prazeres de uma vida simples (BERTRAN, 1997, p. 13-14).

Enquanto a ocupação dos pequenos sítios pelos camponeses tinha foco básico no autosustento, com o declínio das minas os donos das lavras passam a enxergar na terra a opção mais viável para investir o que ainda restava do ouro. Então a terra passa de meio de vida, a meio de acumulação e poder. Principalmente a partir do século XX como veremos em seguida, com o escoamento da produção por meio da estrada de ferro.

Esse foi o quadro geral de ocupação de todo o território goiano, mas quando nos detemos no processo de ocupação da região norte de Goiás, no tópico a seguir, perceberemos que ao contrário das demais regiões do Estado, este ocorreu com o desenvolvimento do campo pela modernização da agricultura , assim como ocorreu em outros Estados brasileiros, acentuando a concentração da propriedade fundiária e da renda. Ressaltamos que a agricultura goiana nos séculos XVIII foi considerada uma atividade marginal à mineração e, posteriormente, à pecuária, sendo compreendida como de subsistência, gerando poucos

excedentes, em razão, principalmente da ausência de um sistema viário adequado que pudesse levá-la até outros centros consumidores, aliado a um inexpressivo mercado consumidor interno, além de outras dificuldades como a falta de capacidade de armazenamento de seus produtos (PESSOA, 1999).

3.3 A modernização pelos trilhos

É interessante abirmos nossa discussão explicando que após o declínio da exploração mineradora, por falta de dados sobre a produção para autoconsumo, vários autores (Chaul (1997), Silva (2009), Pessoa (1999)), consideram que o século XIX em Goiás possui uma lacuna histórica. Talvez porque quase não se tem registros dos acontecimentos marcantes deste período.

No trabalho de Silva (2014) verificamos que ele relata a existência de uma lacuna nesse período da história de Goiás, talvez explicando assim a existência de um salto nos trabalhos de quem se dedicou a estudar a história do Estado no período pós-aurífero. Encontram-se apenas relatos da importância da agropecuária para o dinamismo da economia goiana e, posteriormente, já se adentra no século XX para a construção da Estrada de Ferro Goiás, no Sudeste do Estado. Infelizmente quando nos propomos a investigar o campesinato em Goiás, sentimos que esta lacuna nos relatos históricos, é um grande entrave para a compreensão de vários processos, pois esse período do qual não se encontram relatos, talvez, tenha sido o de maior riqueza no que se refere à constituição do campesinato goiano.

Porém o que se sabe é que até a chegada dos trilhos da ferrovia ao Sudeste goiano, em 1913, pouco se exportava devido às dificuldades de transporte. As relações comerciais com, principalmente, sul e Sudeste do Brasil se restringiam basicamente com o escoamento de excedente da criação bovina, por meio das estradas boiadeiras. Criado extensivamente nas pastagens naturais do cerrado, o gado, por ser uma mercadoria que se auto-transporta, foi a única mercadoria regional exportadora em escala considerável para outros Estados. No entanto geralmente as viagens eram muito longas e além da baixa qualidade do rebanho, as boiadas sofriam grandes perdas nas longas caminhadas e muitas vezes o boi só podia ser vendido magro, uma vez que na viagem perdia parte do peso e tinha de ser invernado antes de ser abatido, reduzindo ainda mais, sua competitividade do mercado (BORGES, 2000, p. 51).

A construção da ferrovia era a continuidade dos trilhos que ligava Campinas – SP a Araguari – MG e seria estendida até Anápolis – GO. A primeira parte seguiu em ritmo

acelerado, mas parou às margens do rio Corumbá para a construção da ponte sobre o mesmo. Conforme Estevam (1997, p. 63):

A implantação da estrada de ferro em Goiás deu-se por etapas. Na primeira – até 1914 - os trilhos avançaram 233quilômetros partindo de Araguari-MG até Roncador GO, trecho construído em um período relativamente curto. Os trilhos ficaram paralisados em Roncador até 1922- para construção de uma ponte sobre o rio Corumbá - quando foi iniciada a segunda etapa, desta feita, de forma demorada e irregular. No seu prolongamento, a ferrovia atingiu Anápolis (1935) completando 387 quilômetros de extensão. Somente em 1950 inaugurou-se um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Após sua conclusão, a ferrovia teve sua utilidade para o transporte de passageiros e de cargas para dinamizar o comércio e a circulação de pessoas entre as cidades e povoados. No entanto, não foi muito utilizado para o transporte de gado, principal produto da economia goiana. Alguns fatores pesavam para que os fazendeiros optassem pelos caminhos boiadeiros como, por exemplo, os animais ficarem sem água ou comida, uma vez que a ferrovia cumpria com a função de interligar vários municípios e isto fazia a viagem demorar muito sem ter como tratar dos animais em viagem, ou até mesmo a falta de vagões destinados ao escoamento do gado em grande quantidade.

A ferrovia contribuiu para trazer o símbolo do “progresso” e do “desenvolvimento” ao território goiano, ou pelo menos em partes, assim, a ferrovia transportava passageiros e alguns produtos para abastecer o comércio local e regional. Com isso, ocorrem disputas pelo controle político. De um lado o norte, e do outro o os “sulistas”. Estevam (1997), busca resumir a importância da estrada de ferro para Goiás:

Em resumo, o ingresso dos trilhos da Mogiana no Triângulo Mineiro, impulsionados pelo dinamismo paulista, irradiou germes de transformação pela área do extremo sul goiano, tanto em aspectos sócio-produtivos como de estruturação agrária. Nas zonas sudeste e sudoeste de Goiás a terra passou a assimilar caráter mercantil, a produção de alimentos foi incentivada pelo surgimento do transporte e de intermediários financiadores e explodiram reivindicações de mudanças na conduta político-administrativa do estado, sendo que a principal delas foi o acirramento da luta pela extensão da ferrovia até o território goiano (, p. 71).

Fruto dessas disputas pelo controle do poder político e pelo direcionamento a ser dado à economia goiana é realizado o debate sobre a transferência da capital. Esta investida estava alinhada com os interesses políticos e econômicos nacionais do período e a construção de Goiânia passa a ser um marco na mudança do controle político, segundo Pires (2009, p. 82):

Com a revolução burguesa de 1930, as oligarquias da República Velha foram deslocadas do poder político do Estado e, em seu lugar, assumiu nova oligarquia que teve como principal expoente Pedro Ludovico Teixeira, que conduziu o Estado como interventor durante a presidência de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Este traço de dominação política da oligarquia goiana foi responsável por abrir a economia ao processo de modernização, porém sempre interligado e em complementaridade com as economias de São Paulo e do Triângulo Mineiro.

Dessa forma, “a área de implantação da capital - centro geográfico do estado - situou-se na parte mais povoada e caracterizou-se pela existência de terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações” (ESTEVAM 1997, p. 81). Com a escolha do local e início das obras, a valorização das terras próximas ou na nova capital aconteceu de forma espantosa, conforme Estevam (1997, p. 85 – 86):

A valorização das terras na área abrangente de Goiânia foi significativa. Antes do projeto da nova capital o preço não alcançava sequer Cr\$100.00 o alqueire: com o andamento das obras o alqueire chegou a ser negociado ao preço de Cr\$ 15.000 nas cercanias. Por sinal, o cercamento de terras com arame farpado teve início em Goiás na década instigando manifestações adversas por parte de agricultores interessados no apossamento informal de terras.

Estava em curso no Brasil um processo de industrialização do país e o início de um novo período de desenvolvimento econômico, onde “no período de 1500 a 1900 vigorou o modelo econômico que organizou a sociedade brasileira [...] unicamente para produzir produtos agrícolas para exportação” (STEDILE, 2000, p. 185). O modelo agroexportador é substituído por um novo modelo de desenvolvimento, também dependente, segundo o MST (2001, p. 10):

O segundo modelo de desenvolvimento foi implantado em 1930, com a chamada Revolução de 30, em que as novas elites industriais destronaram as oligarquias rurais do modelo anterior, fizeram uma revolução e iniciaram um processo de industrialização do país.

Desta forma, Goiás passava a entrar no jogo de interesse desenvolvimentista nacional cabendo o papel de acolher camponeses de outras regiões e ser um dos produtores de gêneros alimentícios para o restante do país. Ao buscar-se consolidar o povoamento no interior do Brasil com o desenvolvimento econômico e ampliar as fronteiras agrícolas, o governo de Getúlio Vargas promove a instalação de colônias agrícolas e a “Marcha para o Oeste” que, conforme Ferreira e Mendes (2009, p. 15 – 16):

A Marcha para o Oeste contribuiu para resolver dois problemas básicos da economia brasileira: absorver os excedentes populacionais liberados pela decadência da cafeicultura, a partir da superação das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana e promover o desenvolvimento de uma frente agrícola comercial interna capaz de fornecer produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes. Essa política correspondeu ao período de 1943 a 1953, respondendo por uma ação regional mais complexa, como a criação de Goiânia e das colônias agrícolas de Goiás e de Mato Grosso. Em 1943 instituiu-se a Fundação Brasil Central, responsável pelos trabalhos de penetração do território e alocação do povoamento.

Com este novo cenário despontando e a integração do centro sul goiano, em especial, com os pólos industrializados ou em industrialização, “o caminho desenhado pela elite dominante em Goiás foi manter a estrutura fundiária intocada e avançar no processo de modernização das explorações agrícolas” (PIRES, 2009, p. 82). A “marcha para o oeste” era para consolidar o povoamento no interior do país e amenizar as crises existentes em outras regiões do Brasil, conforme Pessoa (1997, p. 36-37):

[...] as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto a criação de colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a concentração de conflitos sócias já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes.

Nota-se que aqui há uma inversão ao que ocorrera logo na sequência a partir da década de 1960 e 1970, quando se expulsa a população do campo rumo à cidade e, desta forma, acentuam-se os conflitos agrários pela terra e a conformação das grandes propriedades de terra. Evidente que neste momento da história, de incentivar o povoamento no interior do país está em jogo também o “desbravamento” da terra, ou melhor, o uso do trabalho da família camponesa em desmatar e formar lavouras e, sobretudo, pastos no território goiano, “amansando” a terra bruta para mais tarde ser apropriada por grileiros.

Assim se desenhava como um novo capítulo da história agrária de Goiás, pois os trilhos traziam consigo a valorização das terras em sua proximidade impondo um alto preço aos camponeses da região. Embora houvesse um clima de harmonia, inicialmente, a valorização das terras na região despertou o interesse dos fazendeiros de Goiás e de outras localidades. Com isso, iniciam-se disputas pelas terras que, em sua maioria, eram resolvidas dentro da legalidade jurídica. Isto não significa dizer que os conflitos pela terra inexistiam,

pelo contrário, o fato de buscarem resolver os conflitos dentro da legalidade jurídica da propriedade privada da terra fazia com que os latifundiários e/ou os grileiros utilizassem da estrutura do Estado em seu benefício subordinando os camponeses a eles.

3.3.1 Primeira metade do século XX em Goiás: a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG e a ocupação das terras do Norte.

Para compreender a trajetória de vida e os fatores que levaram os camponeses a mudarem para a atual região Norte de Goiás, recorreremos à literatura e à bibliografia sobre o tema. É importante destacar que as experiências vividas pelos camponeses, antes de chegarem ali, eram baseadas num forte mecanismo de dominação, no qual a violência, o descumprimento e/ou ausência de leis, além da privação da terra, cumpriam um importante papel em forjar a identidade desses sujeitos.

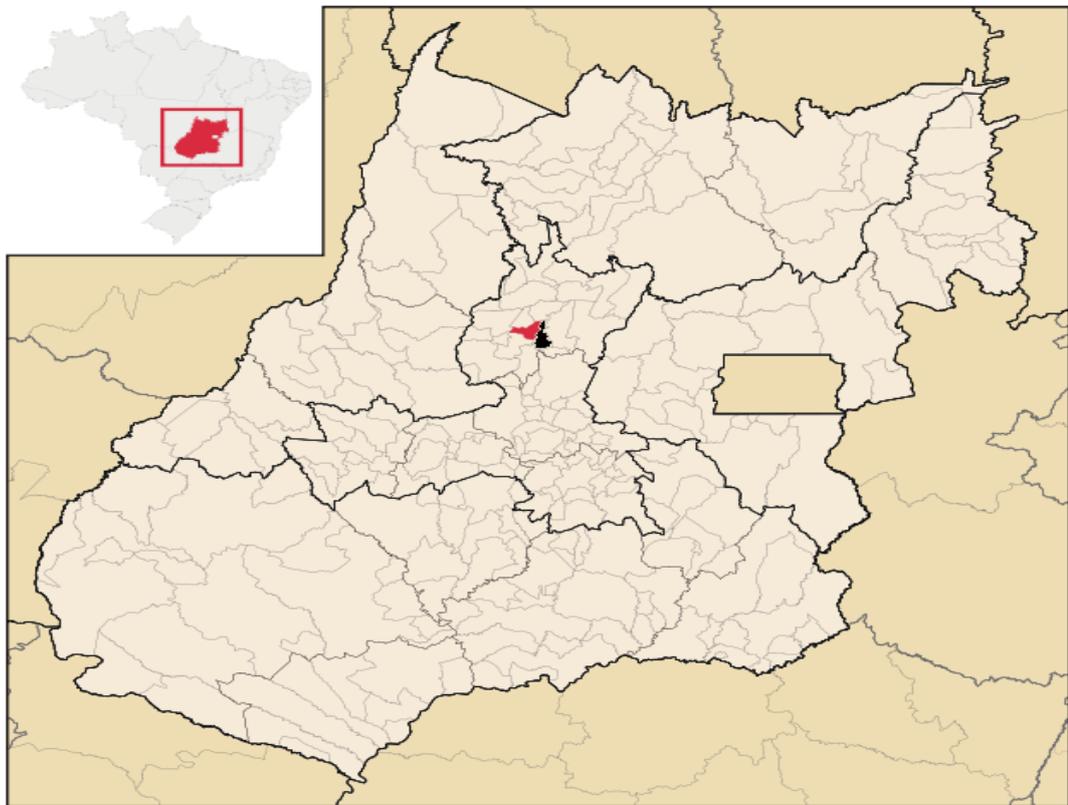
Antes de chegar à região e se tornarem posseiros, grande parte dos lavradores vivenciaram outras formas de trabalho e experiências comuns. Portanto, analisar tais experiências auxiliou na compreensão dos fatores que os motivaram a migrar para o Norte de Goiás, assim como esclarecem o motivo da resistência que erigiram quando estavam sob a iminência de perder suas terras (ESTEVEZ, 2007). Atraídos primeiramente para o médio-norte do Estado, pelos projetos de governo implementados na região com a promessa de distribuição de terras, estes camponeses após se depararem com a dificuldade de acesso, mediante a seletividade utilizada para distribuí-las, migraram para a atual região Norte do Estado pela possibilidade da posse de terras devolutas. No movimento do deslocamento, encontraram uma grande quantidade de “terras livres”, que já contavam com a ocupação de alguns posseiros. A chegada deste novo grupo provocou uma movimentação populacional e uma valorização das terras. O crescimento econômico da região e seu poder de atração foram ampliados no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a construção da nova capital federal, Brasília e, principalmente, do eixo rodoviário que atenderia este empreendimento (MARTINS, 1997, p. 103).

Conforme Maia (2008), foi a partir de 1940 que se processou a ocupação da região Norte de Goiás, cumprindo as deliberações de algumas das políticas varguistas, entre as quais aquelas que propunham deslocar os camponeses de áreas de conflito para os sertões, onde havia uma grande quantidade de “terras livres”, por meio de projetos de colonização assentados na pequena propriedade fundiária. Buscava-se, com isto, promover a interface do

território brasileiro e criar condições para o desenvolvimento econômico do país. Na região norte como um todo, a vinda de agricultores familiares tem ligação direta com esse fluxo migratório, que atraiu para a região, principalmente arrendatários e meeiros que ali se estabeleceram para garantir a sobrevivência, com as culturas de milho e arroz.

Uma das medidas de colonização do Governo Getúlio Vargas, foi a criação em 1941 da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), uma das oito colônias agrícolas criadas pelo governo federal no Brasil. Em Goiás, a primeira área a ser destinada para a instalação da colônia foi na região do chamado “Mato Grosso de Goiás” ou vale do São Patrício (médio-norte goiano). A localidade para a primeira colônia agrícola passou a ser conhecida como Ceres, que estava próxima de Anápolis e de Goiânia, com alta densidade demográfica no Estado.

MAPA 01- LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA NACIONAL AGRÍCOLA DE GOIÁS – REGIÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO - GOIÁS



Como projeto de governo, a CANG fazia parte da política varguista conhecida como Marcha para o Oeste, que tinha como objetivo integrar as regiões mais isoladas do território

nacional como era o caso do norte goiano, às áreas mais industrializadas do país no afã de constituir uma produção voltada ao mercado e que apoiasse o desenvolvimento da indústria (MAIA, 2008). Outro objetivo desta política era de assegurar a proteção do território nacional com a ocupação das terras da União, através desses projetos de colonização assentados na pequena propriedade fundiária. Além desses objetivos, a CANG queria promover a produção de alimentos baratos aos centros urbanos. Conforme Estevam (1997, p. 91):

A mola propulsora de atração para Ceres foi a promessa de terra gratuita garantida pelo governo federal. Neste aspecto a CANG teve o sentido de "terra prometida" para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro.

Projetos como estes atraíram uma série de migrantes, pois possibilitou que camponeses conseguissem lotes de terras. Tal possibilidade foi fortalecida devido às propagandas sobre a facilidade de aquisição dos lotes. A partir disso o governo de Goiás realizou uma forte campanha propagandeando através do rádio a possibilidade de se ocupar pequenas porções de terras na CANG o que atraiu uma grande quantidade de camponeses do sul do estado, de Minas Gerais e do nordeste do Brasil, movidos pela esperança de possuir seu tão sonhado pedaço de terra. Mas, quando os camponeses chegaram à colônia agrícola, se depararam com uma realidade diferente do que era anunciado pelos arautos do governo (BORBA, 2000).

Segundo Dayrell (1974, p.121) em 1943 já havia 900 ocupantes, todavia em condições míseras de moradia. A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%).

Para Silva (2003, p. 32):

A ideia de povoar o interior de Goiás levou o governo federal a organizar, na região do Vale do São Patrício, hoje município de Ceres, a primeira colônia agrícola de nosso país. Ali seriam distribuídas terras para as pessoas que tivessem disposição de fazer desenvolver a região e preencher os espaços vazios.

Segundo Borba (2013, p. 76), as pessoas chegavam para trabalhar na CANG e adquirir suas terras, mas nem todos podiam ter acesso a elas. O interventor nomeado para a organização da colônia realizava uma seleção das pessoas que poderiam ou não ser contempladas com a terra. O acesso a terra era restrito, pois mesmo havendo uma grande demanda de lotes, havia uma série de exigências burocráticas para adquiri-los. Além disso, as verbas do Governo Federal eram parcas, não havia estradas de rodagem para escoar a produção agrícola e, somando-se a essas questões, havia, ainda, a venda, a transferência e a permuta de lotes, que acarretaram o surgimento de latifúndios.

Desse modo, pode-se observar que a criação da CANG valorizou as propriedades fundiárias da região e despertou a cobiça de fazendeiros que passaram a se apropriar de parte das terras destinadas à colonização, assim como das glebas circunvizinhas à colônia. Frente às condições adversas de acesso a terra na CANG, os camponeses foram orientados a deslocarem-se para o Norte do estado, onde havia grande quantidade de terras devolutas, sem obstáculos para a ocupação. Com efeito, as notícias de que “o norte de Goiás não tinham padrão”, acarretaram um grande fluxo migratório para a região (MAIA, 2008, p. 149).

Em virtude da facilidade de se tornarem posseiros nas terras do norte de Goiás, muitos camponeses decidiram se deslocar para a região, conseqüentemente, houve um eminente aumento populacional, sendo que grande parte desse contingente vinha do sul de Goiás, de Minas Gerais e do Nordeste. A predominância dos ocupantes de terras no norte goiano evidencia-se pelos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, que indicam que grande parte dos estabelecimentos rurais nessa localidade estava sob o domínio de ocupantes:

[...] 48,19% da área dos estabelecimentos na Zona do Alto Tocantins estavam sob a responsabilidade de ocupantes. Esta proporção se torna significativa quando comparada com regiões de ocupação mais antiga, como, por exemplo, a Zona Sul do Estado, cujos ocupantes controlavam 1,38% da área, ou a Zona Sudoeste onde estes dominavam 1,75%. [...] A presença significativa dos ocupantes na Zona do Alto Tocantins só perdía para a Zona Norte onde estes controlavam 66,41% das áreas dos estabelecimentos, o que permitiria a afirmação de que nesta região, na década de 1950, as terras estavam livres de qualquer tipo de titulação, com o direito de propriedade assentado quase que fundamentalmente no uso. (IBGE apud MAIA, 2008, p.156)

A princípio, a CANG permitiu o assentamento de pequenos agricultores familiares. Mas tais assentamentos não foram politicamente pensados para destruir o latifúndio. A estrutura da propriedade da terra no Brasil, em sua grande maioria, sempre foi baseada no

grande latifúndio. Foi por isso que a pequena propriedade nas áreas de fronteiras agrícolas, como na CANG, tinha vida curta, pois logo era incorporada à grande fazenda pela lógica de expansão da agropecuária (BORGES, 2000).

Em decorrência disso, Bertran (1988) afirma que, ao longo do tempo, a Colônia de Goiás entrou em decadência, tanto econômica quanto demograficamente, observando-se já na década de 1960 tendências fortes à concentração da propriedade e o consequente esvaziamento do campo. Isto impediu o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares, mesmo estas tendo contribuído com a produção agrícola da CANG até certo momento, foram desarticuladas em benefício das grandes propriedades produtivas.

Bertran (1988, p. 134) ainda explica que na década de 1960 ficou evidente que o projeto da CANG, de fixar o pequeno agricultor, havia fracassado. Além da acelerada devastação das matas e “desgaste” dos solos, houve a falta de distribuição de créditos e a entrada do capital mercantil ditou novas regras. Mas é importante destacar que, apesar da desarticulação das pequenas propriedades, a política de Vargas motivou a expansão territorial por áreas centrais do Brasil e forjou a abertura de estradas para novas regiões, como é o caso do Norte Goiano que passou a ser o destino dos campones que migraram. Nesse mesmo período alguns programas, como o de geração de energia e de infraestrutura, muito influenciaram a reconfiguração da dinâmica territorial da porção central de Goiás.

Maia (2008), afirma que a primeira metade da década de 1970 pode ser caracterizada pela grande corrida em busca da titulação de terras no Norte de Goiás e também na Zona do Alto Tocantins, evento relacionado ao impacto que teve a construção da Colônia Agrícola e das rodovias numa região marcada pela grande quantidade de “terras livres”. Porém ele alerta que:

Não há dados que permitam a quantificação do número de terras devolutas no Estado de Goiás neste período, mas algumas referências indiretas indicam que grande parte destas terras estavam localizadas na região Norte [...] A presença significativa dos ocupantes na Zona do Alto Tocantins só perdia para a Zona Norte [...] o que permitiria a afirmação de que nesta região, na década de 1970, as terras estavam livres de qualquer tipo de titulação, com o direito de propriedade assentado quase que fundamentalmente no uso (MAIA, 2008, p. 146)

A partir da década de 70, Goiás enfrentou uma frente migratória impulsionada pela modernização da agricultura que culminou na superpopulação dos centros urbanos. A mecanização e os investimentos de infraestrutura levaram Goiás a participar do apogeu econômico daquele período. Em síntese, vimos que a implantação de indústrias, aberturas de estradas, projetos de colonização e o desenvolvimento regional são alguns dos fatores que

influenciam a distribuição populacional em Goiás, distribuindo-a para outras regiões ainda pouco exploradas como o Norte do Estado.

3.3.2 A resistência e luta pela terra em Goiás na segunda metade do século XX

Em Goiás, ao longo da BR-153, a rodovia Belém-Brasília, desde a década de 50 já vinha ocorrendo uma colonização espontânea, com a ocupação de terras devolutas, ainda abundantes no norte do Estado. A formação das posses teve início nos marcos da política de expansão da fronteira, implementada no período varguista. Como já foi relatado no tópico anterior, no ano de 1941, foi fundada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG – que tornou-se um ponto de atração não só para camponeses, como também para diversos indivíduos interessados em investir no potencial da região. As propagandas do governo indicavam a oportunidade de se conseguir um lote de trinta hectares, com acesso a empréstimos, com facilidades e assistência técnica, médica e educacional. (DAYRELL, 1974, p. 90).

Uma das principais rodovias construídas neste período foi a BR-14 que, num de seus trechos, interligava Brasília a Belém do Pará, passando pelo Norte do Estado de Goiás. A estrada de rodagem significava a possibilidade do estabelecimento de uma produção diretamente vinculada ao mercado e a aferição de uma renda territorial, o que atraiu os investimentos vinculados à perspectiva capitalista de exploração da terra. Era a consolidação do processo de valorização das terras.

Porém, à medida que a frente pioneira ia avançando e obtendo a propriedade jurídica da terra, estes migrantes, que tinham a posse precária, tornaram-se vítimas da expansão do capital e do latifúndio. Diante do violento processo de expulsão dos posseiros que se instalaram na região e com o avanço do capital, os ocupantes expulsos tiveram poucas opções: migrar para novas áreas; trabalhar como assalariado nas fazendas; ou migrar para a cidade. Mesmo possuindo direitos sobre as terras devolutas, que foram ocupadas e trabalhadas com a finalidade de proporcionar os meios de sobrevivência à sua família, os posseiros não se preocupavam ou não tiveram condições de legalizarem suas terras. Acontece que o posseiro tem interesse apenas pela "terra de trabalho" e pouco se importa com a propriedade legal. Os posseiros, que abriram as matas com seu trabalho e que sempre tiveram suas posses respeitadas pelo vizinho, não se preocupavam em documentar as terras. Tornaram-se, portanto, vítimas fáceis dos grileiros, investidores e especuladores (DUARTE, 1999).

Segundo o autor, quando o governo estadual iniciou as ações discriminatórias das terras devolutas, por intermédio do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago), autarquia estadual criada em 1962, e da Procuradoria Geral do Estado, os grileiros se apressaram em falsificar títulos para se apoderarem das terras, mesmo que estivessem com posseiros. A Microrregião do Extremo Norte Goiano (no chamado "Bico do Papagaio") foi um dos alvos prediletos dos grileiros e dos grupos econômicos sulistas interessados na especulação com as terras da Amazônia Legal. Mesmo com a criação do Idago, o governo estadual pouco fez para promover a colonização de suas terras devolutas, destinando-as ao imenso número de pequenos lavradores que afluíam à região, a procura de terra. Isso deu margem para os grileiros usurparem as terras devolutas, que foram alienadas aos "que viam, nessas transações, oportunidades de auferição de lucros vultosos, pela contínua valorização fundiária da região".

Desta forma, na década de 70 explodiram os inúmeros conflitos no norte do Estado, obrigando os posseiros a procurar meios de lutar pela resistência na terra. Frente a tanta violência e pressão, tanto dos grileiros quanto das próprias autoridades, inúmeros posseiros foram expulsos das terras que ocupavam.

3.4 O protagonismo dos posseiros de Formoso e Trombas no norte de Goiás.

Analisar as disputas e as diferentes compreensões da luta dos posseiros e da questão agrária em Goiás nos permite visualizar os projetos políticos para o desenvolvimento econômico no Estado e o papel que a terra e os camponeses desempenharam nesse processo, onde ficam perceptíveis os mecanismos e as estratégias de dominação utilizados pelas classes dominantes para subordinar a terra e os camponeses à lógica do capitalismo. No entanto, a maneira como reagiam a esse processo, como lutavam, como elaboraram seus projetos contra-hegemônicos de mundo e como resistiam à grilagem de suas terras, nos mostra como a resistência camponesa tem um papel importante no processo territorialização do campesinato.

Nessa perspectiva e considerando a importância de abrirmos a discussão a partir da nossa compreensão do que seja resistência camponesa. Esteves (2007), nos propõe uma abordagem, onde "*resistência* como um processo, que pode ser tanto um conjunto de práticas de insubmissão quanto um conjunto de práticas articuladas em que defesa e ataque se confundem por fundirem-se em estratégias de avanço e ocupação de novos espaços de luta" (p. 27).

Esse processo tal como o definimos aqui, é o que podemos observar ao estudarmos a resistência dos posseiros de Trombas e Formoso, episódio clássico da resistência e luta pela terra em Goiás, onde houve intensos conflitos entre posseiros e grileiros nas disputas de terras devolutas na região norte do Estado.

Trombas e Formoso foi a maior revolta camponesa da história de Goiás. Os anos que mais chamam a atenção na vida dessa população do norte do estado estão situados entre 1950 e 1964. Estavam envolvidos camponeses vindos de vários lugares do país atendendo às expectativas criadas pela Marcha para o Oeste e chegaram a Trombas e Formoso acreditando ter encontrado o lugar onde dariam continuidade a sua existência e foram surpreendidos pela ação dos grileiros. Tiveram que resistir aos assédios pela cobrança do arrendo e manter a posse da terra. Destacando-se a liderança de José Firmino na região de Formoso, de José Porfírio em Trombas e o caráter coletivo das reivindicações dos camponeses. O que podemos verificar através dos trabalhos do professor Cláudio Lopes Maia (2008).

Maia (2008), explica que muitas dessas terras eram devolutas e se achavam ocupadas por posseiros que para lá migraram anos antes, seduzidos pela possibilidade de ocupar uma gleba devido à intensa propaganda realizada pelo governo do Estado com a criação da CANG. Estes posseiros migraram para o norte de Goiás, atraídos pela notícia das "facilidades" de se tornarem ocupantes de terras - a posse era vista como uma grande oportunidade, pois representava a liberdade, a autonomia produtiva e o fim da exploração de latifundiários.

Segundo Esteves (2007), essa disputa retratou, a reação obstinada ao processo de expansão capitalista consubstanciado na violenta trajetória da concentração fundiária, subordinando e reforçando laços de dominação através das abusivas cobranças de arrendamento e ou expropriação dos posseiros via grilagem de terras no norte de Goiás.

Assim que esses camponeses chegavam às terras ocupadas, iniciavam um trabalho árduo para desmatá-las, limpá-las, para posteriormente torná-las produtivas. No entanto era comum, após todo o trabalho e processo para torná-las produtivas, que esses posseiros se deparassem com a cobiça dos grileiros, que preferiam as terras dos posseiros que além da terra em si, apropriavam-se também de todo o trabalho realizado por aqueles sujeitos para deixar a terra produtiva (BORBA, 2013).

Borba (2013), explica que o conflito pela terra em Trombas e Formoso, apesar de ter sido agravado pela presença das rodovias na região, se iniciou um pouco antes, em 1953, quando advogados, agentes públicos e fazendeiros vinculados à pecuária moveram ações para produção de títulos que lhes garantissem terras devolutas na região. Com a constituição dos títulos, começou o processo de expulsão dos posseiros por jagunços e agentes da polícia local.

O primeiro conflito que os posseiros tiveram que enfrentar em Trombas não foi o da expropriação, mas o de garantir a posse como livre da dominação dos pecuaristas e não como parte do patrimônio de uma fazenda de gado.

É importante ressaltar que não foram somente estes agentes que se encontraram na região de Trombas e Formoso, pois nesse cenário se fez presente também o Partido Comunista Brasileiro, cujos militantes se deslocaram para a região, da mesma forma, a partir da CANG, movidos pelas notícias que corriam no interior da colônia sobre os conflitos no médio norte goiano (CUNHA, 1994, p. 133-140).

Arão Porfírio (2006), irmão de José Porfírio, considerado um dos líderes camponeses do movimento e que, apesar da relação com o PCB, manteve certa independência do partido, lembra que, ao chegarem à região, os posseiros se depararam com a presença do gado de criadores que mantinham fazendas a grande distância da localidade ocupada. A questão da presença do gado na região assume importância na memória de Arão (2006), assim como de muitos posseiros que faziam referência à existência de fazendas a grande distância da localidade ocupada.

São estas referências que são apontadas como elementos iniciadores do conflito, ou seja, a condição dos fazendeiros de gado de reivindicarem a terra como sua a partir da capacidade de pastagem dos animais. Com efeito, os posseiros vão reivindicar o direito da terra, amparados nos seus valores culturais, de que a terra é de quem nela trabalha. Amparados nessa idéia os posseiros forjam um noção comum do direito da terra. Estes na medida em que eram ameaçados pelos grileiros de perderem suas terras, muitas vezes por meio de falsa documentação e outras tantas vezes pela violência que lhes foi conferida, reagiam da maneira como podiam contra a ameaça de expropriação. Essa ameaça se constituiria como consequência na tentativa de exploração dos posseiros pela cobrança de uma taxa de arrendamento, que era uma prática bastante comum no Estado de Goiás naquele período (BORBA, 2000).

A primeira reação dos posseiros foi buscar a comprovação de que as terras eram devolutas, solicitando do Estado informações sobre a procedência das terras ocupadas. Com esse intuito realizaram, dentre outras, uma viagem ao Rio de Janeiro para um encontro com Getúlio Vargas, a fim de obterem a proteção do chefe da nação. Ao chegarem à capital federal, os posseiros foram orientados a procurar o Governador do Estado para resolver o problema, embora, em Goiás, só tenham conseguido falar com o Procurador, que lhes garantiu que as terras ocupadas eram devolutas (MAIA, 2008).

Na fase inicial do conflito, alguns autores apontam para a presença de diferentes lideranças e movimentos na condução do processo de luta contra os grileiros. Rui Facó (1961) relatou a presença de pelo menos três líderes independentes que articulavam as reações dos posseiros à cobrança do arrendo sobre as terras: José Firmino, que teria ficado na região durante os primeiros anos da luta, sendo, inclusive, aquele que manteve o primeiro contato com o PCB; Biinha, um posseiro, que segundo Facó, foi o responsável pela formação dos primeiros piquetes para enfrentar os grileiros e finalmente José Porfírio, que liderou o movimento em diversas fases do conflito, mantendo-se como figura principal de todo o confronto de Trombas (FACÓ, 1961, p. 8).

Como nos relata Maia (2008), Porfírio tinha plena consciência de que os posseiros não eram donos das terras e nem contavam com títulos legais e sua primeira reação não foi a de buscar a legalidade do terreno, tanto é que, apesar de ter chegado à região em 1950, somente em 1952, no auge dos conflitos e devido a cobrança do arrendo, é que se direcionou até o Estado para confirmar a situação. Em resposta, o governo colocou sobre a situação das terras que, como devolutas, só poderiam continuar sob ocupação dos posseiros se estes requeressem a compra. Diante disto, a visita ao Estado não era uma busca simples da legalidade, mas a tentativa de manter a condição das terras como livres e as posses não como parte do patrimônio de uma fazenda de gado. O intuito não era obter títulos de propriedade, mas garantir o reconhecimento por serem terras devolutas, do direito de morarem nelas.

A luta dos posseiros contra os grileiros ganhou grande dimensão conforme destacado por Moraes (2002 p. 16-17):

O território livre de Formoso foi uma área de quase dez mil quilômetros quadrados em Goiás. Os posseiros dali, sob a liderança do camponês José Porfírio, resistiram aos latifundiários. Em choques armados contra estes e contra as forças policiais que apoiavam os latifundiários, os camponeses de José Porfírio saíram vitoriosos, proclamando território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Além disso, elegeram as autoridades da área (prefeitos, vereadores e juízes) e se negaram a pagar tributos a Goiás. Sob a orientação do Partido Comunista, os camponeses organizaram-se em comitês políticos e ligas armadas. Durante vários anos sustentaram esta situação, até que, anos mais tarde, o Governador do Estado, coronel Mauro Borges, expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa.

O exemplo do território livre de Formoso ficou registrado na história de Goiás por sua organização, sua resistência e seu fim deixando clara a posição do Estado na dualidade entre camponeses e latifundiários como destaca Pessoa (1997, p. 47-48):

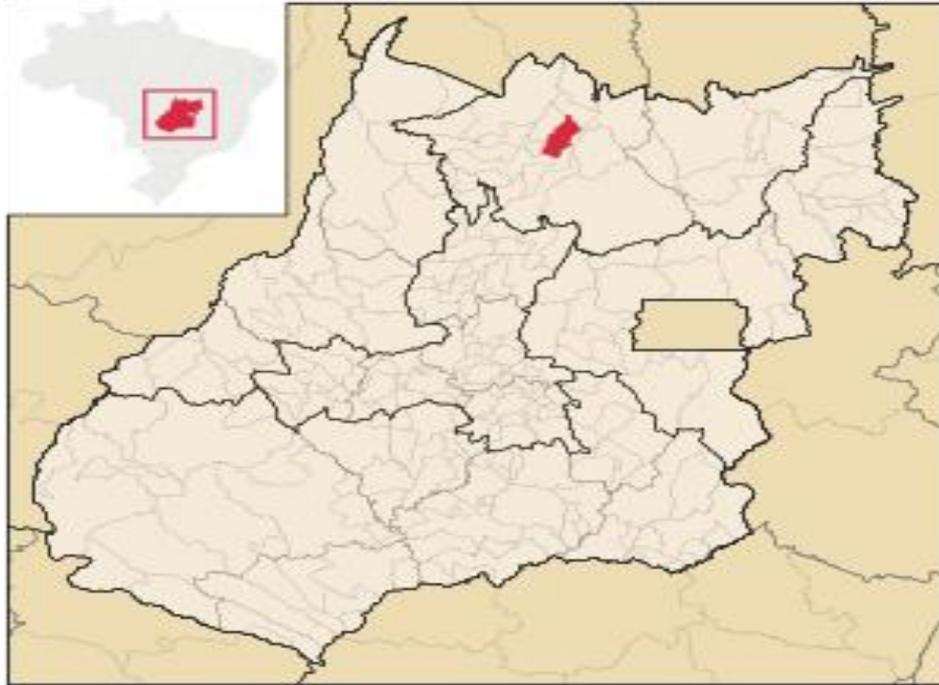
Formoso e Trombas ainda hoje é uma história imprescindível em estudos acadêmicos sobre o movimento social rural em Goiás, mas, sobretudo, uma história envolta por certa aura mítica na fala de todo militante de esquerda. Isso se deve não só a uma indignação pela violência com que a área foi invadida pela polícia militar e pelo exército em 1964, como também ao conjunto de experiências organizativas produzido. Os posseiros desenvolveram uma espécie de “autogestão da região liberada”. Criaram um eficiente esquema de autofinanciamento, de atendimento às necessidades médico-hospitalares, de promoção do lazer, de defesa da região, e ainda sobrava fôlego para o fomento de outras associações vizinhas, objetivando o fortalecimento da luta pela posse da terra de modo mais abrangente.

O recebimento dos títulos de propriedade pelos posseiros só foi possível pela vitória na luta armada, consolidada em 1957 e que encerrou os conflitos na região. Silva (2009), um estudioso do caso, nos traz que a construção de uma solidariedade camponesa nas matas de Trombas foi responsável não só pela garantia das terras sem concessões, mas também pela consolidação de uma representação positiva dos posseiros, de tal forma que esta se tornou uma referência importante de luta pela terra em nível nacional.

MAPA 02 – REGIÃO NORTE DE GOIÁS



MAPA 03- LOCALIZAÇÃO DE TROMBAS E FORMOSO – GOIÁS



3.5 As Ligas Camponesas, as associações e o papel das alianças entre camponeses no acirramento da luta pela terra em Goiás.

A chegada e a mobilização das Ligas Camponesas² em Goiás datam de meados do ano de 1961, momento em que notícias desse movimento começavam a se espalhar pelo país. A vinda das Ligas para Goiás ao que parece foi realizada principalmente por Francisco Julião que num primeiro momento envia um representante para realizar esses contatos e depois passa a estabelecer diálogo com uma das principais figuras do movimento camponês de Goiás, José Porfírio, líder da revolta de Trombas e Formoso. Então, após os contatos estabelecidos pelas Ligas em Goiás e de tomar conhecimento sobre os problemas sociais no campo, estas começaram a se espalhar pelo norte do estado, região onde se concentravam uma grande quantidade de terras devolutas e conseqüentemente um forte conflito entre posseiros e grileiros (BORBA, 2011).

Então, as Ligas começam a se organizar no norte do Estado onde havia o conflito envolvendo a questão agrária de Formoso e Trombas, mas o que fez esses posseiros se agregarem em torno de uma Liga (associação) foi partilhar de uma mesma experiência, tendo

² As **Ligas Camponesas** foram um movimento de luta pela reforma agrária no Brasil iniciado na década de 1950, que teve como principal figura incentivadora o advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) **Francisco Julião** (1915-1999).

a terra não apenas como um modo de subsistência, pois esta também era o seu modo de vida, passado de pai para filho. Portanto os posseiros passam a se unir através das Ligas Camponesas, já que o PCB tinha uma proposta política de atuar dentro da esfera constitucional, estabelecendo uma política de alianças, com a burguesia, pois a terra foi se constituindo em uma importante mercadoria dentro do modelo de desenvolvimento capitalista para o período (ANACLETO, 2014).

É importante destacar que nesse período, os camponeses buscavam apoio em se organizarem para a resistência, nos partidos, em especial no PCB, nas representações da igreja católica mais progressista e na formação de associações. Em Goiás foram 12 associações que estavam vinculadas às Ligas Camponesas, que teve início a partir de 1945 com denominações de ligas, irmandades ou associações, sendo que estas eram influenciadas pelo PCB. Sendo assim, os conflitos agrários que aconteciam em Goiás ganhavam acompanhamento do partido, de sindicatos e da igreja católica (SILVA, 2003).

Não há como negar que o golpe militar acentuou a disputa pela terra não apenas em Goiás, mas por todo o país, pois o camponês quando se organizava para lutar pela posse de sua terra era considerado como um subversivo ou comunista o que era sinônimo de inimigo do Estado. Parte disto se dá pelo fato de que o PCB buscava a organização dos camponeses para a revolução socialista, mas este entrava na ilegalidade, assim, todos considerados como “comunistas” eram subversivos e um inimigo iminente à ordem social vigente. A outra parte se dá pelo próprio papel do Estado em ficar ao lado dos latifundiários e capitalistas na busca de “desenvolvimento e progresso” do Brasil no período (BORBA, 2000).

Nesse sentido, ainda utilizando as contribuições de Borba, destacamos que os camponeses não poderiam buscar apoio nos partidos e nem nos sindicatos para lhes representar frente às investidas dos latifundiários e empresas que quisessem tomar suas terras, a alternativa era se aproximar da igreja, para que através desta houvesse formas de se articularem, reunirem e discutirem propostas para a permanência no campo. A igreja já vinha sendo um elo de articulação desde a década de 1960 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O padre passa, assim, a interceder junto às autoridades em favor dos camponeses. Vale ressaltar que não é possível generalizar isto, pois em alguns casos a igreja se posicionava ao lado dos latifundiários e fazia o papel de acomodação e conformação da situação de expropriação e exploração aos camponeses, pregando a submissão e a privação na terra para ser recompensado na vida eterna.

Duarte (1999, p. 43) destaca que:

Com o golpe militar de 1964, todos os movimentos populares foram sufocados, principalmente as organizações de luta dos camponeses. Essa era uma das condições de *segurança* e *estabilidade* necessárias à atração do capital externo, para o desenvolvimento do capitalismo. Uma das primeiras medidas visando a essa finalidade foi a criação de uma legislação relativa às políticas agrícolas e agrárias, através do Estatuto da Terra e demais leis complementares.

A partir do Estatuto da Terra³, o processo de formação e configuração da estrutura agrária e fundiária goiana reforça as grandes propriedades e subalterniza as pequenas propriedades voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento local e/ou regional. A cultura do gado é fator presente e marcante na história de Goiás, sendo que a grande maioria é de criação extensiva que, por sua vez, necessita de grandes extensões de terra para seu desenvolvimento e, em contrapartida, continua necessitando de poucas pessoas para cuidar do rebanho.

³ O Estatuto da Terra criado pela Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964 durante o regime militar é o marco legal no qual se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil e segundo o qual, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

4 RECORTE HISTÓRICO DO MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA) NO ESTADO DE GOIÁS E CONQUISTA DO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO – NOVO PLANALTO - GOIÁS

4.1 Recorte histórico do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Estado de Goiás

O processo de luta e resistência desenvolvido pelos movimentos sociais no espaço agrário goiano na perspectiva de uma reforma agrária, especificamente, a partir da década de 1980 acarretou desdobramentos a partir dos anos de 1990, com o surgimento de vários assentamentos em todo Estado. Segundo Fernandes (1999), o conjunto de experiências de luta e de resistência desses movimentos sociais durante a década de 1980, foi difundido em diversos lugares do país. Isso ocorreu por meio das viagens periódicas dos militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que se consolidou enquanto movimento social em 1984, da realização dos encontros de formação, ou quando os camponeses sem terra se mudavam definitivamente para outros Estados, onde transmitiam seus conhecimentos. Esses procedimentos viabilizaram a troca de saberes, ampliando os horizontes da luta e motivando práticas que foram recriadas de maneiras distintas.

Espalhados por todo o Brasil, os camponeses, enfrentaram diferentes situações de conflito, tendo como referência as lutas de outros lugares. Então esses conhecimentos aplicados a realidade e somando com as condições existentes, resultam em novas experiências. Em quase todas as regiões e Estados do país em que a luta por terra se consolidou em movimento, ela ocorreu por este processo, o que Fernandes (1999) chama de espacialização da luta.

Por outro lado, sabemos que a organização da luta pela terra em algumas regiões se relaciona diretamente a contextos sociopolíticos específicos. Logo entendemos que em Goiás, este processo está ligado ao contexto nacional e regional da ditadura militar que contribuiu para acentuar os conflitos agrários no Estado, o que resultou em resistência por parte dos camponeses e, de organização e violência, por parte dos latifundiários. Para Duarte (2001, p. 130):

Durante o período da ditadura militar no Brasil, quando os movimentos sociais foram sufocados, os sindicatos fechados ou corrompidos, a imprensa amordaçada e os partidos políticos domesticados, o único canal de expressão e espaço de mobilização dos trabalhadores foi a Igreja Católica. A “Igreja

Progressista” em Goiás percebeu que a força do povo era uma alternativa de organização para a conquista de novos caminhos para a sociedade brasileira.

Nesse contexto a Igreja passa a ter o papel de acompanhar e dar auxílio aos camponeses em suas diferentes lutas e enfrentamentos realizados contra as investidas do capitalismo no campo através dos fazendeiros e/ou latifundiários e/ou empresas agrícolas. Entre os anos de 1970 e 1980 havia vários focos de conflitos agrários em Goiás como destaca Duarte (1999b, p. 39 - 40):

Em Goiás naquele período (anos 70 e 80), os conflitos mais visíveis ocorriam no norte do estado (hoje Tocantins), principalmente no Bico do Papagaio, na Amazônia Legal. Com a política de atração do capital para aquela região, a estrutura fundiária se tornou ainda mais concentrada e os conflitos sociais se agravaram, com as expulsões de posseiros. Muitos desses posseiros foram então se organizando para resistir à expulsão e passaram a contar com a ajuda da Igreja Católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975. Com a ajuda da Igreja, passaram a enfrentar juridicamente os expropriadores e a organizar sindicatos combativos.

No campo ocorre o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra que buscaram organizar os camponeses e os trabalhadores da cidade que desejassem o regresso ao campo para lutar pela reforma agrária. Para responder à luta pela terra é lançado o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), com metas ousadas de assentamento de famílias para um período de quatro anos. A meta de assentamento no Brasil era de 1.400.000 (Um milhão e quatrocentas mil) famílias e só para Goiás era de 125.500 (cento e vinte cinco mil) famílias. A tentativa do governo era ampliar as fronteiras agrícolas e dinamizar a economia. No entanto, isto fez com que os latifundiários se organizassem e aumentassem a repressão contra os camponeses.

Com o cenário de redemocratização, do povo na rua, de efervescência das lutas pela terra, de organização dos trabalhadores rurais sem-terra no campo e na cidade, de organização dos camponeses e a projeção de realização da reforma agrária, a classe latifundiária buscou se organizar também. Para isto buscaram se articular para ter representantes que garantissem seus objetivos na Assembleia Constituinte, sejam criando condições para coibir o avanço da luta pela terra no campo, mesmo que para isto utilizasse a força e a violência contra as pessoas. Conforme destaca Oliveira:

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses [...]. Fomentava-se nas periferias pobres das cidades brasileiras a discussão sobre a situação de pobreza que a maioria da população estava vivendo. Nas CEBs e na CPT foi se formando um conjunto de lideranças comunitárias que começaram a discutir seu futuro e suas utopias. A conquista da terra foi uma delas. Assim, com o aumento da pressão social, também cresceu a violência dos latifundiários, naquele momento praticada como recurso extremo para reter a propriedade privada capitalista da terra. (2001, p. 192)

Esse clima de grande agitação, demarcado pelo acentuado crescimento da violência contra camponeses tanto no Brasil como em Goiás é o pontapé inicial para o surgimento do movimento no Estado, que surge oficialmente em 1986. Inicialmente, sua estrutura estava muito ligada à igreja católica e/ou CPT (Comissão Pastoral da Terra) e aos sindicatos locais e mesmo com uma estrutura sendo organizada essa ligação ainda permaneceu por algum tempo, mais precisamente até meados da década de 90. Isso se devia ao fato da figura religiosa estar muito presente no trabalho de organização das pessoas para a luta, nas reuniões e nas próprias ações. A necessidade de ter um apoio estrutural e político por parte do MST que estava em fase de consolidação contribuía para esta aproximação, assim como grande parte das lideranças do Movimento estar inserida anteriormente na estrutura da igreja ou dos sindicatos. Conforme Pessoa (1997, p. 91):

Enquanto recrudesciam as ocupações e acampamentos em Goiás, a CPT-Centro Sul de Goiás e a Diocese de Goiás promoveram a vinda do MST para o Estado. Primeiro enviaram representantes goianos ao congresso de janeiro de 1985. Depois, em outubro do mesmo ano trouxeram representantes dos Sem Terra do Sudeste do Paraná para percorrerem as comunidades motivando a articulação do movimento em nível estadual. Iniciou-se então a formação de comissões regionais e municipais. Entre os dias 02 e 05 de janeiro de 1986, foi realizado o Primeiro Encontro Estadual dos Sem Terra de Goiás, com representantes de 22 municípios. A secretaria do movimento foi instalada inicialmente em Goiânia; depois, alegando falta de recursos para manter os custos do movimento na capital, transferiu-se para Itapuranga. Até julho de 1994, o movimento contabilizava 12 assentamentos conquistados sob sua orientação no Estado.

Conforme Fernandes (1999), desde que os sem-terra goianos participaram do Primeiro Congresso Nacional, iniciaram-se os trabalhos para a organização do Movimento por meio de

uma articulação, em que participavam a CPT, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Goiás e Itapuranga e CUT - GO. Nesse período, nas regiões Sul e Noroeste Goiano, aconteciam lutas de posseiros que resistiam à expropriação, e lutas de sem-terra que ocupavam latifúndios. Além do que a viagem dos três trabalhadores sem terra paranaenses para Goiás, em 1985, com o objetivo de contribuir com a construção do MST no Estado foi um importante marco na história de sua criação. Porém, como registrou Pessoa (1997), a ocupação da fazenda Mosquito já havia ocorrido no município de Goiás que segundo os registros do autor é o marco oficial do surgimento deste movimento no Estado, “[...] a ocupação da fazenda Mosquito antecedeu a criação do MST em exatos sete meses” (1997, p. 77).

Ainda segundo Fernandes, em Itapuranga, o Sindicato organizara a ocupação da Fazenda Serra Branca e no município de Goiás, os posseiros das terras devolutas da fazenda Estiva resistiam a expropriação. Em um enfrentamento armado com jagunços foram expulsos e suas casas e roças foram destruídas. Durante a luta de resistência dos posseiros da Estiva, aconteceu a ocupação da Fazenda Mosquito. A luta dos posseiros teve o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e da CPT e da Diocese de Goiás. Por três anos, as famílias resistiram e conquistaram a terra em 1987.

Silva (2003) em seus relatos aponta que nesse período o MST iniciou os trabalhos de base, em conjunto com a articulação, formando os grupos entre as famílias para realizar a sua primeira ocupação, onde as famílias decidiram ocupar uma área, também devoluta, vizinha da Estiva, denominada fazenda Mosquito. A ocupação aconteceu no dia 3 de maio de 1985 (Silva, 2003, p. 28). Porém o grileiro entrou com pedido de reintegração de posse e em cinco dias foi executado o despejo das famílias, mas logo em seguida elas acamparam em frente ao prédio da Prefeitura.

Durante um mês ficaram acampadas ali inicialmente vinte e três famílias, mas depois já totalizavam sessenta. Como forma de desviar a atenção dos fazendeiros, no dia 30 de julho voltaram para o município de Goiás e reocuparam a fazenda Mosquito, porém uma semana depois foram novamente despejados. Dessa vez, as famílias montaram acampamento próximo ao aeroporto de Goiás. No entanto, como perceberam que daquela maneira, isolados não conseguiriam avançar muito, depois de dois meses e meio, avaliaram que precisavam construir uma forma alternativa para intensificar a pressão sobre o governo.

Com o apoio da CPT e Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, transferiram-se para a Praça Cívica, defrente ao Palácio do Governo. No dia 14 de outubro, os sem-terra estabeleceram o acampamento no centro da capital do Estado, como forma de espacializar a luta e pressionar o governo para a solução do conflito conforme nos explica

Fernandes (1999). Como forma de resistência e luta, no tempo em que ficaram acampados, os membros do MST e da CPT distribuíram panfletos para a população denunciando o descaso do governo. Permaneceram ali por dois meses reivindicando a desapropriação da Fazenda Mosquito.

Nesse contexto o grupo já se mostrava com dificuldades para resistir e continuar a pressionar pela desapropriação das terras até que algo contribuiu para que suas reivindicações chegassem até o então governador do Estado. Fernandes relata que:

Naquela praça, todo ano, a primeira dama mandava fazer um presépio. De modo que naquele ano, o acampamento poderia vir a ser o *presépio da realidade*. Essa situação não interessava ao então governador Íris Resende, que procurou transferir as famílias provisoriamente para uma área do Estado, pertencente a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária. Os sem-terra apresentaram uma pauta de negociação em que constavam o compromisso do governador na negociação junto ao INCRA para a desapropriação da fazenda Mosquito. (1999, p. 117).

O MST então nasce com a conquista da Fazenda Mosquito onde foram assentadas as trinta e seis famílias que permaneceram acampadas. A forma como as famílias se organizaram na luta era uma marca bem característica do Movimento e isso se tornou como uma base fortalecida para um novo processo de luta que se iniciaria no Estado. Em janeiro de 1986, o MST - GO realizou seu primeiro encontro com a participação de cem trabalhadores de vinte e dois municípios onde elegeu a coordenação estadual. Em abril, instalou sua secretaria nas dependências do prédio da CUT, em Goiânia esses foram passos importantes na consolidação e organização do Movimento no Estado, porque até então os integrantes não possuíam além da base, nenhuma outra instância de sua organicidade.

A partir do processo de ocupação da Fazenda Mosquito, os trabalhadores começaram a organizar novos grupos de famílias para uma nova ocupação. Como frisado anteriormente essa foi justamente a principal área de atuação do MST, inicialmente por duas questões básicas. A primeira, por contar com o apoio direto da Diocese de Goiás para a realização do trabalho de base e para as outras lutas realizadas pelo Movimento. A segunda, questão por ter na região fazendas improdutivas, o que gerava conflitos entre camponeses e latifundiários.

É na década de 1990 que o MST inicia a sua estruturação e expansão por outras regiões do Estado. São realizados trabalhos nas cidades, buscando os sem-terra levados pelo êxodo rural e ao mesmo tempo em que se mobilizavam no campo para organizar a luta pela terra com os camponeses. “A partir de 1996, o movimento tomou um impulso maior e passou a executar um grande trabalho de mobilização dos trabalhadores sem terra, nas periferias das

idades. Com isso, multiplicaram-se as atividades de organização de novas ocupações” (DUARTE, 1999b, p. 46).

Dois outros acampamentos tiveram importante contribuição para o fortalecimento do MST no Estado: o acampamento Santa Rosa, que buscava a desapropriação da Fazenda Santa Rosa no município de Itaberaí que se encerra em 1997 com a criação do Assentamento Che, e o acampamento Canudos, que lutava pela desapropriação da Fazenda Palmeiras que compreendia três municípios - Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó. O acampamento Canudos, após a sua primeira ocupação também em 1997, transformou-se em um dos maiores acampamentos do estado de Goiás com mais de mil famílias acampadas às margens da BR 060, o que representavam quase 4 mil pessoas à espera das terras. A ocupação chamou a atenção da sociedade goiana, pois em pouco tempo já havia uma verdadeira cidade de lona construída pelos sem-terra e perceberam que se haviam pessoas acampadas esperando por terra é porque a reforma agrária em Goiás era necessária.

De maneira geral o ano de 1997 foi marcante na luta pela terra, pois o impacto da marcha organizada pelo MST que contou com aproximadamente 1.300 pessoas, vindas de três frentes distintas: São Paulo – SP com 600 pessoas, Governador Valadares – MG com 400 pessoas e Rondonópolis – MT com 300 pessoas, com o lema de “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça” trouxe visibilidade nacional para o Movimento. A chegada da marcha no dia 17 de abril em Brasília contava com mais de 100 mil pessoas, se transformando em um grande ato de denúncia do latifúndio e colocando em pauta a necessidade da reforma agrária. Esta marcha contribuiu para colocar o MST e a luta pela reforma agrária na pauta das discussões políticas do país e até mesmo internacionalmente. (Anacleto, 2014).

Segundo Morissawa (2001), a marcha teve importância não apenas por seu caráter organizacional e ideológico projetado pelo MST, mas porque era uma ação que trazia consigo o sentimento de luta de todas as demais organizações. “Em cada ponto da passagem da Marcha as igrejas, os sindicatos e as prefeituras receberam os participantes, garantindo-lhes alojamento e alimentação. Em cada cidade, os movimentos populares locais os acompanharam até a entrada do município seguinte” (p. 158-159). A partir de então, a luta pela terra passa a ser vista como legítima e necessária e o MST como uma das cinco organizações com mais credibilidade na sociedade. A autora ainda ressalta que “Pesquisa realizada pela Vox Populi, entre 11 e 14 de maio de 1996, nas oito principais capitais brasileiras, revelou que o MST estava entre as cinco instituições de maior credibilidade no Brasil” (2001, p. 155). Como a pauta da reforma agrária passava a entrar nas discussões das pessoas, sejam pelos meios de

comunicação, pelas conversas informais, ou pelas conversas direcionadas pelos sindicatos, igrejas, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade, havia um clima propício para fazer a luta pela terra. Por outro lado, os latifundiários respondiam as ações organizadas pelos movimentos com violência, a fim de afugentar ou amedrontar as famílias para não participarem deste processo.

A luta pela terra de maneira organizada pelo MST em Goiás começava, assim, a se territorializar. Para uma melhor contextualização sobre a territorialização do MST, e como é possível relacionar ocupação, acampamento e assentamentos, utilizamos a definição dada por Fernandes (1998, p. 33):

Territorialização é o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra. O assentamento é um território dos Sem-Terra. A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é um (*sic*) fração do território conquistado, e esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. É exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na conquista da terra, não existe territorialização. [...] A estes chamamos de movimentos localizados, porque começam a luta pela terra e para a luta na conquista da terra. [...] Os Sem-Terra ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação de terra.

Essas lutas tiveram visibilidade no processo de consolidação pelo qual passou o movimento, pelos embates travados contra os proprietários das terras pretendidas e o próprio enfrentamento ao Estado, que buscava defender e legitimar o latifúndio improdutivo frente à desapropriação por interesse social e pela força mobilizada pelo MST para este enfrentamento. Essas lutas somadas a outras que aconteciam no Estado, tanto aquelas organizadas pelo MST quanto aquelas de outros movimentos e organizações, contribuíram para uma nova perspectiva da forma de mobilização na luta pela terra. Elas trouxeram para a sociedade como um todo o debate sobre a emergência e necessidade da reforma agrária.

Como parte das lutas e enfrentamentos realizados pelo MST de Goiás contra o capital agrário e os latifundiários de 1985 até 23 de maio de 2013 foram assentadas 2.708 famílias em 52 assentamentos. Destes, 10 assentamentos, criados antes do acampamento Canudos, que estavam vinculados ao MST, se desligaram do Movimento, deixando de estar sob sua coordenação direta ou indireta.

4.2 Assentamento Antônio Conselheiro município de Novo Planalto- GO: histórico da luta e conquista da terra.

O PA Antônio Conselheiro, assim como muitas outras comunidades camponesas, foi forjado por um longo processo de lutas, marchas, mobilizações, negociações, ocupações e pressões por parte dos camponeses que hoje compõem os núcleos familiares da comunidade. Teve como balizadores a ideologia e ação política do MST, organização que já vinha atuando no Estado de Goiás desde a década de 1980, na mobilização de famílias para a organização de outros acampamentos. Entender a dinâmica da comunidade (a qual se configura em boa parte, a partir de relações de parentesco, de produção agrícola e da hereditariedade) requer compreender sua história e as quais dinâmicas de luta ela está ligada. Portanto, através da observação da organização do espaço e da conformação do território, aliadas à geografia da comunidade, buscaremos apreender alguns aspectos da realidade agrária local a partir das lógicas de reprodução social da agricultura camponesa e do campesinato na região.

A história do Assentamento Antônio Conselheiro tem início com a junção de dois acampamentos: o Acampamento Roseli Nunes que teve início em 2003, no município de Baliza – GO às margens da GO-060, e Acampamento José Porfírio organizado e instalado no município de Estrela do Norte – GO às margens da BR – 153 que teve início aproximadamente em meados de 2002. O processo de junção foi fruto de uma discussão que durou cerca de 2 meses, em ambos os acampamentos, até optarem por se unirem em um só. O número de famílias que participaram desta junção totalizava 102 famílias, sendo 42 do acampamento Roseli Nunes e 60 do José Porfírio.

O intuito era somarem forças e conseguirem a desapropriação da Fazenda Nossa Sr^a Aparecida, situada entre os municípios de Estrela do Norte – GO e Santa Tereza de Goiás – GO em 2005. No entanto, as contradições que vão surgindo nos processos de luta, desmobilizaram grande parte dessas famílias, sendo que algumas não suportaram a demora no processo de desapropriação, por não terem condições materiais para garantirem a sobrevivência e permanência na luta. Somando-se a isso, o processo de desapropriação da Faz. Nossa Sr^a. Aparecida teve desdobramento quando foi realizada uma negociação simulada entre o proprietário e um suposto comprador, onde estes conseguiram desarticular momentaneamente todo o processo de luta e mobilização que já se encontrava avançado. A ação ilegal constituída como fraude teve entrada na justiça e está aguardando julgamento até

os dias de hoje. Isto funcionou como motivador de desânimo e descenso da massa, e mais algumas famílias desistiram, restando 60 famílias dispostas a ocuparem outras áreas.

Após um longo processo de vistorias das áreas pelas lideranças do acampamento vinculadas ao MST e discussão entre as famílias, restaram as seguintes áreas para realização de uma escolha definitiva: Fazenda Jabuti no município de Minacu – GO, Fazenda Rio Pintado I e II localizada em Novo Planalto – GO e Fazenda Morro Branco em Bom Jardim-GO. Através da avaliação das várias características das áreas como, por exemplo, localização, fertilidade do solo entre outras, as famílias acampadas optaram pela Fazenda Rio Pintado e então se somaram às famílias do acampamento Zumbi dos Palmares no dia 28 de Março de 2006.

As margens da GO – 244 estas 102 famílias persistiram por mais 1 ano até que em função de várias ocupações no INCRA, em nível nacional e que tiveram fundamental importância neste processo conseguiram um **contrato de comodato**, o qual deixava acordado que estas aguardariam a imissão na posse dentro da própria terra, numa área de aproximadamente 84 hectares. Após todo esse processo de mudança e já instaladas na área de Comodato, as famílias descobriram que a fazenda estava dividida legalmente em duas escrituras distintas, uma por nome de Rio Pintado I e outra de Rio Pintado II. A partir disso foi feita nova discussão sobre a distribuição das famílias nestas duas áreas, ficando acordado nesta assembléia que, as famílias oriundas do acampamento Zumbi dos Palmares, seriam contempladas com a área Rio Pintado I e, as famílias que vieram do acampamento José Porfírio seriam contempladas com área Rio Pintado II. Como a área da fazenda Rio Pintado II era extensa e poucas famílias ficariam ali, trouxeram mais algumas que vieram do acampamento Palmares, instalado no município de Campestre – Go e as assentaram na parte destinada a área coletiva.

Este processo de pré-assentamento em regime de comodato durou por mais 5 meses, até que as famílias chegaram definitivamente em suas parcelas (lotes, módulos etc.) de terra. É importante salientar, que os assentados começaram a discussão sobre o PDA⁴ (Plano de Desenvolvimento de Assentamentos) da comunidade, ainda residindo na área de Comodato, até que as famílias pudessem se deslocar para suas áreas definitivas.

⁴ O Plano de Desenvolvimento do Assentamento(PDA) é feito após a criação do assentamento por uma empresa ou entidade de assistência técnica contratada pelo Incra. A elaboração do Plano conta com a participação das famílias assentadas. Nele é definida a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso, entre outros aspectos. Além disso, o PDA relaciona as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica.

4.2.1 Caracterização e aspectos organizacionais do Assentamento Antônio Conselheiro

Criado em 23 de outubro de 2006, o PA Antônio Conselheiro, conforme o mapa anexado nesta seção está localizado no município de Novo Planalto; sendo este parte da Mesorregião do Noroeste Goiano e da Microrregião de São Miguel do Araguaia (São Miguel do Araguaia, Novo Planalto, Novo Mundo, Nova Crixás, Uirapuru, Crixás, Mozarlândia). O acesso ao assentamento dá-se pela rodovia GO 244, a aproximadamente 5 km da cidade; sendo de boas condições de trafegabilidade o ano todo. A Modalidade de Aquisição do Assentamento quanto à legislação vigente foi de compra, sob a Portaria n°. 62, Agosto de 2006, INCRA-GO. (PDA – Antônio Conselheiro, p. 67, 2007).

Em 2006, o município de Novo Planato contava com uma população urbana de 2.721 habitantes, e população rural de 423 habitantes com uma densidade demográfica de 2,28 hab/km². A partir da vinda das famílias para os acampamentos e conseqüentemente a criação dos seis assentamentos no município, o número da população rural aumentou para 1.843 habitantes e a população urbana para 3.090 habitantes. Atualmente o município conta com uma população total de 4.933 habitantes (IBGE, 2010). A renda do município nesse período já era basicamente da agropecuária e atualmente incorporou-se a isso o plantio da soja.

O assentamento possui uma área total de 1.455,312 ha e cada parcela individual tem área equivalente a 31,4728 ha. Desse total, existe uma área de 8.574 hectares, o que representa 0.60% da área total do Assentamento que é cortada por estradas organizadas em "eixos" que fazem o acesso entre os lotes e destes com a estrada principal que dá acesso à rodovia GO-244. Atualmente as estradas se encontram em boas condições de trafegabilidade, mas as famílias se queixaram de que nos períodos chuvosos, ficam intrafegáveis e a assistência da prefeitura demora muito, muitas vezes dificultando até mesmo o acesso do transporte escolar.

A comunidade é de organização predominantemente semicoletiva, formada por 30 famílias que estão organizadas em três núcleos, com média de 10 famílias cada. Segundo dados coletados pela equipe técnica de organização do PDA do assentamento, em 2006 a população total da comunidade era de 101 pessoas, tendo o perfil etário desse período uma predominância na população de adultos, com 65,35% entre 19 a 50 anos, e 24,75% na faixa etária de 0 a 14 anos e 9,34% entre 15 e 18 anos. Atualmente a população total é de 92 pessoas e ainda há a predominância de adultos sendo o percentual de 63,45 % na idade de 35 a 70 anos e 19,56% entre 14 e 25 anos. O percentual de crianças atualmente é de 21, 34%.

A princípio o assentamento foi pensado e organizado em duas áreas: uma coletiva e outra formada por parcelas individuais. Este era o projeto original de composição da área e foi acordado entre as famílias e o INCRA e 14 delas foram assentadas em área coletiva, as quais pertencem a um mesmo núcleo familiar, ligadas por relações de parentesco. Porém em março de 2016, foi solicitada por elas a divisão da área em lotes individuais e o processo está em andamento no INCRA. Os detalhes do processo de discussão que levou as famílias a optarem pela divisão, serão discutidos em outra seção do nosso trabalho.

Quanto aos aspectos da infraestrutura básica, no geral, todos os lotes já possuem energia elétrica instalada pelo Programa Luz para Todos, 12 famílias contam com água encanada depois da perfuração de poços artesianos em seus lotes, 10 famílias da área coletiva, utilizam o poço coletivo e as demais utilizam a água de cisternas. As casas são de alvenaria, embora em algumas parcelas sua construção esteja inacabada. Para isso algumas famílias estão aguardando a liberação de novos recursos para a finalização das mesmas e realização de outras benfeitorias, como as cercas das parcelas e a construção de curral. Na área coletiva existe um curral coletivo que é utilizado pelas famílias que criam gado.

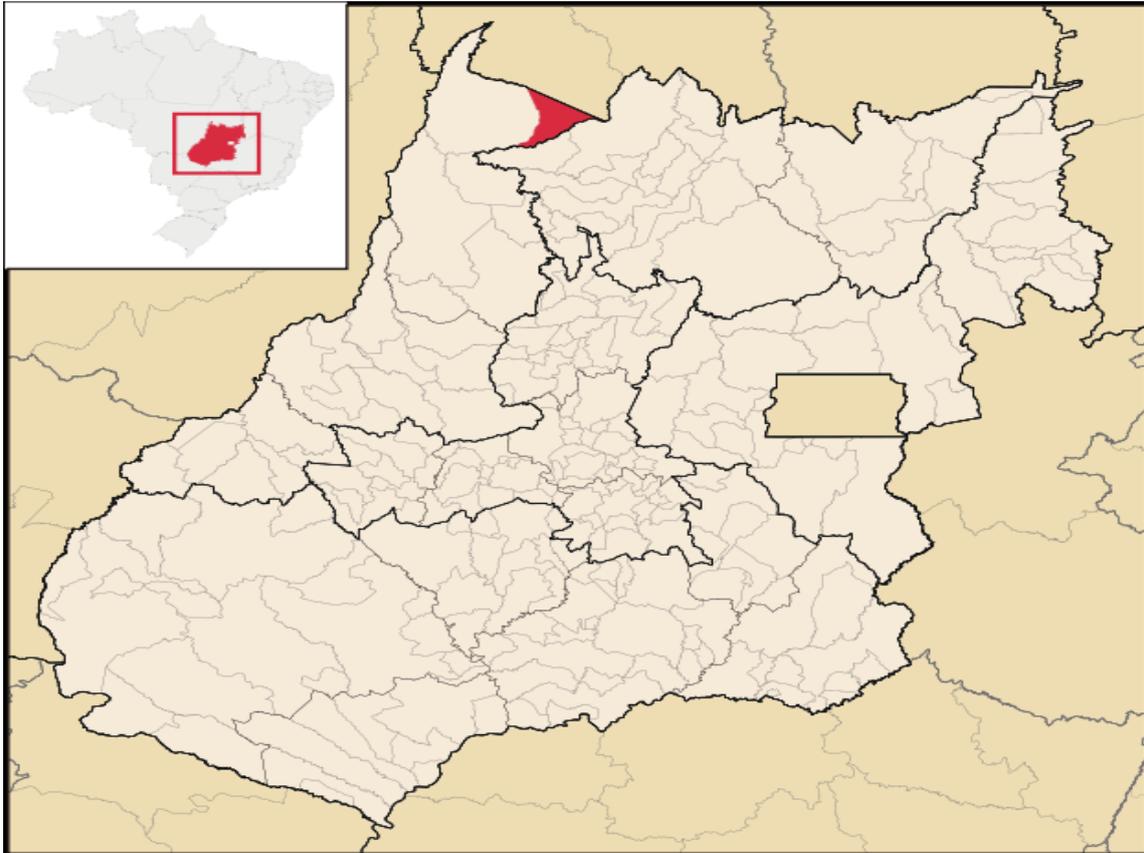
Desde o acampamento, as famílias já se organizavam em grupos para a prática da agricultura e outros serviços, e discutiam em conjunto como fazer o uso da terra. Isso facilitou em certa medida a organização do assentamento, pois durante a divisão dos lotes, estes grupos aceitaram ocupar a mesma área dentro do assentamento, de forma que todos os lotes ficariam próximos uns dos outros facilitando o trabalho coletivo, como também a distribuição da água e rede de luz elétrica, sendo o “centro da roda” as duas áreas sociais, a área social 01 com tamanho médio de 1,62 hectares e a área social 02 que possui 2.41 ha. Esta é uma proposta do MST para organizar os assentamentos de um jeito diferente do conhecido “quadrado burro”. O modelo proposto tem o formato de um “raio de sol”, com casas circunvizinhas formando um círculo e os lotes começando no quintal e se ampliando para fora. Foi aderida neste assentamento, porque as famílias entenderam que este tipo de organização dos lotes e das moradias pode contribuir para a construção de novos hábitos, inclusive aqueles referentes a organização do processo de produção. Mas a proposta consiste em participar da elaboração e execução do corte da área e realizar um trabalho desde a fase do acampamento, com as famílias com o objetivo de agrupá-las em função de suas afinidades e fazer com que este agrupamento seja o mesmo na localidade do futuro assentamento. Até agora o INCRA fazia sorteios de famílias individuais, o que as distanciavam umas das outras e impediam qualquer forma de vida coletiva. Já o sorteio por grupos representa para o MST “o primeiro passo e o

potencial para as futuras formas de cooperação entre as famílias, sejam elas nos aspectos sociais, sejam nos aspectos econômicos” (MST; CONCRAB, 2001).

Ainda quanto à estrutura organizacional, existiam no período de criação do assentamento três Núcleos de Moradia: Núcleo Guerreiros, Estrela do Che e Fiozinho de Ouro, mas atualmente existem apenas os dois últimos. Naquele período os núcleos se reuniam a cada 15 dias, logo após as reuniões da coordenação e atualmente as reuniões são mensais ocorrendo no primeiro domingo de cada mês. A referida coordenação tem a função de levantar e discutir os problemas e demais assuntos de interesse geral do assentamento, dando os devidos encaminhamentos após consulta coletiva aos Núcleos de Moradia que são discutidos nas assembléias, que atualmente é constituída por 3 coordenadores/coordenadoras de Núcleos, sendo um coordenador por setor (educação, saúde, produção e formação) e um coordenador por equipe (finanças, disciplina, cultura e lazer). As reuniões da coordenação não sofreram mudanças desde o período de criação do assentamento e acontecem uma vez por semana, aos sábados. Cabe ressaltar que a Assembléia, possui caráter deliberativo e informativo e a realização destas para além das datas definidas ocorrem de acordo com a necessidade da comunidade. Esse modelo de organicidade é característica da organicidade do próprio MST, ao qual a comunidade está vinculada. (PDA, Assentamento Antônio Conselheiro, p. 82, 2007).

No momento da desapropriação, o imóvel contava com uma casa em bom estado de conservação que, atualmente, funciona como sede das Associações, local onde são realizadas as reuniões tanto dos assuntos do assentamento quanto para as reuniões com as equipes da ATER, e recentemente vem sendo utilizada como sala de aula das turmas da EJA/PRONERA que atendem alunos de ambos os assentamentos. Como existe uma minoria católica na comunidade e estes frequentam as igrejas da cidade, era lá também que os cultos evangélicos eram realizados, porém os cultos foram transferidos para os templos que foram construídos nas áreas sociais com o consentimento de todas as famílias.

Mapa 04 - Localização do Município de Novo Planalto - GO



4.2.2 Solo e limitações para uso agrícola

Segundo as informações do PDA, no assentamento Antônio Conselheiro predominam solos com aptidão regular para pastagem e plantio de culturas anuais e perenes, no entanto uma das principais fragilidades apontada é o desgaste do solo resultante da intensa exploração por parte do ex – proprietário e da ação do tempo. Assim como pode-se perceber com o relato do técnico André Luiz R. da Silveira, responsável por esta análise no PDA:

Tem na baixa fertilidade representada por reduzidos teores de bases trocáveis, de micronutrientes e de fósforo e ainda na alta concentração de alumínio, nos álicos, as principais limitações ao aproveitamento”. Nas áreas de relevo acidentado, há também limitação pela forte declividade e riscos de erosão. Os solos muito intemperizados têm caráter ácrico, sendo a retenção de cátions extremamente baixa, podendo as cargas positivas superar as negativas. Nessa situação, o solo retém muito pouco o cálcio, o magnésio, o potássio e, em contrapartida, adsorve os nitratos e os fósforos. Os de textura média, com grande participação de areia, aproximam-se das Areias Quartzosas, sendo muito suscetíveis à erosão, além de apresentarem elevada taxa de infiltração, requerendo, portanto, tratos conservacionistas e manejo da água de irrigação adequada. Aptidão Agrícola terras com aptidão regular para lavouras anuais e perenes. Quando se apresentam em relevo plano e suave ondulado ou ondulado, são comumente bastante utilizados com

agricultura ou pastagens, mormente aqueles que não apresentam teores muito elevados de areia. O nível de manejo C, onde esta prevista a adição de insumos e fertilizantes é o mais indicado para a utilização com lavouras.”(PDA - Antônio Conselheiro / Novo Planalto – GO / Pág. 25).

A exposição técnica expõe elementos de que as condições agricultáveis dos solos eram notavelmente ruins, e para que os camponeses pudessem produzir satisfatoriamente, foi necessário um investimento em insumos e correção de solo, o que exigiu disponibilidade de recursos financeiros. Conforme os dados apresentados nos documentos de vistoria do INCRA, as áreas da região foram fortemente antropizadas por exploração agropecuária visivelmente predatória, assim as vegetações naturais foram substituídas sem serem utilizadas, além do que a falta de práticas conservacionistas dos recursos naturais ocasionaram um alto grau de degradação como a redução das águas superficiais, o assoreamento de alguns mananciais existentes a erosão e a compactação dos solos. Ainda segundo os laudos técnicos apresentados para a elaboração do PDA, o solo tem baixa fertilidade representada por reduzidos teores de micronutrientes e grande concentração de alumínio sendo uma das principais limitações ao aproveitamento.

O pasto que abrange cerca de 75% do total da superfície da área do assentamento disponível para exploração, é o capim **Andropogon**⁵ que apresenta boa adaptação ao clima da região e possui custos reduzidos em sua manutenção, fator que se desponha, como uma possibilidade de melhor explorar este recurso de maneira, que o mesmo possa vir a ser um componente da renda familiar através da pecuária leiteira.

Foi verificada a existência de uma represa que ocupa uma área de 3.67 hectares, o que representa 0,25% da área total do Projeto de Assentamento. Quanto ao clima do assentamento e predominante na região, de acordo com a classificação de Köppen é do tipo tropical úmido – Aw, caracteristicamente quente com verão chuvoso e inverno bastante seco (Fonte: Rede Meteorológica da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás – SECTEC – Estação Porangatu/GO, 2016)

⁵ Variedade de Capim que tem resistência a seca, e não é muito exigente por solos férteis. É usado para pastejo e para produção de feno.

5 AS ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA FRENTE AO AVANÇO CAPITALISTA NO CAMPO

O viés da discussão adotada neste capítulo se dará a partir das questões sobre as práticas e estratégias de resistência da agricultura camponesa, na vigência do modelo capitalista de produção no campo e ainda na análise das experiências produtivas e do processo histórico até a atual conjuntura dos agricultores camponeses do Assentamento Antônio Conselheiro, município de Novo Planalto – GO. Estes têm desenvolvido práticas interessantes de resistência ao modelo capitalista de produção, o qual se baseia na exclusão desses camponeses da cadeia produtiva. Na construção da discussão, partimos da análise da reprodução do campesinato a partir da expansão desigual das relações capitalistas e não apenas da produção de mercadorias, tomando como referência a dimensão produtiva e colocando a luta e resistência na terra no centro do processo histórico de reprodução do campesinato.

5.1 As múltiplas formas da resistência camponesa

Carvalho (2012) nos explica que ao longo de toda a história e em diferentes contextos sociais e econômicos, os camponeses sempre resistiram às mais diferentes formas de exploração e opressão. Essa resistência social vem ocorrendo tanto em forma de revoltas camponesas como através da participação destes nas lutas sociais contra a exploração tanto do trabalho como dos seus espaços de produção de vida. Além disso, construir estratégias que viabilizem sua permanência na terra conquistada, além de se mostrar como um desafio mostra-se também como uma das muitas formas de resistência e existência camponesa.

Sendo assim a *resistência camponesa* colocada neste trabalho como uma categoria de análise, tem para o campesinato vários sentidos e se dá em múltiplas dimensões, porém nosso interesse se delimita a partir daquelas formas de resistência que se dão no território que envolvem aspectos de produção da vida material, sendo importante destacar que aqui nos referimos a idéia de território para reconhecer aquelas ações de resistência localmente construídas.

Explicando a resistência social camponesa, Carvalho (2012) afirma que mesmo esta ocorrendo contra as mais distintas formas de opressão não significa apenas que os camponeses como seus protagonistas desejem apenas permanecer como produtores rurais familiares, o que

já é de elevado significado, mais do que isso, eles buscam a superação do modelo de agricultura implantado pela dominação-hegemonia do modo de produção capitalista.

Buscando outros sentidos atribuídos a resistência, encontramos em Ferreira (2000), o sentido literal desta categoria que ao se referir ao termo propriamente dito, explica que a palavra resistência no sentido etimológico significa “ato ou efeito de resistir” ou “força que se opõe a outra”. Teorizando sobre o assunto, Chauí (1986) nos propôs um outro significado para resistência quando estudou os aspectos da cultura popular brasileira. A autora (1986), afirma que quando olhamos para a relação existente entre a cultura popular e a cultura dominante, resistência e o conformismo são palavras ambíguas. De fato é uma proposição complexa, visto que as duas palavras têm na verdade sentidos opostos. Para Ferreira (2000, p. 174) a etimologia da palavra conformismo significa “atitude de quem se conforma com todas as situações”. No entanto Chauí (1986) explica que tal proposição decorre do fato de que ela entende a cultura popular como algo que se realiza no interior da cultura dominante, ou seja, como mistura de conformismo e resistência. A autora explica que a cultura popular concebida em suas ambigüidades se expressa como “tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar” (CHAUÍ, 1986, p. 124). Isto é, não existe oposição entre conformismo e resistência, são dimensões simultâneas entendidas como práticas locais historicamente determinadas em um mesmo processo.

Corroborando com esta ideia, Correia (2011) propõe em seu estudo que a recriação do campesinato brasileiro ocorre a partir da forma ambígua de resistência e conformismo. A autora explica que isso ocorre porque uma determinada ação ou reação que caracterize conformismo do camponês pode ter efeitos de resistência à lógica dominante capitalista, tais como: a) a autonomia no processo produtivo; b) o predomínio do trabalho familiar na produção; c) a produção para o autoconsumo ou a produção mercantil simples; d) a diversificação da produção contra a penetração de monoculturas exportadoras; e) a produção orgânica; d) a criação de animais (aves, bois, cabras, porcos, abelhas e outros); f) a não integração à indústria capitalista; g) a eliminação dos atravessadores na comercialização da produção; h) as relações de vizinhança e comunitárias, além de outras formas de conformismo ao resistir ao capital (CORREIA, 2011, p. 101).

Outra importante conceituação de resistência é abordada por Fabrini:

A resistência camponesa não se limita à ação/organização dos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na

esfera dos movimentos sociais: “o movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais”. É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se ergue como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo (FABRINI, 2008, p. 239-240).

Ou seja, a compreensão da resistência camponesa vai para além da esfera econômica, abrange também a esfera cultural dessa classe: seus costumes, tradições, religião, comportamento político, etc. Não sendo a constatação da produção simples de mercadorias pelo campesinato que nos fará compreender a sua existência e permanência no seio do capitalismo.

Então a partir dessas concepções sobre resistência e sabendo que o camponês se recria de acordo com as necessidades e condições de sobrevivência na terra e as imposições do capital, ao estudarmos o Assentamento Antônio Conselheiro foram diversas as formas de resistências encontradas, tanto nos aspectos relacionados às condições físicas (estruturação e organização do espaço) do assentamento, como nos aspectos políticos, sociais e de produção. Neste sentido, destaca-se que no processo de construção da resistência a partir de forças locais, existe também um conjunto de ações de conteúdo político, cultural, econômico e ambiental. No caso do assentamento estas ações, sustentadas numa base territorial camponesa, se manifestam na produção de autoconsumo e resistência, controle do processo produtivo, autonomia, relações coletivas e de vizinhança, além da formação política dos camponeses. Para Fabrini (2012) estas são as relações camponesas e são marcadas por certa *autonomia e controle do processo produtivo*, diferentemente do que ocorre na produção em escala do agronegócio, por exemplo.

No caso do Assentamento Antônio Conselheiro, durante o processo de diálogos e entrevistas, percebemos nas falas da maioria dos entrevistados, que eles atribuem *resistência* e sua compreensão como tal principalmente à formação política e cultural dos camponeses. É nítido que aqueles assentados que passaram por alguma formação política antes de virem para o assentamento, entendem como resistência principalmente o modo de produção ou seu modo de fazer agricultura:

Eu vejo que isso está muito vinculado ao nosso modo de produção e a todo o pacote tecnológico que o capitalismo quer nos empurrar, na nossa maneira de fazer agricultura e a nossa resistência é ter consciência política para não aderir a isso, saber que isso é a maneira errada de fazer as coisas, pois não somos uma agricultura de 'receitinhas'" (Entrevistado 1).

O interlocutor ressaltou ainda a importância de acreditarem na própria resistência como uma maneira de permanecerem na terra:

Precisamos acreditar no que estamos fazendo aqui, na nossa resistência, e sei que acreditamos, tanto é que já estamos na terra há doze anos e isso se explica bastante pelo "crer". Estamos aqui porque acreditamos que esta é uma alternativa econômica e política para nossa vida, além da visível qualidade de vida que temos aqui na 'roça'.

Para ele a resistência se constitui também para além da formação política, no espaço e nos exemplos e influências que tiveram na trajetória de formação da comunidade que a princípio estava muito vinculada à ideia de *resistência* das federações de trabalhadores (Fetaeg, Fetraf) e a entidades sindicais. Ele diz que havia a princípio um acordo entre INCRA, Fetaeg e Contag de que as terras aqui seriam para as pessoas vinculadas a estes movimentos, porém com a junção dos dois acampamentos (Roseli Nunes e José Porfírio) como já foi relatado na parte sobre a história do assentamento, as lideranças políticas do MST tiveram a oportunidade de conduzir o processo e tiveram uma experiência muito positiva a partir disso:

Apesar de atualmente haver um desgaste político entre nós da comunidade e o Movimento, não podemos negar o aspecto positivo que foi para nós termos aderido a ele na época. Digo no aspecto de nos reconhecermos enquanto sujeitos do campo, camponeses e agricultores, reconhecermos que a Reforma Agrária não é apenas distribuição de terras, além de nos libertar da visão de que o agricultor não pode ter carro, não pode ter bicicleta, não pode ser um professor, não pode ser um advogado. Enfim de soltar as amarras do nosso conservadorismo que fomos adquirindo conforme a nossa criação que nos diz que ou somos prósperos ou somos agricultores.

Percebemos aqui que além do aspecto político a visão dos assentados passa também por um viés cultural e de identidade, pois antes de passarem por todo o processo de luta pela terra (ocupação, acampamento e assentamento) estavam ligadas a uma visão do campo e do meio rural como lugar de atraso e retrocesso. Quanto ao desgaste político com o MST, este explicou que recentemente algumas lideranças regionais inviabilizaram o processo de acesso ao crédito reforma, além de outros desgates com o setor de finanças que ele não quis comentar. Segundo ele há um clima de desconfiança entre os camponeses e essas lideranças o que tem dificultado a relação com outros setores do Movimento, pois é um sentimento que se apresenta generalizado.

Em diálogo com outro agricultor, que visivelmente apresenta boa formação política, ele ressalta a identidade camponesa e os aspectos cultural e político como fator determinante para o processo de resistência e permanência na terra: "o termo camponês é para nós muito acentuado e está muito vinculado a questão cultural, resistimos aqui nessa terra há tantos anos porque temos pertença, porque nos reconhecemos como sujeitos dela, sabemos que ela nos pertence e que pertencemos a ela" (Entrevistado 2).

Ele segue explicando que ao tratarmos da resistência camponesa no Assentamento em particular, devemos ter o cuidado de olhá-la e concebê-la sob dois pontos de vista: daqueles que tiveram oportunidade de ter alguma formação política antes de virem para o acampamento e daquelas que segundo ele, "caíram de pára-quebras" na luta. Para ele as pessoas que puderam passar por esse processo de formação que segundo ele foi proporcionado pelos setores de formação do MST, foram moldadas para entrarem na terra e permanecerem nela, a partir de uma concepção de resistência que foi implantada nelas desde o acampamento:

Nós que permanecemos na terra, mesmo depois desses doze anos de luta (dois no acampamento e dez no assentamento) e diante de todas as dificuldades que temos enfrentado nessa permanência, estamos aqui porque fomos moldados para ficar aqui. Já entramos no acampamento com o intuito de resistir e permanecer (Entrevistado 2).

Prosseguindo no diálogo com o interlocutor, ele traz um elemento importante na história de formação do Assentamento, ele diz que na época por fazer do Setor Frente de Massa do MST, pode participar das reuniões de articulação política e daquelas que foram feitas com os representantes do governo estadual e do INCRA – Goiás sobre a ocupação das terras aqui do Norte do Estado. Ele afirma que na verdade o intuito da criação dos assentamentos, era através disso atrair mão-de-obra para a região que futuramente viabilizaria o plantio de soja. Não era intenção do governo fazer Reforma Agrária, mas sim descredibilizá-la, descredibilizando também a figura do agricultor camponês, ao tentar mostrar que mesmo dentro da terra, ele sempre se sujeitará ao capital para sobreviver.

Fato interessante de se observar, é que cinco anos depois da criação dos Assentamentos, se instalou no município a Brejeiro – beneficiadora de soja na região, além do que atualmente mais da metade das grandes fazendas da região estão arrendadas para o plantio da soja. O entrevistado segue explicando:

As verdadeiras intenções na criação dos assentamentos aqui da região norte como um todo, era abrir as portas para o agronegócio, abrir passagem para o

plântio da soja que estava chegando na região, atraindo para cá a mão-de-obra necessária. Eu particularmente vejo isso como uma tentativa do Estado em descredibilizar a Reforma Agrária, em mostrar que o camponês está destinado a ser um eterno empregado (Entrevistado 1).

Sobre isso, Bartra (2011) aponta que a consumação da exploração camponesa pelo capital, aparece na esfera da circulação e não apenas de mercadorias e em diferentes caminhos da exploração camponesa e que esta ocorre também na exploração da mão-de-obra em que o capital explora camponeses que mal podem repor suas condições de trabalho. No mercado de trabalho, com frequência o camponês também vende parte (geralmente jornada) de sua força de trabalho, caso os rendimentos totais obtidos como produtor independente não sejam suficientes para atingir uma reprodução equilibrada e o esforço empregado seja compensado pelas necessidades que o salário satisfaz. Ou seja, ele vende uma parte de sua força de trabalho porque sua renda como produtor direto não é suficiente para garantir a simples reprodução. Ao contratar a força de trabalho excedente do camponês, o capitalista têm condições de obter desta uma transferência em forma de força de trabalho a ser paga por um preço abaixo de seu valor. Logo esse tipo de exploração do camponês proporciona lucros abusivos ao capitalista.

Diante dos elementos abordados na fala do camponês, percebemos que o objetivo do Estado, era promover uma ocupação dessas terras de maneira controlada e dirigida, de modo a estabelecer uma população pobre disponível à exploração pelo latifúndio e pelo capital. Promovendo assim uma reforma agrária marginal e pontual, de forma que os trabalhadores assentados funcionalmente fossem incorporados como assalariados rurais ou a outras formas de exploração.

Segundo ele, em virtude dos acampamentos, vieram para cá mais de 400 famílias e mesmo que algumas delas não permaneceram no acampamento, se instalaram na região para trabalharem para os fazendeiros criadores de gado. Nesse ponto ele insiste no elemento da formação política como fator principal na criação de uma concepção de resistência e diz que aquelas famílias que receberam formação política, vivem na terra com a renda que tiram dela, mas aquelas que não tinham nenhuma formação são aquelas que hoje vendem a força de trabalho para o agronegócio. Ele vai além e explica que na época do acampamento houve uma separação nitidamente política entre as pessoas que iriam ocupar as terras que hoje formam o Assentamento Antônio Conselheiro e aquelas que ficariam no Assentamento Camilo Torres:

No período de junção dos acampamentos, a companheirada que veio do acampamento José Porfírio havia passado por alguns períodos de formação no MST, além de terem ligação direta com alguns setores do Movimento e são essas pessoas que estão hoje aqui no Antônio Conselheiro, que sabem o que é resistência na terra. O povo do lado de lá (se referindo ao Assentamento Camilo Torres que está do outro lado do rio), é o povo que chamamos de camponês semi-urbano. Eles não têm pertença, não sabem o que é ser camponês, muito menos agricultor, estão aqui na 'roça', mas têm o jeito da cidade impregnado na cabeça.

Nesse ponto, achamos importante que ele nos contasse sobre essa junção dos acampamentos que pareceu ter um caráter bem político. Então ele relata que naquele período, a divisão das pessoas que iriam para cada um dos Assentamentos não ocorreu por sorteio e que a divisão em dois assentamentos não ocorreu apenas em virtude de haverem duas escrituras da fazenda que as dividia em duas, mas porque não houve acordo entre as famílias na compreensão do processo. No teor da discussão houve muita divergência principalmente em relação em como seria feita a disposição dos lotes. As famílias que haviam passado por algum processo de formação como ele relata, não aceitaram a proposta do INCRA em organizá-las em quadrado burro, e optaram por se agruparem em outra área, pois acreditavam que nesse sentido, todas as discussões fluiriam melhor com pessoas que tinham a mesma visão e compreensão do que era uma comunidade rural.

Conversando com um agricultor que além de participar dessas discussões, acompanhou todo o processo de divisão das terras ele reafirma o ponto de vista dos outros assentados entrevistados até aqui:

Quando eu falo das pessoas que passaram por formação política, é porque vejo que elas se sobressaem melhor, pois elas conseguem administrar o que produzem na terra. Digo isso porque vejo que essas pessoas compreendem melhor o processo do que outras que estão perdidas aqui dentro e que na cabeça delas sempre existe a figura do patrão e do empregado. Elas acham melhor vender mão-de-obra do que administrar seus trinta hectares de terra, acham melhor levantarem de madrugada para irem trabalhar para os fazendeiros do que levantar cedo para tirar o leite das vacas ou plantar seus hectares de milho e feijão. Sabe trabalhar para os outros, não para ele próprio (Entrevistado 2).

Quando fizemos a análise dos dados obtidos nas idas a campo, quanto aos elementos apresentados nas falas que acentuam a formação política como fator facilitador para os processos de resistência e permanência na terra, pudemos compreender que em certa medida

estes se comprovam. Nas visitas às famílias, percebemos que aquelas que retiram sua renda exclusivamente da terra (cujos dados apresentaremos na seção sobre os aspectos produtivos) são as mesmas que passaram por algum processo de formação. Para além deste aspecto verificamos que estas famílias além de se organizarem melhor no tocante as atividades produtivas dentro dos lotes, também demonstraram maior habilidade na gestão e investimento dos recursos, pois apresentaram melhor infraestrutura nos lotes (curral, granja, cercas, mini-poços), onde as moradias de alvenaria estão todas com a parte do acabamento terminada (em outras parcelas as casas foram apenas levantadas e falta o piso, reboco, pintura), e também possuem veículos. No mais, os membros destas famílias apresentaram maior interesse pelas políticas públicas de Educação do Campo, pois das 12 famílias que se enquadram nas referências de boa formação política, 7 delas têm membros que participaram de um ou mais cursos de nível técnico ou superior, disponibilizados pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).

Quando entrevistamos uma das famílias cuja renda é proveniente de atividade remunerada fora do lote, a interlocutora nos revelou que:

Quando a gente veio para o assentamento não passamos tanta luta porque a gente tinha uma casinha lá em Rio Verde (município localizado no sudeste de Goiás) que a gente vendeu e trouxe o dinheiro para ir garantindo o arroz e o feijão. Mas um dia o dinheiro acabou né e não dava para começar uma lavoura ou comprar vaca de leite sem ter de onde tirar. Daí a solução foi 'espernear' para outros lados. Meu marido arrumou serviço de vaqueiro lá nos Leão (referindo-se a um grupo de latifundiários da região) e eu fui ficando aqui no lote com os meninos. O tempo passou e a gente nem viu e se acostumou. Mas o bom é que dá menos prejuízo trabalhar fora. Essa terra aqui é ruim, pensa num 'trem' difícil! A gente vê o aperto dos outros aí que gastam um dinheirão plantando e depois não dá certo para vender nada e o dinheiro foi desperdiçado. Aqui no lote eu dou conta das tarefas e quando 'arrocha', a gente arruma um menino, uma pessoa daqui mesmo para ajudar com uma coisa ou outra que eu não dou conta, porque só ficar aqui dentro não dá conta das despesas não, eu fico aqui cuidando dos 'trem' e ele vaza cedinho.

O Entrevistado 1, ainda nos trouxe um importante elemento para nossa discussão que ele relaciona especificamente a resistência: ele nos contou que após todo o processo de discussão e instalação das famílias no Assentamento Antônio Conselheiro, iniciou-se um longo processo de resistência na construção das moradias porque as famílias que se instalaram na área coletiva queriam a casa num modelo maior que o padrão do INCRA estabelecia para as moradias. Ele conta que para isso se organizaram coletivamente e compraram o material

todos juntos para ganharem mais desconto, além de fizeram mutirão para a construção das quatorze casas, não pagando assim pela mão-de-obra excedente. Porém houve no período, muitas denúncias dos assentados do Camilo Torres, que diziam que eles estavam desviando o dinheiro e fazendo "conluio" com as lojas de material de construção. Conseqüentemente a construção das casas foram suspensas até as vistorias do INCRA verificar que não havia nada de irregular, exceto estarem em padrão superior ao das outras moradias.

Observa-se então que nesta experiência têm-se um caso concreto de cooperação, onde esta possibilitou a construção de casas maiores e fora do padrão normal. Todavia a dificuldade apresentada no processo foi a não compreensão por parte dos assentados do PA Camilo Torres, que segundo relatos daqueles que participaram da construção coletiva, "faltou-lhes a compreensão do que de fato sejam as ações coletivas e como elas são importantes quando a ajuda é mútua" (Entrevistado 1). Esta compreensão para eles foi apreendida principalmente nos espaços de formação dos quais participaram antes de virem para o assentamento. Lazzaret (2007), nos traz uma importante abordagem sobre o entendimento de Lênin acerca dessa questão:

Lênin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares. Para Lênin, a cooperação e a revolução cultural eram inseparáveis (p. 140).

Até aqui o que fica claro para nós é que as diferenças e divergências políticas das famílias dos dois assentamentos não superaram a fase do acampamento, elas parecem estar presentes em todo o processo de consolidação das duas comunidades e permanecem até hoje. Por isso apresentaremos em outras partes deste trabalho, mais elementos que fundamentam essa questão.

Contudo, o assentamento de maneira geral, é caracterizado por certa homogeneidade, em relação às famílias que o compõe e isso está representado por sua origem, ideias e interesses, pois apesar das nítidas divergências, praticamente entraram na terra no mesmo período e a maioria vindas do mesmo acampamento. É relevante ressaltar que os sujeitos sociais a que nos referimos aqui realizam várias atividades na comunidade, mas nenhuma delas é exclusiva, pois os protagonistas desta pesquisa oscilam entre atividades com a terra, atividades religiosas, culturais e políticas.

É relevante apresentarmos que o projeto original do assentamento, como já foi ressaltado neste trabalho, foi criar uma comunidade que comportasse dois modelos de organização: um coletivo e outro em loteamentos individuais. Porém apesar da área coletiva

se basear em relações de parentesco e laços consanguíneos, houve um desgaste muito grande entre as famílias quanto a este tipo de organização, pois atualmente a área encontra-se em processo de divisão. A discussão teve início em 2014 a partir das desavenças entre 3 famílias que não concordaram quanto a utilização do pasto coletivo e se arrastou até 2016 quando todas as famílias decidiram que morarem em área coletiva foi uma decisão precipitada pois este é um projeto muito ousado e deve ser pensado com maturidade e o resultado foi inesperado porque não houve um bom entendimento entre eles sobre isso.

5.2 A unidade de produção camponesa frente à expansão do capitalismo no campo

Para abriremos nossa discussão, compreendemos ser necessário discorrer brevemente sobre o processo de penetração e expansão do capitalismo no campo que de modo geral, fez com que a agricultura passasse por muitas transformações e moldada pela ideologia do desenvolvimento e da modernização agrícola em detrimento da unidade de produção camponesa. Em face desse processo tornou-se necessário um maior dinamismo para sua consolidação que conseqüentemente trouxe alguns entraves para a classe camponesa como um todo. Pequenos agricultores, pequenos proprietários rurais, agricultores camponeses e familiares ou qualquer outra terminologia que expresse uma categoria com menor posse de terra e renda, foram atingidas por este processo.

Conforme nos explica Almeida (2008), essa mudança no espaço agrícola engloba significativas modificações tanto nas atividades produtivas como no conjunto da reprodução econômica, nos sujeitos sociais que convergem nela, tanto em termos quantitativos como qualitativos, no modo de seu funcionamento, nas formas de organização do processo de produção social, nas bases técnico-produtivas do processo do trabalho, enfim, nos ritmos, nos tempos e momentos de sua reprodução. Logo, a tomada da agricultura pelo capital é um processo que traz profundas conseqüências, pois não é um fenômeno isolado, mas representa a sujeição da reprodução material dos indivíduos às necessidades inerentes à lógica do capital.

Nessa conjuntura, para enfrentar essa ideologia mercadológica apregoada pelo capital no cenário agrário, os camponeses têm se organizado de modo a desenvolverem estratégias, resistindo a este processo para se reproduzir e permanecer na terra. Dessa maneira, tem-se que as estratégias de resistência da unidade camponesa frente à expansão do agronegócio são elementos importantes nesse processo de reprodução social e econômica. Nessa perspectiva, a importância das ações elaboradas pelos assentados para permanecerem na terra, podem ser vistas como um processo de resistência ao capital, além disso, estas ações enquanto estratégias

contribuem para negar a lógica capitalista como um todo, lógica esta que procura se apropriar da renda criada em unidades de produção camponesa.

Sendo assim, discutir a unidade camponesa de produção seria também discutir a sua capacidade de resistência e (re) criação no interior da territorialização da economia capitalista. Shanin (2008) afirma que a permanência do camponês no desenvolvimento inexorável do sistema capitalista se deve ao conjunto de soluções eficazes por ele adotadas: “As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inerentes e criativas” (SHANIN, 2008, p.25).

O autor ainda ressalta que a flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26)

Com efeito, as práticas de ajuda mútua são fundamentais no interior da unidade camponesa, pois consiste no esforço comunitário entre vizinhos ou parentes para ajudar nas tarefas que não podem ser realizadas somente pela força do trabalho familiar, não havendo qualquer pagamento monetário entre eles. Partindo deste princípio, Santos (1984, p.36) afirma que as práticas de ajuda mútua aparecem como:

[...] uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente. Desta forma, as práticas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de trabalho na unidade produtiva camponesa [...]

Na fase da pesquisa de campo no Assentamento Antônio Conselheiro, o que se pode verificar é que esta era uma prática constante entre as famílias no período do acampamento, principalmente entre aquelas que compõem hoje o núcleo coletivo e que estão ligadas por algum grau de parentesco. Porém em função de muitos desgastes políticos e dada a composição populacional deste assentamento que é formado em sua maioria por pessoas que estiveram em algum momento do processo histórico da comunidade, ligadas a algum setor do MST, o trabalho coletivo foi quase abolido da comunidade, sendo difícil atualmente conduzir qualquer processo de discussão coletiva.

Na conversa que tivemos com a matriarca do núcleo coletivo, ela nos afirma que a tradição da troca de dias de serviço entre parentes e vizinhos é algo com o qual ela está acostumada desde criança quando ainda morava com os pais e irmãos no Estado do Espírito Santo. Ela rememora os dias no acampamento e conta que naquele período, aos sábados as famílias se reuniam para organizarem o acampamento e para limparem as roças. Essa era uma prática que contava com o auxílio de várias pessoas da vizinhança, a maioria, parentes. As mulheres cuidavam das refeições, servidas no decorrer do dia e homens adultos e jovens cuidavam das demais tarefas como concerto dos barracos que iam se danificando com o tempo, além da limpeza dos locais que serviam como banheiro e fossas. Tinha-se, também, a prática do mutirão das mulheres costureiras. As mulheres costureiras se reuniam para fazer o concerto de peças de roupas usadas que eles costumavam ganhar, concertavam-se todas as peças, faziam-se ajustes e depois tudo era distribuído entre eles. Ela lembra que também costuravam colchas de retalhos com pedaços de tecidos que elas reuniam de barraco em barraco. Saudosa ela relembra este período:

Naquele tempo, quando o povo do lado de lá, não tinham ainda essas 'relias' que têm com a gente hoje, o trabalho rendia mais, porque tudo que se fazia, se fazia junto. Minha máquina de costura nunca parava, sempre tinha pano para remendar e qualquer pedacinho já servia para a gente fazer um concerto e deixar o vizinho alegre (Entrevistada 3).

O primeiro entrevistado na pesquisa, já mencionado aqui, tenta explicar o distanciamento entre as famílias que ocorre após serem assentadas quando nos conta que a questão da posse da terra é um fator que muitas vezes é distorcido entre os próprios camponeses, pois depois que estão de posse da terra a individualização é algo que sobressai:

O camponês contemporâneo está muito vinculado a questão da posse, de não reconhecer as limitações que temos individualmente, sempre sobressai o senso de individualizar as coisas e sempre dizer: eu tenho que ter a minha propriedade, eu tenho que ter a minha forma de comercializar, eu não posso estabelecer parceria, eu tenho que ter o meu carro (Entrevistado 1).

Ele ressalta que esse individualismo se acentuou depois da entrada na terra, antes no acampamento, o "nós" era mais importante que o "eu". Quando questionado se isso é algo que ele considera muito presente na comunidade ele diz que sim e completa:

Isso aqui já é algo tão comum e ao mesmo tempo tão sério que já se tornou quase impossível se falar e discutir cooperação. Porque o primeiro pensamento de cada um é aquele de que 'eu não posso trabalhar para ninguém e que o cooperativismo só vai me trazer atraso porque eu vou ter que trabalhar e dividir meu lucro! Vou vender e não vou receber! Cooperativa aqui não dá certo porque aqui ela é um pressuposto de corrupção! Eu não confio no meu companheiro!(Entrevistado 1)

Ele diz que lamenta por a maioria dos companheiros terem essa visão, porque ele vê no cooperativismo uma forma de resistência ao capitalismo e que seria viável economicamente para a comunidade. Ressalta que atualmente a comunidade está passando por uma frustração em relação a isso:

A filosofia do Antônio Conselheiro (se referindo ao assentamento) foi rechaçada pelo povo, essa negatividade tem causado uma dificuldade de se organizarem e decidirem as coisas coletivamente e desconstruiu o projeto que tinham inicialmente que era construir um assentamento de área coletiva para trabalharem na terra coletivamente.

Explicando melhor sobre o assunto, ele diz que a proposta das famílias da área coletiva do Assentamento era justamente se agruparem assim para conseguirem organizar melhor o trabalho produtivo nas áreas destinadas para isso. Nessa parte do assentamento, uma área dos lotes foi destinada para plantio e outra destinada para criação de gado. No entanto ele conta que nem todas as famílias optaram pela criação de gado e isso gerou desavenças entre estas e aquelas que além de utilizarem a área de plantio, utilizavam também a área destinada para pasto. Ele destaca aqui novamente a questão do individualismo e diz que isso trouxe muito atraso para as famílias que já se encontravam em processo avançado no acesso das políticas públicas de crédito, pois enquanto o INCRA não resolve a questão da divisão da área coletiva em parcelas individuais, as famílias estão impedidas de acessarem os créditos. Ele ainda ressalta que tem sido um desgaste muito grande, dividir uma área que foi projetada e estruturada para ser coletiva, pois os investimentos em infraestrutura foram todos coletivos, como a construção do curral, da represa e do poço artesiano que abastece 10 das 14 famílias.

A partir dessa reflexão percebemos que em face do processo de territorialização do campesinato na região, marcado por constantes investidas do capital, novos desafios entraram em cena exigindo desses camponeses a adaptação frente às essas transformações. Conforme discutimos, alguns destes desafios parecem estar relacionados, fundamentalmente, à compreensão que esses camponeses têm sobre sua própria condição camponesa frente a essa

nova realidade, destacando que os enfrentamentos e obstáculos dessa comunidade parecem estar ligados às tentativas da desterritorialização camponesa pelo capital.

No caso da cooperação que, segundo as falas dos camponeses entrevistados, aparentemente parece ser uma discussão superada por um sentimento generalizado de individualismo, entendemos que em muitos casos, a intenção do assentado é de produzir no seu próprio lote apenas para a família, característica da cultura camponesa que favorece o surgimento de obstáculos que precisam ser combatidos a fim de evoluir e alcançar formas superiores de produção. No entanto conforme nos explica Lacerda e Malagodi (2007), há fatores que contribuem para que apareçam as dificuldades dos camponeses em se organizarem para alcançarem tais objetivos:

[...] a trajetória de vida de cada sujeito, de diferentes contextos sociais, geográficos, econômicos e de práticas de trabalho que devem ser considerados nas realidades destes assentamentos, o que em geral resultam, entre outras, na grande dificuldade da cooperação” (LACERDA; MALAGODI, 2007, p. 4-5).

O fato é que, atualmente assim como ocorre em outras comunidades rurais, no assentamento, as práticas de cooperação que eram bastante comuns no período da ocupação e do acampamento, após a individualização dos assentados em lotes, geralmente deixam de ocorrer (MARTINS 2003). Segundo Sparovek (2003) estas ocorrem mais para resolver problemas de infraestrutura como, estrada, escola e os créditos, exceto quando há algumas especificidades de relações como redes de parentesco, laços de compadrio entre outras, como ocorreu no processo das casas na área coletiva onde as relações das famílias são determinadas por laços de parentesco.

Sabemos assim que a cooperação surge da necessidade por atender às demandas que as ações individuais não podem suprir, sendo que ela deve ser entendida como uma forma de enfrentamento as mazelas do sistema capitalista por meio de ações coletivas e ainda como forma de fortalecer a luta pela reforma agrária e transformação da sociedade, conforme nos orienta Stédile (1991).

Têm-se então que esse discurso é reproduzido no assentamento porque estas famílias ao basearem sua sobrevivência no que extraem da produção individual, têm o entendimento distorcido de que a cooperação ao invés de ser um elemento que possibilite as condições para que progridam econômica, social, e politicamente, viria a ser um motivo para desgastes e desentendimentos, haja vista ela se basear nas relações de confiança que aparentemente se

encontram abaladas no assentamento. No entanto não é o caso de entendermos que a cooperação não seja uma alternativa viável para a comunidade, visto que nos processos em que ela ocorreu, no caso da construção das moradias, por exemplo, os resultados foram mais satisfatórios do que para aquelas famílias que tocaram o processo individualmente. Portanto entende-se que ocorre de fato é que o individualismo colocado nos processos realizados por estes camponeses, camufla as múltiplas possibilidades de cooperação dentro da comunidade, refletindo diretamente na sua existência futura.

5.3 O Assentamento Antônio Conselheiro e a organização espacial na proposta do MST como forma de resistência.

A consolidação de um assentamento como espaço de produção e vida se constitui na materialização do território camponês, pois sem a conquista da terra não ocorre a construção desse território, sem o qual as relações camponesas não se materializam no espaço. Sendo assim, um assentamento indica a conquista de uma fração do território (terra) que passa a se configurar como possibilidade para a ampliação de outras conquistas como a produção de melhores condições de vida e reprodução social na terra através de diversos mecanismos de resistência.

Atualmente é comum para os estudiosos do campesinato atribuir capacidade de resistência aos camponeses a partir da suas ações individuais e coletivas que se materializam no território através das formas materiais de produção, nas relações de trabalho, nas lutas, na reprodução social. As formas de organização coletiva de algumas comunidades camponesas se configuram como uma dessas formas de resistência à lógica do capital, porque os espaços coletivos podem estabelecer outros parâmetros de realização e vivência de valores anticapitalistas, mesmo dentro do próprio capitalismo, construindo, dessa forma, uma resistência às práticas impostas por este sistema. Nesse sentido, pretende-se discutir aqui a proposta de organização e distribuição dos lotes feita pelo MST em contraposição ao padrão adotado pelo INCRA, a partir da análise da organização espacial do Assentamento Antônio Conselheiro.

Localizado no município de Novo Planalto, cuja economia é baseada na pecuária e atualmente no cultivo de soja, o P.A. Antônio Conselheiro em sua organização coletiva e pela sua estruturação física, acaba por proporcionar e de certa maneira instigar as famílias a se relacionarem. A disposição dos lotes em raio de sol, onde as casas são construídas nos lotes, comumente chamado assim pelo formato de alguns núcleos diverge da proposta do INCRA

que geralmente organiza as áreas no formato que os assentados chamam de quadrado burro. Esse "desenho" facilita a proximidade entre as moradias e as áreas de produção.

Conforme relato das famílias, o INCRA tinha o objetivo de assentar cerca de cento e vinte famílias na área e o MST defendia um assentamento menor. Após um processo de negociação, foi realizado o assentamento de 94 famílias nas duas áreas da fazenda. A área foi dividida em 94 lotes, com tamanho entre 23 e 30 hectares para cada família, variando conforme as condições naturais do terreno e respeitando as áreas de reserva. A área onde atualmente está o assentamento Antônio Conselheiro compreende 30 lotes de média de 27 hectares cada um (PDA do Assentamento, 2006, p. 34).

Ainda segundo as famílias entrevistadas, a ideia em organizá-los por núcleos de base também está na proposta de organicidade defendida pelo MST porque estimula a ligação e participação entre as famílias. Como forma de representação institucional dos assentados perante os órgãos públicos, inicialmente foi constituída a Associação de Pequenos Agricultores de Intercâmbio e Desenvolvimento Rural (ASPAIDER), mas depois da proposta de divisão da área em parcelas individuais, a associação foi paralisada porque nenhum representante quis assumir a presidência. As justificativas apresentadas por eles é que durante o período em que esta esteve sobre a gestão do antigo presidente, ele contraiu dívidas em nome da associação que não foram quitadas, além de nunca ter feito nenhuma prestação de contas do dinheiro que era destinado ao "caixinha" como eles denominavam a contribuição mensal paga por cada associado. Portanto segundo estes, ninguém iria assumir uma instituição que apresenta tantos problemas financeiros. Essa associação também se encarregava de questões relativas à apresentação de projetos e comercialização. Com o desgaste provocado pela divisão dos lotes, o processo de comercialização tem ocorrido de maneira individual.

5.4 Rotatividade no assentamento: desistência e resistência.

Sabe-se que a migração e a rotatividade em assentamentos rurais são processos normais e ocorrem por diversos motivos. No entanto uma questão por vezes tida como polêmica, ao abordamos esse elemento na reforma agrária é a comercialização dos lotes. É um desafio para este estudo definir um percentual exato dos casos que têm ocorrido no assentamento, mas procuramos quantificá-los da maneira mais aproximada possível, conforme dados obtidos na pesquisa de campo.

No assentamento, atualmente a comercialização das parcelas, tornou-se uma realidade preocupante e embora esta prática esteja presente nos espaços de muitos outros assentamentos

da região e de todo o Brasil, sabe-se que sua ilegalidade compromete os vários processos implementados pelos camponeses na comunidade. Ainda que as populações do campo historicamente excluídas enfrentem dificuldades de se manterem em seus territórios e estas funcionem como um mecanismo de repulsão, a permanência é um desafio que vem sendo superado por muitos camponeses, mediante várias estratégias já abordadas neste e em outros trabalhos sobre o tema. Por outro lado a desistência da posse da terra é um elemento importante que nos provoca à reflexão das condições nas quais os sujeitos assentados pela Reforma Agrária estão se reproduzindo, mas ela é apenas uma referência para que possamos nos adentrar à realidade desta prática nos assentamentos da região, onde a venda de lotes tem gerado grande descrédito sobre os camponeses e sobre a reforma agrária. Não houve ocorrência de desistência ou venda de lotes na área coletiva, fato justificado pelos assentados de que as relações e laços consanguíneos têm sido um elemento importante na permanência delas. Segundo relatos das outras famílias, "*Os marimbondos*" como são conhecidos os assentados do núcleo coletivo, prestam serviços de ajuda mútua uns aos outros, moram reunidos, dividem ferramentas, compartilham os veículos, comprovando que as experiências coletivas são importantes para a permanência das famílias na terra.

De maneira generalizada a evasão ocorre por vários motivos, como a falta de recursos e infraestrutura, endividamento, problemas de saúde ou dificuldade em se reproduzir nas suas parcelas. Dentre as motivações que levaram as famílias a desistirem as mais acentuadas são as questões econômicas. Dentre as 30 famílias originalmente assentadas, 11 delas (33%) venderam seus lotes e foram morar na cidade e atualmente estes lotes encontram-se na irregularidade mesmo após denúncia feita no Ministério Público do Estado de Goiás. Desse total, apenas 1 (3%) lote foi vendido porque o assentado apresentou problemas de saúde. As outras 10 famílias (30%) apresentaram como motivação o valor oferecido pelos lotes que variaram entre R\$ 80.000,00 e R\$ 150.000,00. Mas houve casos em que o valor pago ultrapassou o valor de R\$ 250.000,00 quando o lote foi vendido pela segunda ou terceira vez. Um caso que incomodou muito, os camponeses, foi o caso da parcela 21, onde foi assentado o Sr. Eurípedes dos Reis Aguiar e o lote de número 18, no qual foi assentado inicialmente o Sr. Domingos Pereira Nunes. Os lotes foram comprados pela mesma pessoa que pagou em cada lote o valor de R\$ 80.000,00 e após 8 meses por R\$ 200.000,00 e R\$ 250.000,00 respectivamente. Como corria o boato de que ele andava pelo assentamento fazendo outras propostas de compra de parcelas, para vendê-las depois por quase o triplo do valor, as famílias formalizaram as denúncias.

Mesmo sob denúncia, esses dois lotes já foram "repassados" mais quatro vezes a outras pessoas por valores três vezes maiores do que o que foi pago ao titular na época da compra. A inquietação que gerou a denúncia surgiu entre as famílias que continuaram assentadas, pois afirmam que além dos novos "proprietários" não fazem parte da dinâmica política, social e cultural e do contexto do assentamento, tendo uma visão meramente capitalista, são pessoas que vêm na terra apenas um espaço de lazer e inferiorizam os camponeses por sua condição de assentados. Três lotes estão atualmente nas mãos de grandes lideranças políticas da cidade, famílias com um alto padrão de vida, que viram na oportunidade, a compra da terra "por preço de banana" como os mesmos afirmam. O que mais incomodou as famílias foi o caso da parcela 23, cujo titular conhecido como *Foguete* enfrentava graves problemas de alcoolismo e estava morando sozinho depois que a companheira e os filhos foram embora para a cidade. Um importante vereador da cidade pagou-lhe pela parcela uma quantia bem inferior ao que o INCRA lhe passaria pelas benfeitorias, e hoje o sítio funciona como casa de campo para os feriados da família e amigos.

Uma assentada relata sua indignação:

Se aproveitaram do Foguete, da desgraça dele. Porque eles não viveram em baixo da lona preta, morrendo e sofrendo para pegar essa terra, já pegaram de mão beijada além de não saberem o valor que ela tem pra nós, ainda 'desfazem da nossa luta', dizendo por aí que sem-terra é vagabundo, que não presta, que só quer a terra para receber cesta básica e dinheiro do governo, prova disso é que não querem trabalhar, vendem por qualquer quantia que dê para comprar fumo e cachaça(Entrevistada 02)

As lideranças e associações do assentamento têm constantemente reiterado as denúncias, mas desde abril de 2016 o caso está na justiça, pois após serem notificados, os compradores recorreram e enquanto o caso não se soluciona, continuam na terra.

6 LIMITES E CONTRADIÇÕES DA EXPERIÊNCIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO

6.1 As práticas agrícolas convencionais e os limites da construção de uma proposta agroecológica no Assentamento Antônio Conselheiro

Refletir e discutir sobre o processo produtivo dos camponeses e extendendo esta análise para os assentamentos organizados pelo MST, nos dá a compreensão de que cada assentamento possui nesse sentido, características comuns quanto a estes processos. Entretanto por compreender que esse Movimento tem uma só dinâmica e um conjunto de princípios quanto às suas lutas e sua organicidade, acreditamos que algumas concepções interpretativas podem ser construídas a partir desta análise.

O trabalho produtivo no assentamento Antônio Conselheiro é refletido pelo processo de construção da comunidade que passou por grandes desafios e limites em seu processo formativo e organizativo. Porém compreendemos que a organização e participação política das famílias assentadas são elementos essenciais para o desenvolvimento territorial da comunidade mesmo quando enfrentarem problemas de ordem econômica e política para reproduzirem-se no território. Para garantir sua reprodução no território estas famílias tiveram que se adaptar e passar por vários processos organizativos, discutidos coletivamente.

O modo como se dá a reprodução da agricultura camponesa na área, visto que ela parece se manter e subsistir em sua invisibilidade, apesar de sua importância e significado, é uma questão relevante para a compreensão de uma problemática mais ampla. Pois também verificamos com a pesquisa como os processos organizativos dessas famílias, tanto em âmbito social, como econômico e político, têm influenciado na sua inserção nos mercados e na permanência delas na terra. Constatamos também que a luta pela terra e os desdobramentos dos camponeses no sentido de se afirmarem como sujeitos dessas lutas também são elementos importantes nesse processo.

Durante a fase da pesquisa de campo, foram entrevistadas 11 das 30 famílias que compõem o assentamento, onde as visitas ocorreram entre os meses de janeiro e abril. A escolha por estas famílias seguiu o critério de estabelecer um paralelo entre aquelas que se encontram mais empobrecidas e precisaram desenvolver atividades remuneradas fora de seus lotes e aquelas que têm estabelecido um padrão de produção que garante a permanência destas na terra. Nos relatos dessas famílias, de maneira generalizada, foram apontadas questões no

sentido de que as condições para os assentados permanecerem produzindo no lote vão além de ter a posse da terra, pois para eles além ser necessário investimento, precisam também algum preparo técnico para saber lidar com a agricultura e discernimento na escolha do que produzir e como investir nesses cultivos. Em relação a isso, Moreira (2007) afirma que nos processos produtivos, as piores condições naturais e de acesso foram relegadas à apropriação dos pequenos, com efeitos negativos em sua rentabilidade econômica. Sabe-se também que, em geral, os benefícios das políticas agrícolas e tecnológicas governamentais tem sido historicamente apropriados preferencialmente pelos grandes proprietários. Em decorrência dessas dificuldades, esses agricultores estão buscando algumas alternativas, na intenção de melhorar as condições de produção no lote e, conseqüentemente, a renda familiar.

Sobre essa questão, Fernandes (2009) nos alerta que essa produção não deve ser focalizada no produtivismo e sim na diversificação de alimentos:

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores. (FERNANDES, 2009, p. 9)

No caso do Assentamento Antônio conselheiro atualmente há uma produção diversificada, com variedade de cultivos como maracujá, mamão, abacaxi, milho e mandioca que são comercializados no mercado interno. As técnicas utilizadas para o manejo do solo são rudimentares (utilizam enxadas, foices, facões, enxadões, matracas), visto que os assentados ainda não possuem recursos ou não souberam administrar estes para a compra de maquinários e insumos, o que dificulta a concorrência com as grandes propriedades da região. Cada lote possui uma área de cerca de 30 hectares, onde em média 6 hectares de cada lote são destinados para a produção agrícola e cerca de 18 ha são destinados para pastagens nos casos em que se criam gado leiteiro ou de corte.

Nos primeiros anos do assentamento e mesmo ainda no período do acampamento, a união entre os assentados na organização em associações e a participação nas assembleias era maior que atualmente. Com o passar do tempo, essas associações foram quase desmobilizadas, pois ao longo dos anos, os assentados passaram a perceber que apesar destas serem muito importantes como instrumento de representação, não contemplavam os interesses de alguma parte no tocante a organização e comercialização da produção. Portanto mesmo

ainda no acampamento foram se formando grupos de afinidades e depois outras associações de produtores: ASPAAC (Associação de Produtores do Assentamento Antônio Conselheiro) e ASFPL (Associação das Famílias Produtoras de Leite) com objetivos distintos, indo desde a organização à comercialização da produção no assentamento.

Até outubro de 2010, na comunidade existiam três associações voltadas para a produção, uma delas foi criada pelos produtores de abacaxi desse assentamento, mas hoje existe apenas uma associação, a ASPAIDER (Associação de Pequenos Agricultores de Intercâmbio e Desenvolvimento Rural). No caso dos grupos de afinidade, basicamente eram formados por pessoas que diziam compartilhar das mesmas opiniões que se organizariam para produzir ou trabalhar em parceria, através de mutirão ou através de alguma experiência coletiva. Esse tipo de organização ainda se mantém até hoje, porém não é considerada mais como uma prática predominante. Em depoimento, as famílias afirmaram que o trabalho que envolve a atividade produtiva atualmente é realizado individualmente (cada família em seu lote), mas que ainda fazem uso do mutirão, ou seja, várias famílias trabalham coletivamente nos lotes uns dos outros. A prática do mutirão vem desde o período do acampamento, como já foi relatado anteriormente. Naquela época, era comum as famílias ajudarem tanto na plantação quanto na colheita umas das outras, mas atualmente o mutirão acontece apenas nos períodos de colheita.

Ao tentar organizar a produção agrícola a partir do que não era comercializado e nem consumido como, por exemplo, o excedente do milho, do leite e das hortaliças, o setor de produção, organizado pelo coletivo, começou a fomentar discussões nos núcleos de base, sobre qual seria a melhor opção de escoamento do que cada família produzia como excedente. Surgiram várias propostas sobre o que fazer com o resultado do trabalho, e como escoar essa produção a fim de dar continuidade às atividades agrícolas e gerar alguma renda dentro dos lotes e foi nesse período que surgiu a proposta de uma cooperativa. Entregar aos mercados locais talvez fosse a melhor opção para as famílias camponesas, porém esses mercados não se interessavam pela oferta porque nesse período muitas famílias não conseguiam deixar os produtos fornecidos com o padrão exigido pelo mercado. Poderiam ainda vender na feira, mas para isso necessitavam de inscrição na prefeitura, e assim foram surgindo propostas que para alguns eram viáveis, mas, para outros não, mediante várias dificuldades apontadas durante o processo, como a falta de meios de transporte para a entrega e dificuldade em abrir cadastro sem CNPJ.

Outra discussão foi sobre como as famílias poderiam acessar as políticas públicas de incentivo para o setor, porém percebia-se que não era consenso de todos, pois alguns não

tinham claro se poderia dar certo, e alguns não acreditavam e não tinham interesse de entregar a esses convênios e ainda aquelas que não concordam de maneira nenhuma em qualquer forma coletiva de organização da produção como foi relatado anteriormente. Diante disso, decidiram por criar um coletivo de produção representado juridicamente por uma única associação que se fortaleceria, formada inicialmente por 12 famílias, com o objetivo de organizar a produção do assentamento, o coletivo buscava fortalecer o trabalho agroecológico que seria implantado depois pelas famílias assentadas que fizeram alguns cursos de como vivenciar a agroecologia na prática. Segundo as famílias, estudar sobre o assunto, mostrou-lhes que a agroecologia está ligada ao jeito de trabalhar com a terra em seu processo natural, sem veneno, utilizando recursos naturais.

Como algumas famílias têm uma diversificação agrícola em suas áreas, realizam produções agroecológicas que têm como princípio a integração produtiva, aliando a criação de animais e produção vegetal, valorizando o uso de insumos produzidos no próprio lote, buscando a melhoria natural do solo e preservação das fontes de água. Condição que consideram necessária a sua reprodução ambiental e econômica. Porém algumas relatam que também utilizam adubos químicos na produção.

Além da produção agrícola, também existe em algumas parcelas, viveiros de mudas de algumas qualidades desde as plantas do cerrado, das medicinais a frutíferas, como angico, ipê, cagaita, murici, mamacadela, gabirola, pitomba, arruda, carqueja, coco, manga, caju e jaca. As mudas são feitas na parte de cima do assentamento, debaixo de um grande pé de jatobá, são produzidas para fortalecer a terra e algumas também para o comércio, podendo ser comercializada na feira ou no próprio assentamento.

A forma utilizada pelos agricultores na realização destas pequenas plantações é individual e em parte artesanal, contando com o auxílio de um trator comprado de forma coletiva que atua na preparação do solo e etc. O restante do trabalho é realizado pelos próprios camponeses, sendo que em época de colheitas os mesmos formam pequenos grupos para agilizar a realização dessa atividade, o chamado mutirão. Acessar o mercado de forma direta sempre foi um desafio para essas famílias. Historicamente na região a agricultura camponesa é apenas produtora de matéria prima que é entregue geralmente a atravessadores que atuam ali. A essência da apropriação da margem de lucro obtida na comercialização por parte dos próprios produtores da matéria-prima é a ida direta ao mercado consumidor.

Como a produção individual das famílias assentadas, não é vendida de forma regular, é de fundamental importância que esta “ida” ao mercado seja de forma organizada. Porém a

motivação para a criação de coletivos de comercialização se mostra maior entre as famílias, que comercializam leite.

Quanto ao que é produzido na comunidade atualmente algumas famílias entregam hortaliças para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém a produção de hortaliças para autoconsumo é uma prática de quase todas as famílias. Entre as hortaliças que são vendidas para o PNAE, as mais produzidas na comunidade são alface e couve e cheiro verde. Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e o escoamento da produção, o PNAE de alguma maneira tem contribuído no incentivo à produção, mas para conseguir cumprir as exigências do Programa, os assentados acreditam que vão precisar acessar outros créditos de incentivo. Alguns relatam que a aquisição de um carro é urgente e muito importante, pois as hortaliças ainda são transportadas de maneira inadequada em caixas de supermercado amarradas em motos ou bicicletas.

Sobre as práticas da agroecologia, a proposta surgiu como uma possibilidade destas famílias manifestarem sua resistência ao modelo de agricultura convencional. Inicialmente todos se comprometeram em colocar na prática todas as discussões em torno da agroecologia. Mas, quando as famílias deixaram de ser acampadas e se tornaram assentadas, notou-se que a compreensão estava distorcida, pois na medida em que as famílias que assumiram os lotes individuais possuíam menos formação política, surgiram as contradições do processo.

Isso foi relatado por um agricultor que nos contou que a terra era de baixa produtividade e estava degradada pela criação de gado de corte praticada pelo fazendeiro, a produção foi extremamente baixa e ruim, e isso fez com que diversas famílias voltassem a produção convencional. Nesse período houve uma divisão no assentamento entre produtores orgânicos e convencionais. Como o assentamento sempre passou por crises e se mostrou frágil quanto às divergências políticas e dificuldades nas discussões coletivas, essa situação gerou uma crise interna sobre como conduzir o futuro do assentamento, garantindo a proposta da agroecologia.

No momento em que estas famílias passaram a discutir e a experimentar a produção agroecológica, a discussão no MST ainda era muito recente, apesar de possuir algumas experiências importantes. A agroecologia suscitou muitas dúvidas e incertezas naquelas famílias que nunca haviam passado por nenhuma experiência com esta prática.

Os desafios e limites desta proposta na comunidade está ligado à compreensão da agroecologia por todas as famílias. Notamos, a partir de algumas observações e informações coletadas das famílias, que os agricultores de algum tempo para cá têm investido na produção do leite, porque vêm nessa atividade uma prática mais rentável do que a agricultura praticada

no modelo agroecológico porque acreditam que esta lhes garante mais renda. Eles afirmam que esta tem sido uma boa estratégia produtiva, pois além das famílias terem uma renda a mais, podem usar o esterco e a urina dos animais para aumentar a produção das verduras.

Essa e outras práticas das famílias comprovam que a agricultura camponesa, não tem sido apenas o modo de viver dessas famílias, mas que a despeito do modo de sujeição da renda da terra ao capital, os camponeses têm assegurado a reprodução dessa agricultura de caráter camponês, no território do agronegócio e das práticas capitalistas.

6.2 Força de trabalho familiar, organização e rotina das famílias nos lotes

Para Santos (1978, p. 27) na unidade de produção familiar, quem move o processo de trabalho “[...] é a força de trabalho familiar”, a qual é estabelecida no âmbito da produção por meio da divisão do trabalho entre os membros da família e com ausência de salários. Nesse tipo de relação de trabalho presente nas unidades, a família ao pensar em objetivos comuns se constitui como uma delas, organizando e executando diversas tarefas cotidianas. Essas tarefas tanto podem acontecer na pecuária (ordenha, vacinação, reformas de cercas e pastos), na alimentação de aves, na limpeza dos quintais, como na própria manutenção da casa e as tarefas relacionadas à produção agrícola (preparação da terra, capina, aragem, plantio das sementes). Enfim, a força de trabalho familiar é a característica básica e fundamental nessa categoria de produtores. No assentamento Antônio Conselheiro das 10 (dez) famílias pesquisadas, apenas 2 (duas) conta apenas com a força de trabalho do homem, pois nesse caso não existem mulheres e filhos nos lotes.

Porém, nas demais unidades de produção pesquisadas o papel da esposa, embora na maioria dos casos pareça secundário por não estar à frente das decisões mais importantes tomadas na unidade produtora, seu protagonismo é indispensável para o andamento da produção, pois no caso daquelas famílias que entregam verdura para o PNAE, são as mulheres que cuidam de todo o trabalho da horta.

Isso ficou evidente ao se realizar a pesquisa de campo, em várias situações, pois quem sabia informar os dados de produção quase sempre era a esposa. Os dados referentes a quantidade, área plantada, meses de venda da produção ou de animais, prejuízos com a produção, normalmente foi a esposa quem respondeu ou informou ao marido. Porém a quantidade de litros de leite produzidos, num mês/ciclo e o preço recebido, por exemplo, foi o marido ou os filhos que trabalham junto com o pai quem responderam, demonstrando nesse caso que as mulheres não se envolvem na atividade leiteira.

Por causa das tarefas na produção, além das tarefas domésticas, a esposa geralmente acaba exercendo uma dupla jornada de trabalho. De acordo com os questionamentos realizados na pesquisa de campo, 8 produtores, afirmaram que as esposas ou companheiras também participam dos trabalhos na lavoura, no pasto, na alimentação das aves, e quando é necessário intensificar o trabalho direto na produção.

Os filhos que ainda vivem e trabalham nas unidades reflete, em parte, a grande maioria os menores, que ainda não podem exercer atividade remunerada na cidade. Os filhos em idade escolar ajudam no período matutino, pois o transporte escolar funciona no horário vespertino. Em 7 famílias entrevistadas, existem morando nos lotes 11 adolescentes em idade escolar que afirmam que sabem da importância de ajudarem os pais dentro do lote, mas gostariam de exercer alguma atividade remunerada fora deles e a maioria reforçou que após terminarem o Ensino Médio, se mudarão para a cidade ou para a capital (Goiânia) em busca de trabalho. Na época da criação do Assentamento em 2006, existiam na comunidade 27 jovens com idade entre 18 e 26 anos. Desse total, 13 jovens foram para a cidade ou migraram para outros Estados em busca de atividade remunerada. É interessante ressaltar que dentre o total destes jovens as filhas mulheres pelo menos 5, saíram dos lotes para trabalharem, mas também para cursarem algum curso superior ou profissionalizante, enquanto os homens, segundo relatos das famílias, nenhum está matriculado em algum tipo de curso.

Entre as outras relações de trabalho utilizadas destacam-se o trabalho temporário, na forma de empreitas e diárias – o mais utilizado entre os produtores pesquisados – e a ajuda mútua. Muitos afirmaram buscarem esses pequenos trabalhos entre eles, para algum complemento da renda ou troca de algum dia de serviço por não terem como pagar em dinheiro, mas só recorrem a esse tipo de relação quando a família, sozinha, não realiza todas as atividades que necessitam ser feitas no lote, em tempo hábil.

É importante lembrar que a forma de organização do trabalho adotada a princípio pelos assentados foram as associações que inicialmente eram vistas como importantes instrumentos de representação. A proposta inicial para a área coletiva do assentamento era de que as associações de produtores viabilizassem a implantação de uma cooperativa que atendesse às demandas de comercialização do que fosse produzido tanto pelas famílias da área coletiva quanto dos demais lotes da comunidade. Como já foi relatado, essa discussão surgiu ainda no acampamento com a ideia dos grupos de afinidade, pois a concepção desses grupos seria organizar os assentados para que produzissem de forma coletiva o que fosse básico para a alimentação da família, como no caso da farinha. Desta forma, alguns grupos foram se formando e discutiram a construção de uma casa de farinha. Em 2009, houve na comunidade

um curso de capacitação dado pela FUNDATER (Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural) nessa área e depois mais outros dois cursos de processamento de pequi em conserva e poupa de frutas. Para formação do grupo, todos os assentados foram convidados; no entanto, a participação no início foi pequena, mas com o tempo chegou a 20 famílias, em sua maioria as famílias que moram na área coletiva.

A experiência dos grupos de afinidade serviria como instrumento que proporcionaria a união entre os assentados. Isso porque, depois da experiência da casa de farinha, poderiam buscar outras formas de integração como a cooperação. No entanto a ideia da cooperativa foi desmobilizada na medida em que as famílias foram se instalando nos lotes e desenvolvendo outras atividades de maneira individualizada e a casa de farinha não foi construída. Atualmente as famílias que plantam mandioca para a produção da farinha, fazem-na pelo processo artesanal e não contam com uma infraestrutura própria para o processo de fabricação.

Algumas famílias optaram pela criação de gado leiteiro, transformando grande parte dos lotes em pasto. No entanto o arrendamento de uma parte do lote que contém pastagem é uma prática que tem se tornado frequente, principalmente no período da seca, onde a falta de pasto nos lotes com maiores quantidade de gado necessita redistribuir para outros pastos e lotes do assentamento na forma de arrendamento. Alguns ainda arrendam seus pastos para pessoas de fora do lote. Mesmo atividade sendo praticada na ilegalidade as famílias alegam que a renda advinda dessa prática lhes dá condições de fazer investimentos dentro do lote, pois o pagamento é feito no valor de todo o período arrendado, as vezes períodos de seis meses ou mais. O preço sai em médio R\$ 20,00/cabeça a R\$ 35,00/cabeça e quando a quantidade de gado é significativa, o dinheiro recebido é utilizado para realizar benfeitorias nos lotes, conforme nos garantiu um camponês:

Eu sei que uma hora esse negócio de alugar pasto vai dar 'B.O', mas é a única maneira que eu encontrei de pegar um dinheiro reunido e poder investir em coisas aqui na roça. Mês que vem termino de fazer a cerca e se sobrar um pouco de dinheiro, vou comprar meu próprio gado (Entrevistado 4).

6.2.1 Dados de produção e aspectos produtivos do Assentamento

Segundo dados obtidos no PDA do assentamento, desde que se estabeleceram na comunidade, as famílias iniciaram o plantio de lavouras destinadas somente para o

autoconsumo. Nesta época, elas não contavam ainda com o serviço de assistência técnica, pois não existia no município, escritório da ATER nem profissionais que prestassem serviços particulares na área, por isso, estes utilizavam-se dos conhecimentos sobre produção adquiridos em sua trajetória. A produção agrícola basicamente se relacionava às culturas denominadas “brancas”, ou seja, milho, feijão e arroz destinado para a subsistência. Eram cultivadas também culturas como mandioca, abóbora e a melancia que constituíam parte da subsistência das famílias que era complementada por cestas básicas, distribuídas periodicamente pela CONAB (Companhia Nacional de abastecimento) (PDA Antônio Conselheiro, 2006, p. 85).

Quanto a prática da agricultura Ainda segundo o documento analisado, nesse período foi cultivada na área coletiva uma lavoura coletiva de cerca de ½ hectare de pimenta, que produziu 56 quilos e 8 frascos de 250 ml do produto e ainda ½ hectare de mandioca, que processada rendeu 4/4 de farinha. Toda a produção foi vendida no mercado local e a renda distribuída entre as 14 famílias. No entorno das moradias cultivam-se, hortaliças, plantas medicinais e temperos associados à criação de pequenos e médios animais, como aves e suínos. A prática agrícola utilizada no assentamento era a tradicional, e isso se mantém em parte até hoje correspondendo a toda a produção. Porém as famílias não utilizavam o fogo para a limpeza da área, nem fertilizantes químicos e agrotóxicos e não utilizavam nenhum tipo de mecanização para preparo do solo e colheita, sendo o trabalho braçal, feito com foice e enxada.

Nos primeiros anos da comunidade também não havia manejo conservacionista do solo, com raras exceções de agricultores que utilizavam a incorporação de restos culturais ao solo. O plantio era realizado, predominantemente, a partir de sementes formadas no próprio assentamento, inexistindo, todavia, matrizes necessárias para se formar sementes de boa qualidade, mas atualmente já existe uma boa reserva de sementes.

No que se refere à produtividade, de acordo com as famílias, a fase de acampamento e do **contrato de comodato** e de não efetivação do parcelamento da área impedia que as mesmas se dedicassem as atividades produtivas de forma mais intensa, como por exemplo, o plantio de culturas permanentes, uma vez que ainda não estavam certos sobre o local definitivo onde irão morar. Além disso, como consequência das formas de exploração e manejo das culturas e das criações, feita pelo latifundiário, os níveis de produção se apresentavam insatisfatório até mesmo para o sustento das famílias, embora o custo de produção fosse baixo, devido a não utilização de recursos externos.

Com o passar do tempo a situação foi se modificando e as famílias foram adequando o modo e a quantidade da produção de acordo com suas necessidades, condições e demandas locais. A produção animal se dava de forma extensiva onde o gado leiteiro era alimentado apenas pelo pasto. Naquele período algumas famílias utilizaram a cana-de-açúcar que já existia na área destinada ao assentamento como suplemento na alimentação do gado. Atualmente elas produzem outros tipos de ração preparadas com a mistura de mandioca, casca de maracujá, cana-de-açúcar e restos de soja que buscam na Brejeiro, agroindústria instalada há 5 anos na região. Naquele período a produtividade do leite era baixa ficando numa média de 3 a 4 litros de leite por vaca/dia, mas atualmente com o suplemento e a melhoria dos pastos, algumas chegam a produzir em média 8 a 10 litros de leite por vaca/dia. Sobre a produção de aves caipiras, esta era praticada por quase todas as famílias, o que também permanece até hoje e, suprimindo em parte as necessidades em relação a ovos e, eventualmente, em relação à carne.

No período da pesquisa de campo, identificamos 2 famílias da área coletiva que produzem leite para autoconsumo e para comercialização, e outras 5 da outra área do assentamento que produzem para comercialização. A produção de leite como atividade comercial tem se mostrado bem rentável no assentamento, pois sua produção é praticamente toda destinada para a venda do leite *in natura*; menos de 5% é reservada para o consumo das famílias e para fabricação de derivados. Em 7 dos lotes visitados, praticamente toda a renda da família é proveniente da venda do leite que produzem: entregam cerca de 70 a 80 litros todos os dias, o que dá em média R\$ 2.100 por mês, garantindo-lhes uma renda de aproximadamente quase R\$ 2.000. Apesar de alguns períodos (novembro/abril: cerca de R\$ 0,70/litro – maio/outubro: cerca de R\$ 1,10/litro) o preço do produto se apresentar abaixo do preço de mercado, cada família extrae da atividade leiteira em média R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00. Das 8 famílias 1 tem renda complementar proveniente de aposentadoria e 3 do Bolsa Família. A família que recebe aposentadoria tem renda mensal entre R\$ 2.900,00 e R\$ 3.000,00. As que recebem Bolsa Família, cerca de R\$ 210,00 cada benefício, apresentam renda mensal entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.300,00. No assentamento existe um tanque de resfriamento com capacidade para aproximadamente 2.000 (dois mil) litros, adquirido via associação de produtores. No mês de janeiro (realização da pesquisa) a capacidade do tanque era para atender 14 (catorze) famílias, sendo 7 (sete) famílias do Assentamento Antônio Conselheiro e outras 7 (sete) do Camilo Torres que moram mais próximas ao lote em que está o tanque.

Seu Joaquim Jakis, acentado na parcela 27, tira cerca de 120 litros/dia no período chuvoso. Ele tem um rebanho de 42 cabeças, mas atualmente somente 11 vacas tiveram cria e estão produzindo cerca de 80 litros/dia. A renda que Seu Joaquim retira da atividade leiteira é em torno de R\$ 2.540,00 por mês, e calcula que ganha mais R\$ 400,00 ou R\$ 450,00 com a venda dos derivados. Das 7 famílias que produzem leite, 2 são produtoras de queijo e requeijão que comercializam na feira de domingo. Mas ressaltaram que a produção desses derivados é pequena, cerca de 8 peças de requeijão por semana e uma média de 10 peças de queijo cada família, porque segundo eles a saída desses produtos para comercialização é ruim, dada a concorrência que encontram na feira onde outras famílias de outros assentamentos e fazendas também vendem seus derivados. Cada peça de queijo é vendida por preços que variam entre R\$ 12,00 e R\$ 15,00 dependendo do tamanho e cada peça de requeijão é vendida em torno de R\$ 25,00 e R\$ 30,00. Existem na região, muitos atravessadores que compram os derivados de algumas famílias por quase metade desse valor a peça e vendem o produto em Goiânia por quilo.

Um dos canais de venda utilizado pelos assentados é a Feira da Roça como é conhecida na cidade, e acontece todo domingo em local cedido pela prefeitura municipal onde camponeses de vários assentamentos e fazendas do município vendem o excedente de sua produção. São diversos produtos comercializados: queijo, requeijão, hortaliças, doce de leite e de buriti, bolo caseiro, abóboras, pequi em conserva, farinha e milho verde. Algumas mudas que são produzidas no assentamento também são vendidas na feira e as mais procuradas são manga, caju e jaca.

Atualmente a mandioca é o produto mais cultivado de maneira geral no assentamento, chegando a serem plantados 2 a 3 hectares em média por lote. O plantio é feito de forma manual onde a família faz todo o trabalho de furar as "covas" com enxadões, alguns fazem essa parte do trabalho enquanto outros "enterram" as "ramas" já cortadas e limpas previamente. A limpeza do local onde é a "roça" de mandioca na maioria das vezes é feita pelo trator da prefeitura do município onde os assentados requerem através de ofício, horas trabalhadas do trator para fazer o arado e limparem os lotes, mas o combustível do trator é pago pelos assentados, já na área coletiva eles utilizam o trator que foi adquirido através da associação. A maior parte da produção da mandioca está sendo utilizada para a fabricação de farinha que é entregue ao PNAE. O restante é destinado para autoconsumo e para o trato do gado em períodos de pastos ruins. No assentamento cultiva-se duas variedades: a mandioca amarga (utilizada para fabricação de farinha) e a mandioca mansa (utilizada no consumo das famílias). Ambas são semelhantes tanto no seu aspecto como por possuírem um mesmo ciclo

agrícola, porém a diferença consiste em que a mandioca amarga deve passar por um processo que extrai dela a substância tóxica, sendo consumida como farinha depois de moída, enquanto a mandioca mansa pode ser aproveitada sem que seja necessária essa transformação.

Conforme os depoimentos dos camponeses o plantio da mandioca é iniciado logo após o início da chuva, no período compreendido entre janeiro e fevereiro, e ainda se estende até o mês de julho. O crescimento deste cultivo apresenta uma variação de 12 a 18 meses a depender de vários fatores apontados por eles como o tipo de solo, a frequência de chuva e ainda se o cultivo for consorciado de outras culturas. Durante o crescimento da mandioca são realizadas até cinco limpas logo após cada chuva. A colheita é realizada pelas famílias de duas maneiras: uma manualmente e a outra através do uso da matraca (picareta). Porém, a forma manual com o auxílio de um enxadão é a mais utilizada entre eles, através do arranquio das raízes da planta. Após ser "arrancada" a mandioca vai ser preparada para ser transformada em farinha que é vendida para os vizinhos, na feira ou camponeses de comunidades próximas. Das 30 famílias do assentamento, 14 produzem mandioca: 3 para autoconsumo e trato do gado e 11 para comercialização e produção de farinha e polvilho, este último somente para autoconsumo. Desse total somente duas possuem alguma infraestrutura montada onde beneficiam o produto. Nos demais lotes, a fabricação é feita de forma artesanal e conta com o trabalho de todos os membros da família, inclusive adolescentes. O processo passa por várias etapas, onde leva cerca de 8 horas para se produzirem uma saca ou 60 kg de farinha. As etapas do processo são respectivamente: colheita, descascamento, lavagem, trituração, prensagem, esfarelamento, torração ou "torra", peneiramento, esfriamento e embalagem. Cada etapa é realizada de forma manual e algumas contam com utensílios fabricados pelos próprios assentados. No processo de fabricação da farinha, a primeira etapa que é o descascamento, este é feito pelos adultos que descascam em média 250 kg do produto em mais ou menos 8 horas de trabalho. Após descascarem o produto, em seguida dá-se a fase da lavagem da mandioca, que segundo os produtores é a mais importante, pois ela garante uma farinha de boa qualidade. Esse processo é realizado, com a mandioca dentro de grandes peneiras que são mergulhadas em bacias ou tanques de água, para que saiam todos os resíduos de cascas. Segundo as famílias, quando a colheita da mandioca é feita já no final do dia, ela deve permanecer dentro da água até o dia seguinte, quando esta será processada, pois segundo eles, isto evita que ela escureça ou fique "azulada" e com sabor amargo. A trituração é feita na maioria das vezes com o auxílio de um triturador, mas no caso dos lotes em que a produção é menor são utilizadas máquinas de ralar improvisadas, feitas com o motor reaproveitado de máquinas de lavar. A prensagem leva cerca de 30 minutos e é feita em prensas artesanais, e

não foi verificada a existência de nenhuma prensa hidráulica nos lotes visitados. As prensas são improvisadas utilizando-se a bacia inoxidável retirada de máquinas de lavar, onde a massa da mandioca já ralada é introduzida em um saco que é colocado dentro desta bacia que já possui furos. A prensagem do produto já depositado nesta bacia, é feita utilizando-se um disco de alumínio, também improvisado, colocado sobre esta massa e pressionado por dois pedaços de madeira grandes, utilizados apenas para esta finalidade. Após ser prensada, a mandioca vai ficar com o aspecto de pequenos blocos que deverão ser esfarelados, processo que ocorre na fase do esfarelamento. Depois desta etapa, a massa esfarelada deve ser levada ao forno até ficar bastante seca, apresentando aspecto crocante. Na maioria das vezes essa fase é realizada em 30 minutos, com o forneiro mexendo a massa com o auxílio de um rodo de madeira, de cabo longo e liso, até a secagem final da farinha. O forno utilizado é uma grande chapa de ferro com suporte de madeira que lhe dá o aspecto de um tabuleiro, e geralmente ficam do lado de fora, no quintal, ou na maioria dos lotes, no cômodo de despensa que tem uma parte na frente que é uma área coberta. O lugar deve ser arejado para que o forneiro possa suportar o vapor que sai do forno. Nesse processo com a perda de umidade e secamento promovido pela torração, ocorre também o clareamento da massa. Durante o resfriamento da farinha, acontece a formação de grumos devido à gomagem da fécula presente no produto. O tamanho da peneira vai determinar o tamanho dos grãos, por isso essa deve ser escolhida de acordo com os grãos que se quer obter. Ao final do peneiramento, a produção é dividida em diferentes tipos, como farinhas grossas e finas. Após o esfriamento a farinha está pronta para ser embalada.

Como produtor de farinha, destacamos o caso do Sr. Manelão, assentado no lote 14, que planta cerca de 2 hectares de mandioca produzindo anualmente entre 10 e 12 toneladas do produto. Desse total, pelo menos 8 toneladas são destinadas à produção da farinha. Ele produz anualmente cerca de 2.000 kg de farinha que vende para outros assentados e na Feira da Roça em embalagens de 1kg, 2kg e 5 kg custando respectivamente R\$ 8,00, R\$ 15,00 e R\$ 38,00 . A renda anual obtida pela venda da farinha é em média entre R\$ 13.400,00 a R\$ 15.000,00. Ele diz que além da farinha, parte da produção é destinada como alimento para o gado nos períodos de seca.

Outro cultivo encontrado nos lotes é o milho, e a época de plantio varia de acordo com a ocorrência das chuvas, em alguns anos ocorre em novembro e em outros entre os meses de março e abril e seu ciclo produtivo dura aproximadamente três meses. Segundo os entrevistados normalmente se colocam cinco sementes por cova que é aberta por enxada porque deve ser mais rasa. É plantado para comercialização e autoconsumo quando é colhido

verde (pamonha, milho verde, curau e mingau) e uma parte do excedente vai para o gado e as criações domésticas. A colheita é feita manualmente, espiga por espiga e pode ser realizada em duas fases de seu crescimento: ainda verde ou quando estiver seca. Conforme as observações e entrevistas realizadas durante os trabalhos de campo, constatamos a preferência pela colheita do milho verde, devido seu consumo *in natura* ser maior, sobretudo nos meses de junho e julho quando a casa está cheia de parentes em decorrência das férias e realizam-se a pamonhada. A outra parte das espigas que são colhidas secas quebra-se o talo da planta para evitar que a água o apodreça e deixa no roçado por mais três meses. O milho seco tem parte destinada às criações domésticas e é processado no triturador para a fabricação da "quilera" como é conhecido na região, o milho triturado. Quando a safra é boa chegam a produzir até duas espigas grandes por pé. Das famílias estudadas 6 declararam vender o excedente do milho para os atravessadores no valor de R\$ 50,00 o saco de 60 kg. Geralmente são vendidos de 3 a 4 sacos que proporciona uma renda mensal de R\$ 150,00 a R\$ 200,00.

O cultivo de maracujá é praticado em 3 lotes, onde são cultivados cerca de 2 hectares e 1/2 da fruta. Dos 3 que cultivam todos produzem no sistema de sequeiro por não terem recursos financeiros para investir em sistemas de irrigação que exige equipamentos modernos e mão-de-obra contratada. O plantio do maracujá no sistema de sequeiro as mudas devem ser plantadas logo no início das primeiras chuvas. Conforme os camponeses, o plantio é realizado por meio de sementes que podem ser compradas ou retiradas da própria fruta. Para fazer as mudas eles utilizam sacos plásticos para colocar a mistura da terra com o esterco do gado do próprio curral. Em seguida, coloca-se a semente dentro do saco esperando um período entre 30 a 45 dias até estas atingirem entre 15 a 25 centímetros de altura que é quando estarão prontas para serem transplantadas para a terra. Para o cultivo dessa fruta, eles utilizam adubo químico onde o colocam numa cova medindo 40 cm de largura por 40 cm de comprimento. A muda do maracujá só é plantada a partir de 15 a 20 dias devido ao risco de amarelar ou da planta morrer devido à fermentação do solo, segundo eles essa foi uma orientação dada pelos técnicos da FUNDATER, empresa que presta assistência técnica no assentamento. Após o plantio com aproximadamente 30 dias a planta começa a se desenvolver. São realizadas três limpas até o período de colheita. De acordo com os camponeses, quando o maracujá se encontra maduro ele cai espontaneamente do pé e é colhido no chão. A produção tem duas safras por ano sendo realizadas duas colheitas anualmente. O destino da produção é toda para a comercialização, ficando para autoconsumo apenas o excedente caso a produção não seja comercializada totalmente.

O maracujá cultivado por eles é o da espécie amarela, o preferido na fabricação de polpas, sucos e remédios naturais tendo assim uma boa aceitação no mercado. Para a extração da polpa, a fruta é processada de maneira manual e com auxílio de liquidificador onde extraem a poupa que é resfriada em embalagens de 200 gramas. A comercialização é feita diretamente ao consumidor e uma parte entregue ao PNAE. O que não é entregue ao PNAE, é vendido na Feira da Roça e em um supermercado em Porangatu - GO, município vizinho a Novo Planalto. O preço do quilo do maracujá varia entre R\$ 0,90 a R\$ 1,50. Neste caso, de acordo com o Sr. Bigode, assentado na parcela 22, que é produtor da fruta há 8 anos, e destina 2 hectares de terra para a produção do fruto, afirma que já houve anos em que sua produtividade foi de quase 15 toneladas do produto e lhe proporcionou uma renda média anual de R\$ 22.500,00. Em 2015, que foi um ano de muita escassez de chuva, a produção foi menor e lhe gerou renda de aproximadamente R\$ 13.500,00. No início da produção por volta de 2008, ele conta que haviam muitos atravessadores que compravam o produto já processado e o levavam para ser vendido no CEASA no município de Anápolis – Go. Eles passavam até duas vezes por semana. Com o tempo, os camponeses foram se familiarizando e estreitando as relações com o comércio no município e na região. Com o apoio das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Novo Planalto no âmbito da comercialização, eles conseguiram vender para a merenda escolar via PNAE.

Como complemento ao cultivo de maracujá algumas famílias também cultivam abacaxi, plantam cerca de 1 hectare cada uma. Na entrevista, os produtores relataram que estão pensando em ampliar o plantio da fruta ao invés de produzirem maracujá, porque o processo de extração manual da polpa é muito "trabalhoso" e plantar o abacaxi é mais viável nesse sentido. Toda a produção é destinada a comercialização. Seu Lico como é conhecido um dos produtores, tem uma caminhonete a qual ele utiliza para fazer a venda da produção, mas nesse caso ele faz a venda direta ao consumidor: sai na rua com a caminhonete anunciando o produto e vendendo.

O mamão é uma das opções que segundo os produtores sai como produção mais barata, mas não é produzido com regularidade, isto é, as famílias entrevistadas, não têm o cultivo dessa fruta como atividade econômica principal, sendo apenas algum complemento da renda. Como dizem: "já dá para o dinheiro da gasolina". Uma das famílias entrevistadas disse que a ideia de cultivar a fruta surgiu quando viu que o produto era muito fácil de cultivar na região, eles jogavam as sementes das frutas que eram consumidas pela família, próximas ao tanque de lavar roupas e elas brotavam sozinhas só regadas pela água que saía dos canos. Além disso perceberam que os pés produziam muitos frutos de uma só vez. Mas neste caso a

fruta é plantada nos quintais, mas não em grande quantidade porque dizem que a fruta estraga rápido, além dos pássaros como tucanos sempre fazerem "furos", ela não tem boa saída para comercialização. Quase tudo fica para autoconsumo das famílias e vizinhos.

Além dos aspectos da produção já apresentados aqui, as famílias entrevistadas relataram que a ausência de regularidade na produção também tem sido um entrave desde que entraram na terra e isso decorre também por fatores alheios a vontade dos assentados. Como exemplo eles citam as condições climáticas que nos últimos dez anos apresentaram grandes períodos de estiagem, o que é muito ruim para a lavoura que fica perdida e para o gado, que sofre com a falta de água, visto que nem todos puderam perfurar poços em seus próprios lotes ou construir represas. Questionaram também que a falta de assistência técnica em alguma medida também os prejudicou pois começaram a receber assistência apenas a partir de 2009 e as visitas dos técnicos são muito inconstantes, pois aparecem algum tempo e depois ficam meses sem dar qualquer retorno.

6.2.2 Perfil tecnológico do Assentamento

O padrão tecnológico adotado pelos assentados acompanha a diversificação cultural e de origem desses camponeses, ou seja, as relações que os assentados procuram reproduzir na região estão intrinsecamente relacionadas com suas trajetórias, principalmente no que diz respeito aos valores de lidar com a terra ou até mesmo com as formas de produção, onde a maioria praticava de forma manual no período do acampamento ou em seus lugares de origem, como as fazendas onde muitos cresceram.

Podemos perceber que entre as famílias pesquisadas a maioria possuía informações adequadas sobre sistema de produção agroecológica e até mesmo com alguma base tecnológica e apesar de almejarem o uso desses recursos tecnológicos, optaram por manter em algum nível as técnicas tradicionais já utilizadas na produção. No entanto no PDA do assentamento os autores identificaram que as áreas de constituição do assentamento eram ocupadas no passado, principalmente, por grandes extensões de pastagem de capim *braquiária*, *andropogon*, *kikuo* e nativo que podem ter operado com altos índices de produtividade pecuária. No entanto, eles chamam a atenção que essa realidade constituiria um sistema de produção frágil com relação a sua sustentabilidade, pois o aumento do número de pessoas que utilizariam a área para plantar e criar gado agravaria mais ainda a degradação do solo. Consequentemente essa realidade fez com que os assentados precisassem de adoção de um padrão maior de tecnologia como correção de solo, adubação e utilização de máquinas

agrícolas, para preparar a terra para produzir, além de uma infraestrutura mínima que desse suporte às necessidades dos assentados. Todavia, o que pudemos perceber é isso acabou não acontecendo porque estes camponeses preferiram dar continuidade às práticas de agricultura defensivas ao avanço do capital.

Em dez anos de criação do assentamento, as principais plantas cultivadas foram sempre àquelas consideradas desbravadoras, que lhes proporcionavam sustento quase que imediato, como o milho e a mandioca, associadas à criação de pequenos animais, como galinhas, perus e porcos. No entanto, alguns assentados optaram pela criação de gado leiteiro como principal atividade econômica. Sobre essa questão podemos mencionar que fatores como crédito, infraestrutura e informação, influenciariam de forma significativa nas possibilidades produtivas no assentamento.

De um modo geral os assentados que tiveram condições nos primeiros anos com a liberação dos créditos de fomento e PRONAF A, procuraram utilizar tratores no preparo do solo e plantio. Apesar de não possuírem máquinas e equipamentos para produção, existe na região disponibilidade de aluguel desses equipamentos, além das máquinas que a prefeitura disponibiliza. É importante ressaltar que alguns desses equipamentos ou máquinas foram adquiridos através das associações com intuito de suprirem as necessidades coletivas. Existem 2 tratores no assentamento, 1 na área coletiva que foi adquirido com recursos da associação e outro que pertence a um agricultor da outra área do assentamento que disponibiliza o mesmo para aluguel ou em troca de dias de serviço.

Em relação à infraestrutura produtiva, pode-se dizer que as instalações que existem até a data da pesquisa são ainda precárias ou parciais e foram construídas com recursos dos próprios assentados. As mais comuns são o paiol e depósitos rústicos, granjas rústicas que são conhecidas como os "galinheiros" e "chiqueiros" e em determinadas parcelas é possível encontrar currais e piquetes para tratos com gado. No entanto todas as parcelas já possuem cercas, pois desde o início considerou-se que o gado criado solto, acaba entrando nos quintais em busca de alimento, situação que causa intrigas entre vizinhos. Para o plantio na lavoura, utilizam-se enxadas, enxadões, matracas e facões. A utilização de adubos químicos foi uma opção adotada por poucas famílias, sendo que a maioria utiliza estrume de animais para fazerem a adubagem das hortas e plantações.

6.2.3 Acesso aos créditos e políticas públicas

Sobre a utilização de créditos que viabilizam a infraestrutura nos assentamentos em geral, na comunidade dois tipos de recursos foram liberados para os assentados: os individuais (Fomento, PRONAF, Custeio e Moradia) e os coletivos (Cheque-reforma). Destinados para a construção de estradas e poços artesianos, o dinheiro passou por um caminho: o INCRA repassava para a Caixa Econômica Federal, que por sua vez repassava uma empresa com CNPJ que por sua vez ficava responsável pela contratação das construtoras que fariam os poços artesianos e abririam as estradas nos assentamentos, essas últimas ficaram sob a responsabilidade da prefeitura.

De acordo com os assentados foram perfurados cerca de 7 poços artesianos e 3 mini-poços na área coletiva e abertos vários quilômetros de estrada. No entanto, alguns assentados acreditam que, como não houve acompanhamento na fiscalização dos recursos, a empresa contratada teria desviado parte dos recursos. Em relação aos poços, eles suprem a necessidade de água nas moradias, mas para quem cria gado e não tem condição financeira de fazer represa foi necessário perfurar outro poço no próprio pasto, mas a falta de recurso para isso, impediu que muitas famílias optassem pela criação de gado, pois sem água no pasto não é possível.

Em relação aos créditos individuais, o PRONAF A, em 2009 foi liberado o recurso para 17 famílias das 30 que compõem o assentamento, de certa maneira, para a liberação desses recursos os assentados não tiveram problemas, sendo contemplados dentro do prazo de orçamento previsto. No entanto uma grande parte comentou que tinham perdido todo o investimento feito por aplicação errada dos recursos. Além disso, culpavam a assistência técnica por ter sido ausente. Na maioria dos relatos dos próprios assentados, eles afirmaram que não sabiam como aplicar os recursos do crédito porque na época não receberam orientação adequada, e a ânsia de ter o dinheiro fez com que este fosse aplicado de forma errada. Um exemplo disso foi o investimento em gado leiteiro da raça Holandesa, que não é adequado ao clima local, fazendo com que perdessem muitas cabeças. As famílias que praticam a atividade leiteira, adquiriram o gado cruzado que é o que se adequa melhor as condições climáticas da região. Ocorreram também problemas com o investimento em culturas que não se adequaram ao tipo de clima e solo, como o tomate. Porém algumas famílias realtam que a perda da produção se deu pela falta de conhecimento sobre o cultivo e falta de assistência técnica. O investimento utilizado exclusivamente em infraestrutura também provocou o endividamento de algumas famílias, pois o dinheiro foi todo empregado

em cercas, poços artesianos e curral, não sobrando nenhum recurso para investir em atividades que gerassem renda e o retorno esperado. Além disso, houve em alguns casos a apropriação do uso do crédito para outros fins e o dinheiro foi desviado para outras finalidades, sendo aplicados na compra de veículos, motos e bebidas ou mesmo aplicado em outros lotes na cidade.

O Pronaf Custeio para aquisição de gado leiteiro é um dos recursos mais esperados, mas quanto a isso existe uma contradição junto ao INCRA e as famílias que ocupam a área coletiva, pois segundo o Instituto as parcelas precisam estar divididas individualmente e cercadas, porém mesmo as famílias tendo solicitado o "corte" dos lotes, estes nunca foram demarcados pelo próprio Instituto. No entanto mesmo antes desse entrave em relação ao acesso ao crédito, alguns vinham explicitando descontentamento com esse tipo de organização, gerando conflitos e ameaças de abandono ou venda dos lotes, que em certa medida tem atrasado o desenvolvimento da comunidade em várias dimensões. Apoiando-nos em Almeida (2007) que nos explica que a produção científica sobre campesinato nos mostra que as estruturas de sociabilidades, alianças, parentesco, compadrio e amizades são basilares para a reprodução do modo de vida camponês, compreendemos que no Assentamento Antônio Conselheiro, este arcabouço se consolidava na organização estrutural entre os seus grupos domésticos. Isto porque a princípio as famílias se agregaram a fim de construir um projeto que promovesse a sustentabilidade na comunidade, tanto em sua dimensão social quanto econômica. Isso se explica pela organização da produção nessa área coletiva: há a separação dos sistemas produtivos dos grupos domésticos em sistemas distintos: as áreas específicas de plantio (os roçados), e a utilização dos quintais domésticos (cultivo de hortaliças e frutas) de acordo com a construção das moradias e uma área específica para criação de gado. Esse sistema foi implantado pela decisão do grupo porque nem todos optaram pela criação de gado e como a área é coletiva, o gado leiteiro foi destinado a este local para não haver o desgaste das áreas de plantio das outras famílias. No entanto, a recente ruptura nas relações entre algumas famílias em decorrência das desavenças pelo uso dos espaços coletivos e de atritos políticos quanto à escolha da representação política do município e das lideranças locais, “quebrou” a harmonia deste processo, dificultando sua continuidade.

6.3 Tipologia das unidades de produção e composição da renda familiar

Para Sant' Ana e Tarsitano (2009), a análise dos sistemas de produção pode auxiliar, a compreensão das diferentes racionalidades envolvidas nas escolhas dos produtores. Em seu

guia metodológico sobre o assunto, Guanziroli (s.d) nos explica que os produtores valendo-se de racionalidades sócioeconômicas distintas, fazem escolhas diferentes no que se refere às culturas, às criações, às técnicas, às práticas agrícolas e econômicas, etc. Nem todos adotam, portanto, o mesmo sistema de produção e as mesmas formas de exploração do ecossistema (p. 26). De acordo com INCRA/FAO (1999, p. 24) a tipificação dos sistemas de produção permite identificar as distintas formas pelas quais os produtores organizam suas atividades, em função de diferenças:

[...] tanto no que se refere ao acesso à terra, aos demais recursos naturais, à informação, aos serviços públicos, aos mercados e ao crédito, quanto no que diz respeito ao nível de capitalização, aos recursos financeiros disponíveis, aos conhecimentos adquiridos, à disponibilidade de mão-de-obra, etc. (INCRA/FAO, 1999, p. 24).

Guanziroli, ainda nos explica que a diversidade dos sistemas de produção ocorre por diferentes fatores, pois muitas vezes a diferenciação de um sistema é ditada pelas condições sócioeconômicas dos produtores, que buscam por cultivos de baixo custo na produção e ainda as diferenças também podem ser um resultado do meio ambiente e das condições climáticas locais, obrigando o produtor a adotar opções adequadas e adaptadas às condições locais. Portanto, com o intuito de facilitar a compreensão do processo produtivo dos camponeses do Assentamento Antônio Conselheiro, e também identificar qual a base material e o que gera renda para as famílias que ali estão, procuramos fazer uma tipologia dos sistemas de produção do assentamento, também com o objetivo identificar as diferentes estratégias de produção e comercialização e as relações destas com as características da família, com a construção da resistência e com outras estratégias dos camponeses, como as rendas não agrícolas e o autoconsumo.

Para a construção dessa tipologia, foram considerados elementos ligados aos tipos de cultivo, às formas de produção e comercialização, e a existência (ou não) de obtenção de renda proveniente de atividades praticadas fora do lote. Fizemos uma análise a partir das 30 famílias assentadas e para fins de compreensão do raciocínio estabelecido aqui, adotamos alguns critérios de classificação, para facilitar a tipificação: diversidade na produção, tipo de produção, quantidade produzida (especificando o que é para autoconsumo e o que se destina a comercialização) e renda proveniente de atividades não agrícolas e praticadas fora dos lotes.

Destaca-se que a principal atividade das famílias é a pecuária e a agricultura. Segundo dados técnicos do PDA do assentamento (2006, p. 21), dos 1.455,31 hectares da área total do assentamento, 413,41 hectares são de reserva legal que representa 32.12% da área total. A

área originalmente destinada a produção agrícola e pecuária 975,57 hectares (PDA Antônio Conselheiro, 2006, p.96). No entanto as famílias apresentam uma área total cultivada de 182,33 hectares que equivale a cerca de 6 hectares ou 20% da área de cada lote para a produção agrícola, pois algumas famílias praticam o cultivo consorciado com outras culturas. As famílias que criam gado de corte e gado leiteiro, destinam cerca de 60% de suas áreas para esta atividade, que equivale a 18 hectares em média, totalizando uma área de cerca de 144,00 hectares da área total do assentamento..

Dentre as famílias pesquisadas, todas afirmaram que consideram importante terem cultivos e sistemas de produção variados, pois se perderem parte da "roça" de algum deles, por qualquer fator externo como, por exemplo, a escassez ou ausência de chuva, têm nos outros cultivos uma alternativa economicamente viável, além de garantir o autoconsumo e o fornecimento de matéria-prima. Além dos cultivos variados, a venda de aves e animais de pequeno porte, são algumas alternativas adotadas pelas famílias quando ocorrem problemas na produção. Em pelo menos 12 dos lotes, foi verificada a criação de galinhas caipiras para a venda e o aproveitamento dos ovos também para a venda. D. Edileuza que vive com o companheiro e dois filhos adolescentes na parcela 8 da área coletiva e têm uma renda mensal de R\$ 850,00 em média (valor com desconto de empréstimo pessoal) provenientes da aposentadoria por invalidez do companheiro, nos relatou que complementa a renda com a venda de galinhas e ovos caipiras. Ela cria cerca de 20 galinhas botadeiras e consegue vender em média 6 dúzias por semana. Ela diz que "fez freguesia" num restaurante da cidade e já leva os ovos encomendados, entregando a dúzia a R\$ 7,00. Na data da entrevista ela tinha cerca de 18 galinhas caipiras em ponto de abate, mas diz que é mais difícil vendê-las pois querem pagar muito barato. Mas já houve mês em que conseguiu vender até 20 galinhas. Ela já entrega pronta para consumo, já depenada, que sai a R\$ 30,00/cabeça. Ela nos conta que a venda de ovos é frequente e lhe garante cerca de R\$200,00 por mês que é o dinheiro que ela dá para o filho mais velho abastecer a moto para ir para a faculdade em Porangatu, município vizinho.

No assentamento como um todo, a diversificação agrícola inclui além do cultivo de hortaliças, as culturas anuais, como milho e arroz, entre outras como a mandioca, e também as frutíferas como abacaxi e maracujá, e outras como o mamão plantado em pequenas áreas e comercializado diretamente ao consumidor na feira da cidade. Em alguns lotes encontramos outros cultivos em menor quantidade, como no caso da banana e do feijão (menos de 0,50 hectares por produto). No caso da criação de animais, criam-se porcos, perus, patos, galinhas e galinhas da angola em pequenas quantidades, que servem para o autoconsumo da família, mas

que, em alguns casos, alguma parte é destinada à comercialização por meio dos canais já referidos.

Na atividade de pecuária, registrou-se a criação de gado de corte e de gado cruzado para a produção de leite. O gado de corte da raça Nelore, que aparece como atividade principal geradora de renda, é criado em 02 lotes, onde os assentados destinaram cerca de 20 hectares para a pastagem dos animais. Em um dos lotes, verificamos a criação de 27 cabeças (14 machos em idade e peso para abate; 08 vacas; 03 bezerros machos e 02 novilhas). No outro lote, o assentado cria 35 cabeças (18 vacas; 08 machos; 04 bezerros e 05 novilhas). O gado geralmente é vendido para os açougues que pagam cerca de R\$ 115,00 por arroba, na época da seca em que o gado está magro. Mas em épocas que o preço está melhor, no período de chuvas (novembro/abril) chegam a pagar R\$ 135,00 por arroba. Quanto ao gado cruzado são das raças Girolando e Pardo Suiço, pois o gado Holandês não suporta o clima da região. Estes são utilizados para a atividade leiteira e criados em pelo menos 18 hectares.

Há também, produtores que buscam diversificar a renda por meio do processamento de produtos como o pequi em conserva e outros que optaram pela produção de leite e derivados, como queijo e requeijão. Nas hortas das famílias estudadas, foram encontradas vinte (20) variedades de hortaliças cultivadas: alface, cenoura, beterraba, berinjela, pimenta de cheiro, couve, tomate cereja, salsinha, coentro, cebolinha, pimentão, quiabo, maxixe, feijão vagem, jiló, mostarda, pepino, abobrinha e rabanete. O tamanho das áreas destinadas às hortaliças ainda é pequeno, cerca de 0,50 hectares quando o destino da produção é a comercialização, quando esta é apenas para o consumo das famílias, esta área é ainda menor, ocupando apenas um pequeno espaço nos quintais destas famílias. Embora não contemplem todas as características de cada lote, adotou-se dois indicadores que pudessem expressar em cada agrupamento as características mais predominantes: níveis da produção agrícola e níveis de atividades de pecuária. Estes indicadores foram escolhidos por permitir identificar as diferentes estratégias dos produtores na geração de renda dentro das unidades de produção.

Tabela 01

Atividades praticadas pelas Famílias como principal fonte de renda		
Descrição da atividade	Número de famílias	Percentual %
Mandioca	12	40,0
Maracujá	03	10,0

Gado de corte	02	6,0
Gado Cruzado/leite	07	20,0
Atividade remunerada fora do lote	03	10,0
Total	27	80,0%

Fonte: pesquisa de campo/dados organizados pela autora

Tabela 02

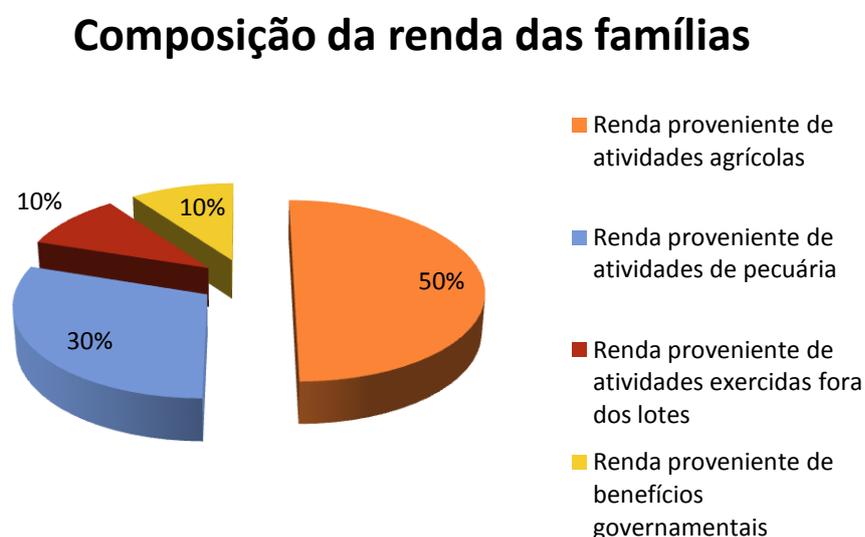
Atividades consorciadas (atividade principal + atividade complementar)		
Descrição da atividade	Número de famílias	Percentual %
Mandioca, Grãos e Frutos	04	12,0
Mandioca e Frutos	03	10,0
Mandioca e hortaliças	03	10,0
Mandioca e gado cruzado/leite	02	6,0
Gado cruzado/leite, suínos e aves	04	12,0
Gado cruzado/leite e hortaliças	01	3,0
Gado de corte, suínos e aves	02	6,0
Total	19	69,0%

Fonte: pesquisa de campo/dados organizados pela autora

Conforme a **Tabela 01**, a mandioca é o produto mais cultivado em todo o assentamento, pois segundo os produtores, além de fornecer matéria-prima para a fabricação de farinha, serve de alimento para o gado e é um cultivo para o qual o solo da região demonstra bastante aptidão, pois geralmente as "roças" são muito "vistosas" mesmo em períodos de pouca chuva. Dentre as 30 famílias assentadas, 3 delas não aparecem na tabela porque têm sua renda principal proveniente de fontes governamentais: 1 família cuja renda é proveniente de pensão por viuvez e outras 2 cujas rendas principais se baseiam no recebimento de aposentadorias. Das 30 famílias, mesmo as que aparecem na tabela como praticantes de alguma atividade agrícola ou de pecuária, 17 recebem Bolsa Família, cujos recursos variam entre R\$ 79,00 e R\$ 210,00 por família, mas esta fonte entra como renda

complementar. A **Tabela 02** indica quais atividades são desenvolvidas como principal fonte de renda consorciadas a outras que apareceram na pesquisa como fonte de renda complementar. Dentre as fontes de renda complementar, algumas famílias recebem benefícios governamentais como auxílio doença, pensão, aposentadoria e bolsa família. O **Gráfico 01** demonstra de maneira geral a composição da renda familiar das famílias assentadas no Assentamento Antônio Conselheiro:

Gráfico 01



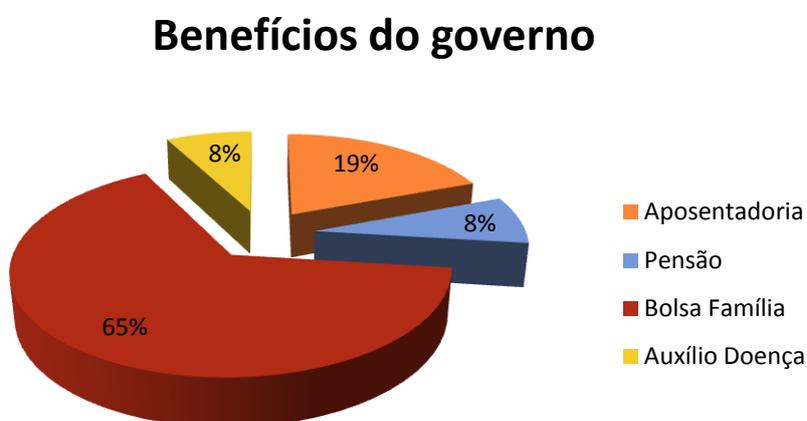
Fonte: pesquisa de campo/dados organizados pela autora

Conforme dados apresentados no gráfico acima, 50% das famílias extraem renda das atividades agrícolas e outros 30% das atividades de pecuária, sendo em número menor aquelas que têm renda proveniente de atividades remuneradas fora dos lotes e recebem benefícios do governo. Dentre as famílias que exercem atividades fora dos lotes e onde esta aparece como principal fonte de renda, podemos relacionar: 01 família cuja renda é proveniente de atividade remunerada como professor sob regime de contrato temporário, 01 zelador, 01 vaqueiro. Dentre as outras famílias que combinam atividades dentro dos lotes (agrícolas e de pecuária) temos: 04 costureiras, 04 pedreiros e 02 diaristas. A renda média de cada uma dessas famílias variam muito de uma atividade para a outra: Atividades de vaqueiro: R\$ 1.400,00; Professor em regime de contrato temporário: R\$ 1.180,00, Zelador: R\$ 932,00; Costureiras: entre R\$ 500,00 e R\$ 700,00; Pedreiro: entre R\$ 100,00 e R\$

120,00/diária; Diarista: entre R\$ 50,00 e R\$100,00/diária. As famílias cujos os membros exercem atividades de pedreiro afirmam que quando tem serviço, podem obter uma renda média de até R\$ 2.800,00. Quanto aos diaristas, estes trabalham quando aparece serviço na região, mas isso ocorre de maneira muito esporádica, afirmam. Mas calculam que trabalhando 03 vezes na semana como ocorre na maioria das vezes, obtém-se uma renda de até R\$ 840,00.

O **Gráfico 02**, refere-se às famílias cuja composição da renda familiar agregam valores proveniente de algum benefício do governo:

Gráfico 02



Fonte: pesquisa de campo/dados organizados pela autora.

Conforme as informações apresentadas acima no Gráfico 02, uma grande quantidade de famílias do assentamento participam de algum programa do governo como o Bolsa Família, como no caso apresentado 65% delas. No entanto no caso desse tipo de auxílio, vale ressaltar que este não é a principal fonte de renda das famílias que recebem o benefício, sendo este apenas uma complemento da renda. Em alguns casos as famílias entrevistadas, afirmaram utilizar do dinheiro para a compra do material escolar dos filhos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos abordados ao longo deste trabalho traçaram em linhas gerais um panorama do campesinato do assentamento pesquisado assim como suas diversas formas de reprodução e práticas camponesas dentro do sistema capitalista. Percebeu-se que estes camponeses buscam se relacionar com o sistema produtivo da região se adequando a esta realidade e às práticas que foram se desenvolvendo no decorrer dos anos de assentamento. Percebemos que o esforço destes em produzir utilizando seus recursos disponíveis como o aporte da mão-de-obra familiar para o trabalho nos lotes, ou os mecanismos de ajuda mútua, são fundamentais para que as famílias alcançassem um padrão produtivo constante que lhes garanta as condições necessária para sobrevivência e permanência na terra. Estes, a partir do contexto local têm procurado desenvolver uma agricultura de resistência ao padrão agrícola caracterizado pelo elevado consumo de agrotóxicos, insumos, máquinas, equipamentos, instrumentos, conhecimentos e tecnologias provenientes de empresas capitalistas. Contudo, sabemos que mesmo nos processos de reprodução camponesa cada espaço assume os caracteres do modo de produção que lhe deu origem (MOREIRA, 2003), desse modo, os camponeses envolvidos neste processo, muitas vezes acabam reproduzindo a lógica do desenvolvimento desigual e contraditório assumida pelo capital no campo. Assim sendo, percebemos que o campesinato do Assentamento estudado apresentou algumas fragilidades que ao nosso ver, incorre em certo desequilíbrio das relações desenvolvidas na comunidade. Foi possível perceber que após a conquista da terra, os assentados deparam-se com um novo desafio que passa a ser construído coletivamente e também individualmente e falta-lhes uma visão que lhes permita entender que processos coletivos assim como os processos de cooperação, são necessários e fundamentais para o desenvolvimento da comunidade. Compreendemos assim que superar essas fragilidades vai depender do fortalecimento da sua organização enquanto camponeses para o desafio de se territorializarem em meio aos avanços do capital.

É importante ressaltar que reconhecer o assentamento como território camponês foi fundamental para a compreensão tanto das relações internas como das relações que foram construídas em nível local, regional e nacional. Porém sabemos que a partir da penetração das práticas capitalistas nesse território, algumas dessas relações são distorcidas e assim tentam ser um novo território, onde o capital tenta desterritorializar o campesinato através de uma lógica moldada na ótica do capital, forçando muitas vezes a perda da identidade do camponês, provocando alienação, desterritorializando-o materialmente das condições de efetivação de

seu modo de vida. Por isso faz-se necessário a emergência de práticas de resistência, mediante algumas estratégias desenvolvidas nestes territórios.

Quanto às formas de resistência camponesa que identificamos no campesinato do Assentamento e que são materializadas na escala local do território camponês, relacionamos aquelas que se baseiam na organização e utilização do trabalho familiar como base deste processo. Identificamos várias estratégias relacionadas ao trabalho familiar, como o elemento fundante da recriação da família camponesa além da combinação de várias formas de trabalho que vão desde o mutirão, ao trabalho assalariado e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades fora do lote como o serviço autônomo e a docência em escola pública. Essas diversas formas de relações de trabalho surgem como resistência à forma de trabalho assalariada tipicamente capitalista.

Destacamos ainda que a autonomia no processo produtivo que se dá pela gestão do próprio tempo e espaço de produção, é um elemento importante, visto que isso não significa que estes camponeses não apresentem formas de subordinação ao capital, mas que eles têm nessa autonomia e controle sobre os processos produtivos por eles geridos um mecanismo de recriação e reprodução.

Quanto a organização da produção de forma diversificada de acordo com a realidade climática da região, assim como a divisão do que é produzido em produção para autoconsumo e para a comercialização, concluímos que essa estratégia permite a colheita das lavouras em épocas diferentes garantindo-lhes segurança alimentar e geração de renda. Outro aspecto relevante dentre as estratégias por nós identificadas, foi o cuidado em cultivar produtos conforme a aptidão dos solos existentes, além de conciliarem a criação de animais de grandes e pequenos portes: boi, vaca, bezerro, porco, galinha, patos e perus, como garantia de recursos financeiros caso tenham algum prejuízo com a agricultura durante o ano. Notou-se que a criação de animais como complemento da renda familiar articulada a alguma cultura é uma estratégia utilizada como forma de evitar maiores gastos, como: a criação de gado porcos e galinhas articulada ao cultivo do milho. Além desses aspectos, identificamos os costumes e valores dos camponeses que também se expressam como formas de resistência através das relações de vizinhança, os mutirões das ações coletivas e a religiosidade.

Em suma, todos esses elementos que dão sustentação à tese da resistência camponesa no assentamento estudado foram encontrados no âmbito da organização da produção e do trabalho, dos costumes e valores dos camponeses. São por meio deles que as famílias camponesas resistem e se reproduzem no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ANACLETO, A. **As disputas territoriais na construção do Assentamento Canudos em Goiás**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – UNESP- 2013.
- BARTRA, A. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- BERTRAN, P. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiânia: UCG, 1988.
- BORGES, B. G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. **História Revista**, Goiânia, v. 1, jan./jun. 1990.
- CARNEIRO, M. E. F. **A revolta camponesa de Formoso e Trombas**.Goiânia: Ed. UFG, 1988.
- CHAUI, M. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.
- CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1997.
- CORREIA, S. C. C. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**, Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
- CUNHA, A. SANTOS, **Agricultura familiar e suas estratégias de resistência na campanha gaúcha: o caso do rincão dos saldanhas e do cerro da jaguatirica- Manuel Viana- RS**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria , 2013.
- CUNHA, M. de. **A questão agrária em Goiás: Governo Mauro Borges (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, 1994.
- DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste**. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.
- DUARTE, É. G. **Da luta pela terra à luta pela Reforma Agraria em Goiás**. Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Florianópolis, p 609 – 621, 1999.
- ESTEVAM, L. A. Agricultura tradicional em Goiás. In: CAMPOS JR, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia: UCG, 2012.

ESTEVEES, C. L. da S. **Nas trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FABRINI, J. E. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campeinato e territórios em disputa.* São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** São Paulo, 1999.

_____, **Delimitação conceitual de campeinato.** São Paulo, 1998.

_____, **Sobre tipologias de territórios.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, I. M.; MENDES, E. de P. P. **A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX).** São Paulo: XIX Encontro Nacional de Geografia, 2009.

FACÓ, R. **Em Trombas e Formoso (Goiás) são os próprios camponeses que fazem a Reforma Agrária.** *Jornal Novos Rumos*, Rio de Janeiro, julho de 1961

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola In: COSTA, L. e SANTOS, R. (org.) **Política e Reforma Agrária**, Rio de Janeiro: Mauad, 1994.

GONÇALVES, A. F. **História dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública.** In: *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, Recife, v. I, n. 1, fev. 2010.

GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campeinato.** Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Identities territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades).** In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos.* Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) *território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Caderno da Agricultura Familiar: primeiros resultados**, 2016.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Porto: Portucalense, 1972 (1899).

LÊNIN, V. I. **Diferenciación del campesinato. In: *El desarrollo del capitalismo en Rusia: Proceso de la formación del mercado interior para la gran industria***. Moscú: Editorial Progreso. 5ª Ed. (1982).

MAIA, C. L. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso**. 2008. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

MOREIRA, Emília. **Terra de Produção, Terra de Trabalho e Terra de vida: a organização da produção e do trabalho na agricultura familiar paraibana**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa, 2003. (*mimeo*).

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, E. T. ALMEIDA, R. A. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura fundiária nas regiões do estado de Goiás**. Revista de Economia da UEG, Anápolis (GO), Vol. 05, nº 02, pp. 70 – 91, JUL-DEZ/2009

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS. (2008)

PORFÍRIO, Arão. Entrevista realizada por MAIA, 2008, na cidade de Trombas, em novembro de 2006.

PRADO JÚNIOR, C. História. Coleção: **Grandes cientistas sociais**, 26. Francisco Iglésias Org. São Paulo: Ática, 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SAQUET, marcos Aurélio. **Campo-Território: considerações teórico-metodológicas**. Campo-Território, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2007.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura conómica, 2005.

SILVA, Aelton Brito. **Levantamento de aspectos históricos da produção leiteira no processo de ocupação do Cerrado goiano, e a importância dessa atividade produtiva na reprodução do campesinato nas Comunidades Retiro e Retiro Velho/GO**. Lapa – Paraná, 2009. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Latino Americana de Agroecologia em parceria com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná - ET-UFPR.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. **Território e Identidade**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas, ano 4, v. 1, n. 6, 2005.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro. **Latifúndio: O pecado agrário brasileiro**. In SADER, Emir (Org.). **Sete pecados do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TEIXEIRA, K. G. **Questão de classe (social): o proletariado de Marx segundo Sérgio Lessa**. São Paulo, 2008.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CAMPONESES

- 1.** Qual a principal atividade produtiva da família?
- 2.** Em que quantidade produzem?
- 3.** O que é produzido principalmente para o autoconsumo das famílias?
- 4.** Qual a avaliação da produção? (Qualidade/quantidade)
- 5.** Quais equipamentos e infraestrutura de produção/comercialização e industrialização que utilizam?
- 6.** Principais problemas enfrentados na produção.
- 7.** Caracterização produtiva: principais bases produtivas e nível tecnológico e técnico adotado;
- 8.** Quais são os principais produtos comercializados pela família?
- 9.** Quais as dificuldades de comercialização?
- 10.** Acessaram políticas públicas como Pronaf ?
- 11.** Como é feita a comercialização da produção? Via PNAE, PAA, individual?
- 12.** Há práticas agroecológicas? Quais?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ÀS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE

- 1) Qual a sua concepção de resitência camponesa e resistência ao capitalismo?

- 2) Na sua concepção quais os limites e as contradições que os camponeses encontram diante da incorporação do capitalismo na agricultura?

- 3) O processo de desenvolvimento histórico do assentamento, assim como o processo de ocupação do território goiano, têm influência no nível de desenvolvimento econômico da comunidade? Que outros elementos você apontaria?

- 4) Os aspectos políticos e culturais também influenciam? Em que medida?

- 5) Cite alguns aspectos do desenvolvimento do PDA.

- 6) Quais os aspectos da resistência nos conflitos de Trombas e Formoso trouxeram para a experiência vivida pelos camponeses na luta pela conquista da terra aqui no assentamento?

- 7) Quais aspectos você acha importante na construção de estratégias de resistência camponessa?

- 8) Fazer uma avaliação geral do desenvolvimento econômico e territorial do assentamento.